



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ICI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
NÚCLEO DE PESQUISA EM TEORIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO

ÂNGELA MARIA FREITAS FONSECA

PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO: PERFIL EXIGIDO
PELOS CONCURSOS PÚBLICOS NACIONAIS

Salvador (Ba.)

2007

ÂNGELA MARIA FREITAS FONSECA

**PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO: PERFIL EXIGIDO PELOS
CONCURSOS PÚBLICOS NACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência de Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação e Ambientes Organizacionais

Orientadora: Prof^a. Nanci Elizabeth Oddone
Prof^a. Dra.. em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ

Salvador (Ba.)

2007

F676 Fonseca, Ângela Maria Freitas
Professional bibliotecário: perfil exigido pelos concursos públicos nacionais / Ângela Maria Freitas Fonseca. - Salvador: Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação, 2007.

126 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação, 2007.

1. Bibliotecário - competências. 2. Bibliotecário - formação. I. Título.

CDD - 023.92

Autorizo a divulgação do texto completo desta dissertação em bases de dados especializadas nacionais ou internacionais. Autorizo também sua reprodução total ou parcial, através de qualquer meio, para fins acadêmicos e científicos.

Ângela Maria Freitas Fonseca

Salvador, 2007.

TERMO DE APROVAÇÃO

ÂNGELA MARIA FREITAS FONSECA

**PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO: PERFIL EXIGIDO PELOS
CONCURSOS PÚBLICOS NACIONAIS**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia – UFBA, pela seguinte banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Nanci Elizabeth Oddone – Orientadora
Doutorado em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ (2005).

Prof^ª. Dra. Mercêdes Cunha Chaves de Carvalho
Doutorado em Ciência – Psicologia Experimental, USP (1985).

Prof^ª. Dra. Maria Yêda Falcão Soares Filgueiras Gomes
Doutorado em Ciência da Informação e da Comunicação, EHESS – França (1984)

Ângela Maria Freitas Fonseca

amffonseca@hotmail.com

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Bahia (1977)

Especialista em Arquivologia pela Escola de Biblioteconomia e Documentação/Universidade Federal da Bahia (1990), com a monografia *A informação enquanto fator social: subsidio para a democratização dos arquivos.*

DEA em Veille Technologique et Intelligence Compétitive pela Faculdade de S. Jerome/Universidade Aix-Marseille (2000) com a dissertação *La Intelligence Compétitive et lês Scénarios Prospectifs pour la Conception d'um Système d'Intelligence Technologique: um alternative pour la CERB.*

Bibliotecária da Companhia de Engenharia Rural da Bahia

À amiga-irmã Tayane Martire:

Sei que meu caminho está trilhado, embora ainda reste obstáculos para transpor até chegar o capítulo final da minha história. No espaço em que lutei, fui tardiamente reconhecida e tornou-se pequeno. Parto em busca de novos horizontes através das letras onde posso deixar meus escritos e o meu legado para você que é tão apaixonada pela profissão tanto quanto fui. “Ser ou não ser bibliotecário depende dos hábitos adquiridos, do espaço conquistado ou a conquistar e das competências desenvolvidas e entendidas.”

Obrigada pelo tempo tomado por mim para que nós, cada uma com seus propósitos e modo de percepção, pudéssemos juntas chegar aos resultados e às considerações finais deste estudo, que poderá nos levar a escrever a nossa história profissional.

À minhas filhas, Samyle e Cinthia, pelo que a vida nos ensinou.
"Filhos são frutos das nossas vidas, mas não são nossos, são da vida"

À Margô e a Zé (*in memoriam*), meus pais, pela vida,
pois sem vocês jamais seria a Ângela que sou.

A todos os meus irmãos que sempre me incentivaram, incontestavelmente.

À Elias que, nesta fase da minha vida, sempre me fez crer que ainda existem novas
possibilidades.

À André, meu irmão caçula, que sempre, incondicionalmente, participou das minhas investidas
intelectuais e de sobrevivência.

À Marcos da Cunha Mendonça, que me fez transgredir as minhas próprias normas.

AGRADECIMENTOS

À Dra. Mercêdes Cunha Chaves de Carvalho, por sua preocupação, incentivo, disponibilidade e atenção para proceder à leitura inicial desta dissertação. O trazer da consciência foi muito importante quando declarei a minha desistência em continuar a escrita.

À Nanci Oddone, pois muito além da colaboração através das resenhas e conteúdos é notória a sua luta para colocar alma na Pós-Graduação do ICI.

À Henrique Celso Santos, inesquecível *teacher*, figura inabalável pela competência, dedicação e sensibilidade, fez-me chegar à leitura dos textos em inglês para que eu pudesse pleitear a vaga do mestrado que ora concluo, e aventurar-me em algumas traduções literárias.

À Ana Lúcia França Teixeira: que seria dos meus escritos sem que encontrassem os seus ouvidos para entender o meu discurso? Teve a paciência e tolerância para fazer fluir o Centro de Informação da CERB enquanto, mais uma vez, e desta vez, eu concentrava o meu interesse nos textos para entender os mistérios da Ciência da Informação.

Às minhas colegas de trabalho: Sônia Maria Correia, que procurou nos alegrar (ou talvez nos confundir) quando a peteca estava caindo; Marinalva, com sua especial dedicação para que eu não ficasse sem o café matinal e a garrafa de água junto ao computador na ‘minha’ sala de estudo na Cerb (claro); Tereza Cristina, que mesmo com seus ruídos consegue comunicar-se e fazer papरिकos.

Por todo conhecimento que acumulei e pelos desafios que a vida me fez enfrentar, sou grata àquele que me ensinou a construir meu ‘porta-aviões’ para que pudesse criar asas e, sem voar, refletir sempre entre o passado, o presente e o futuro; entre erros e acertos e com perseverança, caminhar: “Nada melhor do que um dia após o outro”.

Finalizo meus agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram da minha vida – existem aqueles que passam por nós em breves passagens; existem aqueles que passam por nós que são extremamente importantes; existem aqueles que passam por nós e, mesmo que seja de forma tão breve, ficam para sempre – assim foram muitos e tão poucos são imortais.

RESUMO

FONSECA, Ângela Maria Freitas. **Profissional bibliotecário**: perfil selecionado pelos concursos públicos nacionais. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

O estudo objetivou identificar o perfil exigido ao profissional bibliotecário através de concursos públicos em âmbito nacional, trazendo à luz as características das provas selecionadas no período de 2005 a março de 2007, traçando um comparativo entre a grade curricular do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Bahia e competências propostas pela ALA/SLA. A revisão de literatura sintetiza a evolução histórica da Biblioteconomia, passando pela Documentação à Ciência da Informação. A base teórica epistemológica traduz os conceitos sobre *habitus* e campos, segundo o sociólogo Pierre Bourdieu que reafirmam a fundamentação da Ciência da Informação, traçando sua trajetória através das fronteiras da Biblioteconomia e da Documentação. O surgimento das diferenciadas técnicas de produção, circulação e transmissão de informações implica competências e habilidades não só para utilização de ferramentas tecnológicas, como também na incorporação de *habitus* para um novo pensar, sentir e agir. De uma nova forma de mentalidade para ver o mundo, principalmente daqueles profissionais que estão envolvidos diretamente com o fluxo da informação, desde sua produção à sua utilização. A metodologia utilizada caracteriza-se como uma pesquisa exploratória-descritiva, baseada no discurso e nos dados coletados cujo método adotado foi o hipotético-dedutivo através da pesquisa quantitativa, caracterizada pelo tratamento das informações por meio da técnica de estatística, com o qual se buscou diagnosticar o perfil do profissional bibliotecário para preenchimento de vagas nas organizações. O estudo qualitativo identificou as variáveis que poderiam contribuir no processo de mudança de cenário, proporcionando elementos para que o mercado perceba a ampliação do espaço ocupado pelo bibliotecário. A pesquisa mostrou que o mercado busca um profissional versátil e multi e interdisciplinar, mas não tem uma visão das competências do bibliotecário, não conhecendo o seu potencial de atuação percebendo o bibliotecário ainda restrito à biblioteca formalmente existente. No contexto da Ciência da Informação a pesquisa conduz o pesquisador a variáveis quase infundáveis e que são passíveis de serem problematizadas, mas não simplesmente respondidas enquanto projeto de estudo. Com base no contexto estabelecido para sustentar os argumentos, percebe-se que há uma multi e interdependências entre o profissional bibliotecário e outros profissionais que ocupam o campo de atividades da informação.

Palavras-chave: Bibliotecário – competências; Bibliotecário – formação.

ABSTRACT

FONSECA, Ângela Maria Freitas. **The librarian's profile:** as requested by national open competitive examinations. 160 pp. Dissertation (Master dissertation in Information Science). Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador (Bahia Brazil), 2007.

This study is aimed at identifying the librarians' profile as requested by national open competitive examinations by both shedding light on the features of such examinations carried out between 2005 and March 2007 and comparing the curriculum syllabus in the Federal University of Bahia (Brazil) College of Librarianship with the competencies proposed by ALA/SLA. A historical evolution of the Librarianship from Documentation to Information Science is synthesized in a literature review. The theoretical, epistemological bases resort to the concepts of *habitus* and field, as defined by the sociologist Pierre Bourdieu, to reaffirm the grounds of the Information Science by describing its trajectory along the boundaries of the Documentation and the Librarianship. The emergence of different techniques for information production, circulation and spread calls for competencies and skills not only related to the usage of technological tools, but also to the incorporation of an *habitus* concerning a new way of thinking, feeling and acting, a new mental frame to perceive the world, mostly by those professionals who deal directly with the information flow, from its production to its use. An exploratory and descriptive methodology was used by drawing upon the speech and the data gathered and by employing a hypothetical-deductive method in a quantitative, statistical analysis in order to diagnose the librarians' profile as requested by the employing companies. The qualitative study identified the variables likely to contribute for a change in the scenery, thus providing elements so that the market may note the librarian's enlarged field. This study shows that the market seeks a versatile and multi- and interdisciplinary professional, although it does not have a clear view of the librarian's competencies, not knowing his/her performance potential and still seeing him/her restricted to an existing formal library. In the Information Science context, this research elicits almost infinite questions and variables, likely to be turned into potential problems, rather than being simply answered as part of this study project. The context set to support the arguments in this study reveals a multi- and interdependency between the librarian and other professionals working in the information field.

Key words: Librarian – competencies; Librarian – training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As Três Dimensões da Competência	77
Figura 2 – Quatro Competências Profissionais aplicadas pela ALA/SLA	110
Figura 3 – Competências Profissionais aplicadas pela ALA/SLA	111

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Competências do Bibliotecário X Profissional da Informação	88
Quadro 2 – Instituições que ofereceram vagas para o bibliotecário	104
Quadro 3 – Ementas das Disciplinas do Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFBA	105
Quadro 4 – Temáticas das provas de concursos	108
Quadro 5 – 2612: Profissionais da Informação	113
Gráfico 1 – Temáticas das provas de concursos	109

LISTA DE SIGLAS

ALA – American Library Association

ADI – American Documentation Institute

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

ASIS – American Society for Information Science

CDD – Classificação Decimal de Dewey

CDU – Classificação Decimal Universal

C&T – Ciência e Tecnologia

CNPq – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

ECLA – European Council of Information Associations

FID – International Federation and Documentation (1931); International Federation for Information and Documentation (1988)

IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IID – Institut International de Documentation

ISO – International Organization for Standardization

ONU – Organização das Nações Unidas

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

SLA – Special Libraries Association

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. DA BIBLIOTECONOMIA À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA	18
3. A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: HABITUS E CAMPOS SEGUNDO BOURDIEU	36
4. O MERCADO DE TRABALHO E O CAMPO DE ATIVIDADE DA INFORMAÇÃO: ONDE SE INSERE O BIBLIOTECÁRIO?	54
5. O CAMPO DOS PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO: Caracterização das Competências Informacionais	72
6. COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS SEGUNDO A SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION	91
7. METODOLOGIA	105
8. RESULTADOS	110
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	123

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho do profissional de informação tem vivenciado as transformações e modificações que ocorrem em diversos campos de atividade do conhecimento; há vários aspectos considerados: a formulação de políticas científicas e tecnológicas; o desenvolvimento de competências e habilidades que se traduzem em potencial de recursos humanos; a visão sobre o sistema econômico global e a percepção de mudanças das necessidades dos grupos sociais. É preciso, portanto, que a identidade deste profissional também, seja redefinida, levando em consideração não só o significado histórico da profissão, mas, sobretudo, o progresso tecnológico e a nova ordem social.

Nesse contexto, o problema que esta pesquisa se propõe a enfrentar está relacionado com o campo de atividades da informação e o espaço ocupado pelo profissional bibliotecário.

O tema sobre a atuação do profissional bibliotecário no mercado de trabalho tem sido bastante discutido em vários aspectos, desde a sua formação básica, através da graduação, passando pela especialização, até a discussão da perda, manutenção ou ampliação do seu espaço de atuação. O que têm em comum é o fato de recomendarem fortemente o conhecimento e a capacitação para utilização das tecnologias de informação e comunicação.

A velocidade com que as mudanças de mercado ocorrem e se propagam envolve variáveis políticas, sociais, econômicas e culturais que influenciam e transformam a sociedade, levando as organizações a repensarem o seu lugar em diferentes situações. Estas mudanças se refletem em todos os campos do saber e, em particular, no campo de atividades da informação, que se torna estratégico à medida que, significativamente, se transforma, seja através da influência das tecnologias da informação e comunicação, ou pela necessidade de geração de conhecimento através da rede de conectividade e interatividade, encurtando tempo e espaço entre usuários, provedores e agentes informacionais, redefinindo atividades e fronteiras profissionais, que (re) dimensionam e definem os espaços sociais ocupados pelos mais diversificados agentes.

As transformações vivenciadas têm oferecido escolhas em um mundo de interfaces entre o profissional da informação e o mercado de trabalho. O surgimento das diferenciadas técnicas de produção, circulação e transmissão de informações implica competências e habilidades não só para utilização de ferramentas tecnológicas, como também na incorporação de

habitus para um novo pensar, sentir e agir, uma nova forma de mentalidade para ver o mundo, principalmente daqueles profissionais que estão envolvidos diretamente com o fluxo da informação, desde sua produção à sua utilização.

As variações da forma de trabalho e as competências distintas são elementos essenciais para compreender os parâmetros, a função e o conhecimento próprios dos profissionais da informação que, evidentemente, estão ocupando espaços no mercado de trabalho, influenciados pelo capital político, econômico, social e cultural e cuja missão é disponibilizar informações dos diferentes registros do conhecimento.

As condições de manutenção, expansão ou perda de espaços são relativizadas, pela sociedade enquanto categoria profissional, e o fenômeno se dá a partir da soma de fatores internos aliados a fatores externos, considerados no contexto político, econômico, social e cultural em que se inserem as ações de sujeitos e grupos e que também pode ser considerada como responsável pela dinâmica que envolve a ocupação dos espaços relativos das profissões.

Dos fatores externos, as tecnologias de informação e comunicação têm provocado um redimensionamento na configuração do espaço ocupado pelo bibliotecário, de onde é possível obter benefícios para reforçar as iniciativas além-‘muros’ das bibliotecas. Esta relação é vista como a contradição entre serviços tradicionais e aqueles de perspectivas diferenciadas, em que profissionais são provedores de serviços, aspectos que abrem o debate entre os bibliotecários, que se vêm desvinculados de suas tradições, competências e habilidades, com outros profissionais que ocupam espaço no campo de atividades da informação e também inseridos no campo da Ciência da Informação.

Por certo, a ocupação dos espaços exige competências, conhecimento e interações, e a Ciência da Informação conduz o profissional da informação a não perder de vista que o campo de atividades da informação requer um trabalho de troca – é através desta troca que é possível entender a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade do campo para efetivamente estudar o fenômeno da informação.

O objeto de estudo é a percepção do mercado do profissional bibliotecário através da análise das temáticas das provas de concurso público para bibliotecários no período compreendido de 2005 a março de 2007. As reflexões ganham relevância quando comparadas às competências exigidas e às críticas dispensadas aos profissionais bibliotecários pelo mercado de trabalho.

As idéias teórico-metodológicas de Bourdieu traduzem e reafirmam a fundamentação epistemológica da Ciência da Informação, que traça sua trajetória através das fronteiras da Biblioteconomia, da Documentação e de outras ciências tornando-se trans e multidisciplinar. Este autor é fundamental para a compreensão dos processos que levam ao discurso social que exige permanente negociação do campo de atividades da informação que o bibliotecário ocupa. A análise através de Bourdieu exige estratégias e constante monitoramento de perspectiva e resistência no sentido da cultura, memória social, *habitus* e campos que se constituem em mobilização, disputa e produção de significados e sentidos.

Significados e sentidos são *habitus* que se constroem a partir do conhecimento adquirido e das vontades individuais e coletivas. São processos sócio-históricos que resultam de complexas e tensas negociações, ações coletivas dotadas de objetividade e partilhadas por aqueles envolvidos, exigindo em contrapartida ações semelhantes. Portanto, trata-se da outra face do capital simbólico em que a negociação é um traço permanente. Na verdade, isto acontece porque os atores sociais não ocupam o mesmo espaço de poder e as diferenças são responsáveis pelas estratégias específicas que influenciam e que dispõem.

Os *habitus* adquiridos não são estanques, desenvolvem-se à medida que o capital cultural, o capital intelectual, o capital econômico crescem modificando o capital social.

O objetivo desta pesquisa é identificar o perfil solicitado pelo mercado de trabalho e analisar à luz das competências do moderno profissional de informação proposto pela ALA/SLA. Como objetivos específicos, destacam-se:

1. Identificar as temáticas abordadas em provas de concurso público no período de 2005 a março de 2007;
2. Caracterizar as competências do profissional da informação, o bibliotecário, à luz do documento sobre competências da ALA/SLA;
3. Analisar a percepção do mercado sobre o profissional da informação – bibliotecário.

Esse trabalho foi estruturado em capítulos apresentados a seguir:

O primeiro capítulo, a Introdução propriamente dita.

O segundo capítulo, a revisão de literatura, trata-se de uma síntese da evolução histórica da Biblioteconomia, passando pela Documentação e chegando a Ciência da Informação. A Documentação traz no seu bojo o acesso à informação e a Ciência da Informação, reformulando o espaço de atividades dos saberes e técnicas.

O terceiro capítulo constitui-se da base teórica epistemológica da formação do campo da Ciência da Informação, através dos conceitos sobre *habitus* e campos, conforme proposto pelo sociólogo Pierre Bourdieu.

O quarto capítulo discute-se sobre o mercado de trabalho e o campo de atividade da informação, abordando a questão clássica da transformação secular da estrutura de mercado, embasado pelas teorias da Sociedade da Informação no mundo globalizado e o impacto das tecnologias da informação e comunicação sobre o mercado de trabalho e sobre a estrutura social, revisitando alguns autores, mas tendo como foco as afirmações de Manuel Castells.

O quinto capítulo discorre-se sobre os conceitos de competências, procurando fazer um corte para as competências informacionais e estreitando-se para as competências profissionais que o profissional da informação deve desenvolver para manter ou ampliar seu espaço no campo de atividades de informação.

O sexto capítulo trata-se do documento sobre competências da ALA/SLA, que explora e compartilha com os profissionais da informação suas visões sobre competências.

O sétimo capítulo apresenta-se a metodologia da pesquisa, caracterizando o objeto de estudo.

O oitavo capítulo apresenta-se os resultados da análise através das temáticas das provas e das disciplinas do currículo do curso de biblioteconomia e documentação da UFBA.

Ao final, formula-se as considerações finais e as percepções sobre todo o contexto.

2 DA BIBLIOTECONOMIA À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A história da biblioteconomia nasce entre a Antiguidade e a Idade Média, períodos estes caracterizados pela produção de manuscritos que eram registrados em tábuas de barro, agrupados em blocos e selados pelos copistas para evitar a deterioração dos dados. Estes blocos apresentavam uma descrição resumida de seus conteúdos, guardados em depósitos denominados de bibliotecas. Com eles, chegaram as primeiras tabelas para organizar a informação, tais como: inventários, listas de palavras e repertórios, buscando agrupar os documentos por temática e assim, criando formas de conservar e controlar a informação.

Na Idade Média, a preocupação maior era a conservação dos fragmentos do saber clássico. As bibliotecas surgem nos palácios e templos tendo como objeto os livros, que, por sua vez, vão proporcionar a formação de coleções, que passam a responder aos desafios das idéias e da cultura, ao mesmo tempo em que perpetuam sua missão patrimonial. Surge o termo bibliotecário *servus servorum scientiae*, cujo distintivo era ser servidor da ciência, ou seja, aquele que detinha o conhecimento produzido. Durante mais de dois milênios, caracterizavam-se por serem eruditos e dedicados a conhecer e a organizar livros. Calímaco teve seu reconhecimento como primeiro bibliotecário daquela época, ao estabelecer um repertório lógico e disciplinar que refletia nos conteúdos dos documentos, permitindo a busca da informação científica e especializada. Os romanos muito contribuíram para o desenvolvimento da biblioteconomia com o alfabeto latino, suas técnicas e conselhos para a boa conservação dos livros, organização de textos nos códices em forma de colunas, utilizando títulos que encabeçavam cada capítulo e os representavam em tabelas de conteúdo ou em tabelas analíticas por matérias, tendo como objetivo a precisão para transmitir a informação.

Na metade do século XIV, com maior propagação cultural e grande demanda de textos por cientistas, colecionadores, estudantes universitários além dos religiosos, surge a imprensa, uma tecnologia para a escrita com conseqüências para a mudança de mentalidade e visão de mundo. A tipografia foi a principal inovação da Idade Média, quando rompe com os limites sociais minoritários e traz vantagens quanto ao processo de elaboração dos manuscritos,

reduzindo esforço, tempo, barateando os custos de produção de impressos, permitindo cópias de textos com ilustrações, e convertendo-se na mais importante e eficaz ferramenta dos meios de comunicação. Com esta tecnologia, surgem os interesses comerciais e industriais para a produção de livros em menor tempo e custo. Os impressores, compelidos aos negócios, procuravam dedicar esforços e capital para resultados competitivos, garantindo a produção, distribuição, venda e conseqüentemente, os lucros.

A imprensa resultou em ferramenta imprescindível para a sociedade. Gutemberg reuniu técnicas que proviam os copistas para a produção de livros em série, como objetos que continham o conhecimento. Os humanistas puderam, então, ampliar seus estudos, editar, traduzir e divulgar textos clássicos. Por sua vez, a sociedade familiarizou-se com a leitura bíblica, favorecendo sua interpretação, impulsionando o uso e estudos das línguas e as investigações científicas, possibilitando a criação de métodos e teorias das ciências experimentais e ampliando o mundo até então pouco conhecido. Para as bibliotecas, trouxe a problemática quanto a custodiar e organizar seus acervos. Os humanistas exigiam cada vez mais repertórios detalhados, com seu afã cultural, e os eruditos estavam preocupados com a confecção de listas que pudessem trazer à luz novos títulos. Os espanhóis foram os pioneiros na elaboração de bibliografias, chegando a reunir em uma só biblioteca mais de doze mil volumes ordenados tecnicamente com registro e índice; desenvolveram classificações bibliográficas, de acordo com as especialidades de cada biblioteca. Desta forma, iniciou-se o controle bibliográfico a serviço da informação. Certamente, a bibliografia, a imprensa e a multiplicação dos textos científicos levaram ao aumento do número de leitores e à necessidade de informação.

Na segunda metade do século XVII, surge a ciência moderna, que modifica as formas de comunicação científica e, conseqüentemente, as formas de disseminar do conhecimento. O livro impresso e o processo de evolução na organização e difusão documental trouxeram mudanças para a sociedade científica, que alcançou um grau de dinamismo ao normalizar a transferência de informação – o saber universal seria recopilado e difundido a partir daquilo que os investigadores haviam experimentado. Desejavam, assim, que os bibliotecários se encarregassem de sistematizar os acervos e os bibliógrafos deveriam atender às funções de acesso, controle e difusão da informação. Segundo González (2005):

[...] o século XVII começaria a segunda etapa da Bibliografia [...] precisamente no momento em que o método experimental se havia convertido numa

necessidade para o desenvolvimento da ciência moderna. O núcleo básico da bibliografia e documentação científica, as revistas, saltavam a palestra para cobrir as necessidades informacionais dos cientistas e com elas a superação do livro como suporte único. (GONZÁLEZ, 2005, p. 144).

As publicações periódicas surgiram como consequência da necessidade de um novo veículo de comunicação para o campo científico que “requer um meio de expressão mais ágil que os livros e mais metódico que os colóquios das reuniões nas Sociedades Científicas”. (GONZÁLEZ, 2005, p. 144). A partir do século XVII, estava estabelecido que as revistas científicas seriam o principal meio de comunicação do conhecimento, seguidas dos periódicos diários, por onde a informação circulava de forma progressiva em todos os setores da sociedade. Os periódicos tornaram-se o principal meio de transmissão do conhecimento científico, consolidando a imprensa e proporcionando o desenvolvimento da Biblioteconomia moderna, quando Gabriel Naudé, considerado o primeiro a analisar as técnicas para colecionar, controlar e organizar livros, publica o tratado *Advis pour dresser une Bibliothèque* (1627). Chegou a descrever os métodos de trabalho na biblioteca e as competências que deveriam ter os bibliotecários. (GONZÁLEZ, 2005, p. 145).

Com a Revolução Francesa transformando a sociedade européia, as edições dos livros se multiplicam e passam a ser uma ferramenta cultural para toda a sociedade e a figura do bibliotecário, como formador e informador, tornou-se necessária para a organização do conhecimento. A informação capitalizada nas bibliotecas deveria servir de ferramenta básica para que a sociedade contemporânea tivesse acesso ao conhecimento. O bibliotecário se convertia em instrumento mediador do acesso aos acervos documentais, adquirindo características de educador social. Ao se oficializar o estado da profissão bibliotecária, estava respaldando as atividades do mundo científico e os direitos das pessoas ao conhecimento. As bibliotecas como ferramenta marcaram a realidade cultural e o avanço da bibliografia, que se libertou das funções práticas, convergindo para os aspectos científicos.

Historicamente, considera-se a Biblioteconomia como a profissão da organização do conhecimento na sociedade. Constituída como uma composição dos saberes sobre métodos e técnicas, acervos, tipos de bibliotecas, fontes de conhecimento, tem como finalidade a informação para formar, informar, entreter, fundamentando e instrumentalizando estudos

especializados, servindo de subsídios para a geração de novos conhecimentos e outros documentos.

O século XIX acrescentou à história as lutas entre as potências imperialistas, a ampliação colonial, o fomento da indústria e a expansão cultural que requeriam mão-de-obra para a produção de bens e capitais nos centros de trabalho, acarretando uma maior concentração urbana. Era necessário o aprofundamento da pesquisa para o aperfeiçoamento de sistemas de produção. Neste contexto, amplia-se a sociedade industrial e o desenvolvimento econômico, impondo uma outra mentalidade, trazendo consigo a confiança na práxis para soluções socioeconômicas, cujas sucessivas mudanças tornaram-se irreversíveis para a humanidade. O crescimento das atividades científicas forçadas pela produção industrial amplia as investigações, e as instituições de ensino superior se colocam a serviço da ciência, causando grande proliferação documental, conseqüentemente, a explosão de informações.

Como resposta às necessidades requeridas pelo desenvolvimento socioeconômico e, sobretudo, à diferenciação da literatura produzida e às exigências do campo científico, surge a Documentação, trazendo soluções para o acesso à informação, e a instituição de bibliotecas especializadas nas indústrias e empresas pela exigência de melhor qualidade e rapidez no acesso à informação científica. O desenvolvimento e as melhorias de técnicas originaram documentos de diferentes suportes físicos, em formas de gráficos e fotografias, fundamentais para a transmissão do conhecimento, bem como outros meios de comunicação que tiveram sua importância para o progresso social, produzindo uma extraordinária riqueza de informações. Estes diferentes suportes romperam com o paradigma da única forma de abrigar a escrita e trouxeram consigo a visão de conteúdo informacional.

É ainda no século XIX que a Biblioteconomia alcança seu grau de relevância como profissão, através do aperfeiçoamento das técnicas biblioteconômicas, criando normas de catalogação, ressaltando a importância dos catálogos e o desenvolvimento de linguagens sistemáticas. As bibliotecas teriam que organizar e custodiar seus acervos e facilitar o acesso físico aos conteúdos documentais. A evolução das práticas biblioteconômicas e documentais merece a atenção quando se faz referência a Paul Otlet e a Henri La Fontaine em seus estudos – *Sommaire périodique des revues de droit* (1892) transformado em *Sommaire méthodique des traités des revues de droit* (1895). Suas lutas incessantes para tratar os aspectos técnicos e teóricos de modo a disponibilizar os registros do conhecimento para a sociedade, a preocupação

pela qualidade e não pela quantidade de informação, fizeram de Otlet um dos primeiros sociólogos da ciência e símbolo que antecede o surgimento da Ciência da Informação.

É na primeira metade do século XX que se inicia o período da Documentação a serviço das necessidades técnico-científicas e sociais, trazendo à luz a problemática quanto à denominação da terminologia Biblioteconomia e/ou Documentação. No que pese a problemática terminológica, buscava-se determinar uma ciência que pudesse incorporar tanto os livros quanto os documentos, desde que permitisse o acesso aos conteúdos informativos. Para Otlet, os termos pareciam homônimos. Entretanto, na sua opinião, o termo Documentação possui raízes multidisciplinares ao considerar a lógica, a psicologia, a tecnologia e a sociologia. A literatura evidencia que os cientistas tinham necessidade de construir terminologias próprias no campo da especialização e estavam em busca de sistemas capazes de organizar os conteúdos da ciência. Assim, estabeleceram-se as classificações sistemáticas para obter uma correta comunicação entre os pares, que se desenvolveram a partir dos séculos. As terminologias, tais como biblioteca, inventário, repertório, index e outros, foram utilizadas como sinônimos para denominar as bibliografias.

O Tratado de Otlet traz idéias inovadoras para a construção da moderna Documentação, dando ênfase ao conteúdo dos documentos e à maneira como este conteúdo é disposto e analisado, visando o armazenamento da informação, através de indexação, resumos, bibliografias, publicações secundárias, sistemas de informação especializada, redes cooperativas, normalização etc. e, sobretudo, sua recuperação direcionada ao usuário. Propõe também servir de base para que cada centro de documentação elabore seu próprio manual, “[...] pelo enunciado geral de seus princípios, pela exposição de numerosos elementos e o estudo do conceito da nova *Ciência da Documentação* e, enfim, pelo seu caráter universalizante” (ROBREDO, 2003, p. 45).

Otlet, com a colaboração de Henri La Fontaine, fundam em 1895 o Institut International de Bibliographie (IIB), que em 1931 passa a se chamar Institut International de Documentation (IID); em 1937 de Federation Internationale de Documentation (FID) e por fim em 1988 de Fédération Internationale d'Information et de Documentation (FID), vindo a se dissolver em 2002.

Eles elaboram outros repertórios: Repertório Bibliográfico Universal; Repertório para as Ciências Sociais, Repertórios Classificados de Legislação Comparada, Repertórios de Estatística Comparada; Repertório Geral por Nomes de Autores. Propõem a criação de outras

instituições internacionais com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir da Classificação Decimal de Dewey (CDD), desenvolveram e publicaram a Classificação Decimal Universal (CDU), com subdivisões sistemáticas normatizadas e notações ampliadas, que é aceita com grande repercussão pelas bibliotecas e centros de documentação especializados. Com eles, o Instituto de Bibliografia teve a iniciativa de cunho internacionalista, buscando trabalhar a produção acadêmica, como “documentação”, diferentemente do formato de livro.

Conforme Silva e Ribeiro apud Robredo (2003) o surgimento da documentação nasce

[...] da perspectiva delineada e posta em prática por Paul Otlet. O desenvolvimento que a ‘documentação’ veio a sofrer, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) está bem fundamentado em alguns estudos que pretendem analisar as origens e a evolução da ciência da informação, pois é também bastante consensual a idéia de que houve uma linha de continuidade entre uma e outra, tendo a ‘ciência da informação’ derivada naturalmente da ‘documentação’. (SILVA; RIBEIRO apud ROBREDO, 2003, p. 49).

Os desenvolvimentos ocorridos no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, particularmente no que se refere à evolução tecnológica, acabaram por gerar novos problemas e necessidades, o que não deixou de refletir nas atividades dos profissionais da documentação.

Significativos também são os eventos realizados na Europa como o 3º Congresso Internacional promovido pelo Instituto Internacional de Documentação, em Copenhague (1935), cuja proposta era, segundo Vicentini apud González (2005),

[...] promover através da cooperação internacional, investigar e desenvolver a documentação, que inclui organização, armazenamento, recuperação, difusão e evolução da informação, qualquer que seja seu suporte, nos campos da ciência, tecnologia, ciências sociais, artes e humanidades. (VICENTINI apud GONZÁLEZ, 2005, p. 171).

Entre outras tarefas científicas e metodológicas atribuídas à FID, estava o desenvolvimento da teoria básica sobre meios e métodos utilizados nos sistemas de informação automatizada, com maior aprofundamento e evolução da CDU, além de preparar os estudos normalizados para especialistas.

Nos Estados Unidos, as primeiras atividades em “documentação” aconteciam, ainda, nos finais do século XIX, e através dos centros de pesquisas privados, quando procuraram adequar o tratamento da informação às tecnologias de reprodução e armazenamento da informação registrada e quando grupos de profissionais fundam (1876) a American Library Association (ALA), considerada a mais importante associação no campo da Biblioteconomia. Um movimento integrador e corporativista fica evidenciado com o surgimento de outras instituições tais como: a National Association of State Libraries (1889); a Medical Library Association (1898), a American Association of Law Libraries (1906); a Special Libraries Association (1906), dando origem ao termo *special libraries*, que surge no cenário de desenvolvimento industrial. Robredo (2003, p. 48) afirma que Waston Davis ficou impressionado com o que observou durante o Congresso Internacional do Instituto Internacional de Documentação (Copenhague 1935) e reafirma as palavras de Davis que “pôde ver todo o gênero de pessoas (bibliotecários, arquivistas, cientistas, engenheiros, educadores e outros) a fazer trabalho de documentalista nos lugares mais dispares e não apenas em bibliotecas”. Dois anos mais tarde (1937), é criado o American Documentation Institute (ADI), formado por membros ligados às empresas de tecnologia da informação e congregando uma categoria diferenciada de especialistas – os documentalistas.

Os documentalistas trabalhavam em bibliotecas especializadas, que segundo Robredo (2003),

[...] ganhava espaço pelo fato de lidar, essencialmente, com informação produzida e manipulada no âmbito organizacional e registrada em variados tipos de suportes, por recorrer ao uso da tecnologia para o processamento dessa mesma informação e por prestar serviços aos seus utilizadores já não baseados apenas na comunicação das fontes de informação, mas sim no fornecimento da própria informação. (ROBREDO, 2003, p. 48).

É a partir do conceito e da evolução da documentação que surge a Information Science, embora algumas correntes, principalmente na Europa, continuem a defender o caráter científico da documentação, na sua atividade científico-informativa. Nos Estados Unidos, o espírito corporativista dos *general librarians* e dos próprios *special librarians* cunha a expressão *Library Science*, pretendendo englobar as atividades tradicionais da biblioteconomia e as técnicas

documentárias, procurando defender um *status quo* da grande camada de profissionais que tentavam incorporar o espírito da revolução tecnológica que mudaria o paradigma livro/documento/registro, de uma profissão hermeticamente fechada para o paradigma informação, abrindo, assim, novas perspectivas para os profissionais (ROBREDO, 2003).

Com a economia capitalista, os Estados Unidos eleva a abordagem das atividades em Documentação à competição, fator direto na política de funcionamento dos serviços de informação que somente aos membros das organizações poderia prover. Não visavam difundir informação para o desenvolvimento científico e tecnológico, mas atender a necessidades específicas de determinado laboratório ou indústria.

Com os princípios da constituição técnica, a supremacia da difusão da informação sobre a custódia e o tratamento, começa-se a estabelecer a era da informação. A Documentação veio para contribuir com a evolução técnico-científica, cultural e social, quando a sociedade começa a perceber as modificações dos seus limites de acesso ao conhecimento através do avanço tecnológico. As práticas indissociáveis da produção de sumários, produção de conhecimentos globais por adição e síntese de informações, refletem a organização do trabalho profissional que resulta diretamente nos recursos, bem como, na dinâmica das conexões com os objetos do mundo social.

Paralelamente ao desenvolvimento das instituições representativas, tanto nacionais quanto internacionais, verifica-se o avanço no desenvolvimento de técnicas, quase sempre especializadas, que cobriam as necessidades de cada setor. A American Documentation Institute, nos anos 50, fomentou a busca automática da informação. Como reflexo internacional, surgiram as bibliotecas e os centros de documentação especializados que, como resposta, trouxeram informações mais precisas, chegando até mesmo a monopolizar quase toda a informação existente na área específica. Nessa mesma década, houve um vertiginoso aumento na quantidade de trabalhos produzidos o que impossibilitou arrolar, com resumos analíticos, toda a informação internacional no âmbito científico. A solução teria que ser através da mecanização, sobretudo a respeito da compilação de índices acumulados. Segundo González (2005), a solução proposta por Bradford, ao explicar o conceito de Documentação era:

Como los servicios de resúmenes analíticos cubren la mayoría de las revistas importantes, estas podrían parcelarse en conjunto de acuerdo con los temas de su especialidad, quedando cada centro documental encargado de indicar

temáticamente los artículos destacados para las ciencias publicadas en un determinado grupo de revistas, y haciendo inmediatamente el resumen de los artículos de su ramo. De esta manera los artículos valiosos tenían asegurado su tratamiento documental. (GONZÁLEZ, 2005, p. 175).

A proposta era conceder resumos analíticos dos trabalhos científicos dentro dos padrões estabelecidos e aceitos pelas instituições. Com isto, surgiram serviços de resumos e muito deles editaram seus próprios manuais metodológicos. Os serviços de resumos foram fomentados pela UNESCO com a colaboração da FID, que se preocuparam em evitar duplicações de análises e invasão de campo especializado e por outros serviços. González (2005, p. 177) esclarece que “La producción internacional de resúmenes preocupaba considerablemente a las instituciones internacionales, pues se ligaba intimamente com el avance de la ciencia”.

Segundo Baratin e Jacob (2000),

A história da biblioteconomia é atravessada pela busca dos princípios da classificação ideal, capaz de conciliar a arrumação material das obras com a divisão dos saberes ou até mesmo pelo sonho de contigüidades significantes em que a proximidade física dos livros nas prateleiras traçaria itinerários intelectuais e heurísticos. (BARATIN; JACOB, 2000, p. 13).

No início do século XX, desenvolvem-se novas abordagens que, também, de acordo com Baratin e Jacob, voltam-se para “[...] as práticas culturais, atentas tanto para a sociologia dos meios intelectuais, às técnicas da escrita, ao conjunto dos gestos, lugares e modelos do trabalho do pensamento, como às dinâmicas da tradição e à memória do saber. (BARATIN; JACOB 2000, p. 9).

Quando essa nova proposta conceitual e aplicativa tem início em 1948, destaca-se a gestão da recuperação da informação, ponto fundamental da Documentação. É o surgimento da Ciência da Informação que, tomando a descrição, conforme Saracevic apud González (2005), como delineador inicial da Ciência da Informação, estabelece as linhas que hoje marcam esta especialização.

- O problema a solucionar é o crescimento exponencial da informação que não afeta exclusivamente os documentos científicos e tecnológicos, mas qualquer tipo de informação.

- O objetivo está no usuário que pode acessar de forma rápida e pertinentes os documentos e não na quantidade de documentos existentes.
- Para a busca e recuperação da informação é utilizada indexação coordenada mediante termos provenientes das linguagens especializadas que se combinam mediante operações de lógica matemática.
- As tecnologias da informação e comunicação envolvem em todas as fases do processamento da informação: armazenamento, representação, recuperação e difusão.
- Os resultados da gestão e o tratamento da informação estão submetidos à leis do mercado. Daí a relevância alcançada pelo campo empresarial e comercial, oferta de emprego, estudos de mercado, ganho de produto e serviço adequados e a conquista de setores de penetração.
- Todos os projetos relativos à recuperação e ao tratamento automatizado da informação devem estabelecer-se com alcance global. (GONZÁLEZ, 2005, p.177).

A Ciência da Informação preocupa-se com a administração e a recuperação da informação, cujos sistemas de armazenamento da informação estão orientados para reduzir os conteúdos, através das técnicas de processamento, construção de thesaurus e indexação, mediante provas de relevância e precisão. A partir dos anos 60, as indústrias e empresas internacionais já possuíam os agentes de informação, cuja função e competência eram selecionar informações e prepará-las para um melhor aproveitamento das demandas nos centros de informação. Para organização de fontes e consultas em base de dados, utilizavam a tecnologia da informação e comunicação que transformava o conceito de espaço e tempo, direcionando esta tecnologia ao acesso, controle e tratamento da informação. Estes agentes informacionais denominaram o trabalho de Ciência da Informação, com a intenção de diferenciar e distinguir daquilo que haviam feito como Documentação.

Com o crescimento exponencial da produção e uso de documentos nas áreas técnico-científicas, eram perceptíveis as diversidades de categorias de profissionais envolvidos com documentação, sob diferentes contextos, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Estas mudanças ocorriam do ponto de vista da prática profissional, do uso da tecnologia através da informática, do desenvolvimento de sistemas automatizados de armazenamento e de recuperação da informação. Assim, os documentalistas consolidavam suas posições, enquanto o American Documentation Institute (ADI), na década de 40, vivia sua fase que, segundo Silva e Ribeiro apud Robredo (2003) seria:

[...] uma fase de notória inactividade, quer devido à falta de financiamento, quer por escassez de projectos, o que levou os membros da ‘Special Library Association’ (SLA) a suportarem, na prática, o trabalho que competiria àquela entidade. A organização profissional dos documentalistas era, pois, dinamizada e liderada pelos bibliotecários especializados, o que evidencia claramente uma convergência de interesses e de perfis. (SILVA; RIBEIRO apud ROBREDO, 2003, p. 51).

Os profissionais – *special librarians* e documentalistas – tinham uma posição diferenciada, enquanto os *general librarians*, que atuavam em bibliotecas públicas com formação em biblioteconomia, possuíam uma base bastante generalista. Distantes do uso das ferramentas tecnológicas, estavam sem condições de gerenciar serviços altamente especializados das áreas técnico-científicas. E, embora os bibliotecários e os especialistas tivessem capacitação para atuarem com informações especializadas, do ponto de vista profissional, fecharam-se em uma situação bastante corporativista (1940-1950), quando decidem por estreitar as relações entre bibliotecários e documentalistas, logo após a fundação do ADI.

Existem correntes que consideram as diferenças entre bibliotecários e documentalistas e outros que são partidários de que não exista nenhuma razão para tal diferenciação. Biblioteconomia e Documentação são a mesma coisa, o que existiu foi o aperfeiçoamento das técnicas por parte dos especialistas tendo em vista a organização, utilização, recuperação e reprodução, para facilitar o acesso à informação, o que levou a considerar, segundo López Yepes apud Robredo (2003), o seguinte aspecto:

Documentação não sugere uma nova ciência que se sobrepõe aos bibliotecários, mas antes significa um novo ponto de vista, uma nova aproximação a uma velha e respeitada profissão, e o documentalista não visa desacreditar o bibliotecário, mas dar-lhe novas ferramentas e métodos que melhorem o seu valor social, facilitando-lhe poder efectuar uma grande contribuição intelectual. (LÓPEZ YEPES apud ROBREDO, 2003, p. 52).

Houve, então, o surgimento do termo Ciência da Informação. Este evento marcou a passagem da Documentação para a Ciência da Informação. Segundo alguns autores, foi a International Conference on Scientific Information, em Washington (1958), que teve a cooperação do American Documentation Institute, da National Academy of Sciences, do National

Research Council dos Estados Unidos, e da Fédération Internationale de Documentation da França. A Conferência teve o apoio financeiro da National Science Foundation ao American Documentation Institute, permitindo a superação de uma crise em que se encontrava e, ainda, reuniu importantes nomes da documentação.

Em Hot Springs (Virginia, 1962), a expressão *Information System Sciences* surge no título de uma reunião internacional denominada de Second International Congress on Information System Sciences. Na década de 60, esta expressão estava implantada e difundida rapidamente nos Estados Unidos. Em 1966, surge a revista *Annual Review of Information Science and Technology* e, dois anos depois, o ADI muda seu nome para *American Society for Information Science* (ASIS).

Nas conferências do Georgia Institute of Technology and Information Science, realizadas em outubro de 1961 e abril de 1962, buscou-se formular um entendimento sobre algumas discussões a respeito da Ciência da Informação no que se refere à gênese das vertentes teóricas e pedagógicas na relação interdisciplinar com a Biblioteconomia, sugerindo-se ainda denominações da área profissional. O resultado das conferências foi a formalização da Ciência da Informação, nos Estados Unidos, como área de nível acadêmico. O documento produzido nessa Conferência registra que a partir de 1900, se configura o desenvolvimento de um novo conhecimento e de métodos para disseminar a informação. Os profissionais de Biblioteconomia e de faculdades e departamentos de ciência e tecnologia nos Estados Unidos preocuparam-se com o tratamento de todo tipo de informação.

Vannevar Bush, responsável pelo Office for Scientific Research and Development durante a Segunda Guerra Mundial, observou a importância socioeconômica do papel da informação, bem como das soluções ao problema exponencial da informação. Ele propôs encontrar saídas técnicas para a pesquisa e o desenvolvimento. Na sua visão, estava presente o fator da automação de processos para a recuperação da informação. Em seu artigo prospectivo *As we may think*, descreve os possíveis instrumentos que poderiam controlar e organizar a informação, o que veio contribuir decisivamente para que os pesquisadores desenvolvessem tecnologias para o controle e a recuperação da informação. Bush cria o sistema Memex que impulsiona as investigações tecnológicas aplicáveis ao armazenamento e recuperação da informação. A proposta de Bush introduziu também os índices associativos que deram início à implantação dos sistemas de bases de dados, hipertextos e hipermídia.

Pode-se considerar que a indústria e a investigação bélica e militar foram as causas do desenvolvimento da Ciência da Informação, tendo como ponto de partida a Segunda Guerra Mundial. Na década de 60 a evolução se transformou em revolução conceitual e metodológica em especial através da ASIS. A complexa realidade documental fez com que o conceito Documentação se torna insuficiente. Nos Estados Unidos, uma nova situação estava delineada através da convergência de atividades científicas até então disjuntas: Biblioteconomia, Informática, Pesquisa e Desenvolvimento, Ciências da Comunicação, Ciências do Comportamento, Ciências da Imagem e do Som, Resumos e Índices.

Nesse horizonte, a Ciência da Informação reformula os espaços de estudo, atividades, saberes e técnicas, ocupados, até então, por instituições de memória. A documentação existente em bibliotecas, auxiliada pela tecnologia com recursos para lidar com grande volume de dados, fazia com que surgisse a construção de bases de dados, metadados ou meta-informação objetivada de variáveis selecionadas da produção científica, que seriam utilizadas para a recuperação da informação e para a formulação de políticas científicas.

A incessante busca de um desenvolvimento globalizado, no aspecto da intelectualidade e da mecanização dos procedimentos para a organização da informação, trouxe uma nova perspectiva, através da Ciência da Informação, para a superação da crise da Documentação, o que o próprio conceito gerara a partir de estudos científicos, tais como Bibliometria e Linguística Documental. Isto muito contribuiu para o aparecimento da comercialização de produtos de informação, mediante consultorias em desenvolvimento de técnicas para recuperação e difusão seletiva da informação; o estudo e a elaboração de linguagens documentárias especializadas, com o thesaurus; automação e consultas *on-line*; banco de dados e outros serviços.

A Ciência da Informação configura-se a partir da temática das *nuances* contraditórias das disciplinas sociais, desde os recortes deixados pela biblioteconomia, passando pelo processamento automático de dados, análise de processos, cibernética, inteligência artificial, pesquisa e desenvolvimento, psicologia e, sobretudo, pelas tecnologias da informação e comunicação.

Mostafa (1966) diz que:

A biblioteconomia ao recortar o seu objeto, deixou escapar o fluxo informacional com seus canais de comunicação: ao invés preocupou-se com o

registro dos estoques bibliográficos na forma de classificação e catalogação de documentos. Estudava-se em biblioteconomia a forma correta de fazer catálogos e referências bibliográficas; preocupava-se com tipologias de catálogos (sistemático, onomástico) e com tipologias classificatórias do conhecimento. Preocupações importantes, mas cuja importância o desenvolvimento de novas tecnologias ao lado do desenvolvimento da própria ciência veio a remodelar [...] A Ciência da Informação se constitui como disciplina no espaço vazio que a biblioteconomia deixou de ocupar (não porque não quis; não precisou). (MOSTAFA, 1966, p. 2).

Nessas *nuances* contraditórias, prepara-se uma “caixa de ferramentas” em forma de ciência para cuidar de redes cognitivas de pesquisadores, dos canais e fluxos informacionais, procedimentos de buscas e indexação (MOSTAFA, 1966). A Ciência da Informação está, cada vez mais, comprometida com as tecnologias da informação e comunicação. Tornou-se lugar-comum falar em redes cooperativas, *softwares* integrados, todo um aparato tecnológico que venha a contribuir para a geração de conhecimentos e informação relacionados às bibliotecas, para que estas possam beneficiar-se deles. Ao absorver questões de comunicação, a Ciência da Informação entende que o processo de informação flui pelos canais de comunicação, principalmente o da científica.

Segundo Gómez (2000), abordando este processo de desenvolvimento no Brasil,

[...] diferentes ações e empreendimentos em Ciência e Tecnologia faziam sua leitura histórica das interfaces – as desejadas e possíveis – de adesão aos modelos de industrialização e desenvolvimento, incluindo em maior ou menor medida em seus programas o desenvolvimento de um setor de informação científico-tecnológica. (GÓMEZ, 2000, p. 3).

Como se percebe na literatura, as reflexões acerca dos princípios que norteiam a formação do profissional da informação no Brasil, no que se refere ao seu modo de saber/fazer, data do início do Século XX (1911 a 1930), quando o bibliotecário era erudito, humanista, ligado à cultura e às artes, sob a influência da Ecole Nationale des Chartes (Paris). Seu papel também era reduzido à guarda das coleções de manuscritos, livros e impressos. As bibliotecas se restringiam às coleções particulares, aos conventos e mosteiros ou às instituições públicas.

A própria história da Biblioteconomia no Brasil e a constituição do campo científico se confundem com a história da Biblioteca Nacional e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e

Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

De acordo com a pesquisa realizada por Castro (2000),

[...] as dimensões da Biblioteconomia brasileira podem ser compreendidas sob várias perspectivas, sendo as principais a profissional, a técnica e a que diz respeito aos métodos de influência (ensino humanista e ensino pragmático). A perspectiva profissional engloba desde a formação até os estudos de mercado de trabalho. A técnica, as formas de controle, processamento e armazenamento da informação e, também, o uso das novas tecnologias e linguagens documentárias. Os modelos de influência evidenciam o currículo e a inserção política, social, cultural e educacional do bibliotecário. (CASTRO, 2000, p. 22).

Segundo Castro (2000), as décadas de 50 e 60 são consideradas como as de maior relevância para a constituição do campo da Biblioteconomia brasileira em termos de conquistas profissionais, uniformização de conteúdos escolares, criação e ampliação de escolas e cursos, estabelecimento dos debates científicos através de eventos como os Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação, e aparecimento de lideranças nacionais, entre outros aspectos.

O termo bibliotecário passa a ser utilizado na Biblioteca Nacional, a partir de 1824, quando da aprovação do segundo dispositivo legal Artigos Regulamentares para o Regimento da Bibliotheca Imperial e Pública, elaborado por Frei Antonio de Arróbia, após a Independência do Brasil.

Uma nova fase na Biblioteca Nacional (1897) e, conseqüentemente, para o campo da Biblioteconomia no Brasil, é quando se estabelece um novo regulamento aprovado pelo Decreto 8.835 de 11 de junho de 1911, que a reestruturava. Com isto, criam-se os Serviços de Permutas Internacionais de Bibliografia e Documentação e o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil. (CASTRO, 2000).

A condição para ser bibliotecário através desse curso era possuir cultura geral, o que incluía, além do conhecimento da língua materna, demonstrado em prova escrita, os saberes universais nos diversos campos, aliados aos domínios dos idiomas falados, nas Artes, Ciências e Letras. As disciplinas eram teóricas e práticas e o programa de cada disciplina era bastante extenso, abrangendo diversos conteúdos. Ao encerramento de cada disciplina, os alunos submetiam-se aos exames finais por disciplina, que consistiam de provas escritas, práticas e orais.

O curso da Biblioteca Nacional funcionou até 1922. Com a mudança do Museu Histórico Nacional, em 2 de agosto de 1921, houve dificuldades em assegurar o bom funcionamento do curso, tanto que foi extinto pelo decreto nº 15.670, de 6 de setembro de 1922. Pelo Decreto 20.673 de 17 de novembro de 1931, fica novamente restabelecido, na Biblioteca Nacional, o Curso de Biblioteconomia, estruturado em novas bases, com duração de dois anos, e que daria vantagens especiais aos portadores de certificados para o exercício da profissão de bibliotecário.

O Decreto nº 20.673, de 17 de novembro de 1931 teve grande repercussão na imprensa carioca e mineira e, conforme assinala Castro (2000), transcrevendo:

Este decreto [...] vem preencher, caso seja executado, uma lacuna, porque será o primeiro passo para que em um futuro próximo, possa o Brasil contar com elementos de competência e prática para a organização e remodelação de suas bibliothecas. Castro (2000, p. 59).

Com a criação do Colégio Mackenzie (1870), por George Whitehill Chamberlain e Mary Annesly, ambiente influenciado pela moderna pedagogia americana, implanta-se pela primeira vez, no Brasil, o modelo pragmático de ensino da Biblioteconomia e de organização de biblioteca. A contratação da bibliotecária americana Dorothy Murriel Geddes, pelo Mackenzie, teve grande repercussão. As disciplinas ministradas foram: Catalogação, Classificação, Referência e Organização, tendo a biblioteca George Alexander como laboratório de aprendizagem. Estava iniciada a trajetória para a formação do profissional da informação no Brasil.

Com a reforma da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Paulo em 1935, é criado o Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura, dirigido com o objetivo de consolidar, sistematizar e normalizar as atividades de ensino, informais e asistemáticas, desenvolvidas na Biblioteca Municipal desde 1929. Este curso era oferecido anualmente com a finalidade de reciclar, atualizar funcionários e organizar os acervos das bibliotecas no município e na capital, serviços de bibliotecas públicas, populares, circulantes e infantis. Inicialmente, eram ministradas as disciplinas Catalogação, Classificação, História do Livro, completando-se o currículo com Referência. Em 1939, há uma interrupção do curso, sendo retomado em 1940 na

condição de Escola de Biblioteconomia anexa à Escola Livre de Sociologia e Política, ampliando-se para dois anos a sua duração.

A aprovação da Lei 2.839, promulgada em 5 de janeiro de 1937, Lei das Bibliotecas, é o grande marco dado aos bibliotecários, no período da ditadura de Vargas. O artigo 13 da referida lei estabelecia que só seriam admitidos como bibliotecários aqueles que apresentassem diploma de Curso Superior e de Biblioteconomia, exceção para cargos em pequenas bibliotecas.

A reforma administrativa através do Decreto-Lei nº 2.116, de 6 de maio de 1940, determinou a divisão da carreira de Bibliotecário em Bibliotecário e Bibliotecário-auxiliar. E através do Decreto 6.416, de 30 de outubro de 1940, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), instituiu o Curso de Biblioteconomia, intensivo, com duração de seis meses, cuja finalidade era proporcionar aos ocupantes de carreira de bibliotecário-auxiliar o acesso à carreira de bibliotecário. O curso funcionou até 1944, e suas disciplinas eram: Catalogação e Classificação; Bibliografia e Referência; Organização e Administração de Bibliotecas.

Com a distribuição de bolsas de estudo, de acordo com os recursos orçamentários, atitude que veio a contribuir para a descentralização do ensino biblioteconômico no País, que se concentrava no Rio de Janeiro e São Paulo, o resultado foi a formação de bibliotecários que ampliaram o leque do ensino para outras capitais. Na Bahia, Bernadette Sinai Neves, deu forma e dirigiu a primeira Escola de Biblioteconomia, fundada em agosto de 1946.

A década de 40 foi um marco do desenvolvimento no campo da biblioteconomia. A adoção do modelo americano deu ênfase ao uso de técnicas, conteúdos pedagógicos, contudo houve detrimento dos conteúdos de natureza humanística.

Em geral, a literatura reporta-se aos critérios de seleção de alunos e ao número de disciplinas oferecidas. Cada escola possui seus padrões definidos pela instituição a que se vincula. São registradas as condições mínimas necessárias para admissão de alunos ao curso de biblioteconomia.

Na fase evolucionária, a partir da fundação do IBBD, em 1954, cujo projeto foi todo planejado e escrito por Lydia de Queiroz Sambaquy, a idéia de criar um órgão centralizador tinha a finalidade de controlar e disseminar informações e pesquisas produzidas pelos cientistas nacionais, bem como aquelas produzidas em outros países e que eram de interesse da ciência brasileira. Com esta perspectiva, abre-se um novo debate para a Biblioteconomia brasileira sobre os limites profissionais do bibliotecário e do documentalista. Algumas escolas passaram a adotar

o termo documentação e, da mesma forma, os congressos realizados na área passaram a denominar-se Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

O IBBD instituiu um novo regime de informação no Brasil (GOMEZ, 2003; FROHMANN, 1995 apud ODONNE, 2004). Como Odonne (2004), essa afirmativa,

[...] decorre não somente das novas práticas e posturas que o órgão adotou e disseminou entre bibliotecários e pesquisadores brasileiros, mas principalmente da força das novas construções teóricas que começaram a ser utilizadas no contexto do órgão. Parecia difícil enfrentar a estruturação de um órgão como o IBBD apenas na posse de um par de conceitos biblioteconômicos. (ODDONE, 2004, p. 113).

A contemporaneidade apresenta-se como um importante marco para a pesquisa e abordagens teóricas e para o uso de tecnologias para armazenamento, recuperação e transferência de informações por meio de redes e sistemas tecnológicos. Como se vê, há uma coerência dos autores na definição das fases em que se configura a trajetória da Biblioteconomia no Brasil, que se inicia com as ordens religiosas dos Beneditinos, Franciscanos e Jesuítas, mas, tem seu marco inicial com a criação da Biblioteca Nacional.

A tecnologia que afetou muitas profissões, também afetou a do bibliotecário. Verifica-se na literatura a preocupação com as tecnologias da informação e comunicação para dar suporte à seleção, organização, recuperação e disseminação da informação. Discute-se sobre o perfil do profissional da informação, suas competências e habilidades e, conseqüentemente, o campo de atividades da informação e o espaço ocupado pelo bibliotecário no cenário de mudanças.

3 A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: HABITUS E CAMPOS SEGUNDO BOURDIEU

A Ciência da Informação surge a partir do fenômeno da “explosão da informação”, após a Segunda Guerra Mundial, com múltiplas definições e abrangências, não só na tentativa de organizar a literatura técnica e científica, como também num esforço de promover o controle bibliográfico e o tratamento da documentação no âmbito da indústria de informação, transformando a informação em produtos e serviços para a comunidade especializada. Seu eixo evolutivo e parte dos seus objetivos iniciam-se na Biblioteconomia, passando pela Documentação, que não a substitui.

Segundo afirma Popper apud Saracevic (1996) ao procurar definir o campo da Ciência da Informação,

[...] um campo é definido pelos problemas que são propostos e a CI é definida como um campo englobando, tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional, pelos problemas que propõe e pelos métodos que escolheu, ao longo do tempo, para solucioná-los. Qualquer campo incluindo a CI não pode ser entendido ou explorado através de definições léxicas ou ontológicas. (POPPER apud SARACEVIC, 1996, p. 41).

Assim, o ponto de convergência entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação possui características bastante fortes, consiste no compartilhamento de seu papel social e sua preocupação comum com os problemas de utilização dos registros gráficos. Entretanto, as diferenças entre estes campos divergem quanto a: (1) questões teóricas e modelos explicativos; (2) natureza e grau de experimentação de desenvolvimento empírico; (3) conhecimento de competências; (4) instrumentos e enfoques usados; e (5) natureza e força das relações interdisciplinares estabelecidas e; (6) sua dependência para o avanço e evolução do campo. Todas estas divergências são claramente demonstradas e reforçam que, embora estes campos estão intrinsecamente relacionados às fortes ligações interdisciplinares, em campos diversos à

Biblioteconomia e à Ciência da Informação, em que um se consiste na manifestação especial do outro.

Segundo Gómez (1995),

A ciência da informação surge após a constituição e expansão de um novo campo de interesses e investimento social ao qual pertence essa “dobra” que diferencia as informações do que seja a informação sobre as informações e que também levou a considerar o conhecimento, a comunicação, os sistemas e usos da linguagem como objetos de pesquisa científica e tecnológica. No recorte que lhe é particular, se o conhecimento é focalizado desde a comunicação, a comunicação do conhecimento é colocada no contexto da ação, das práticas sociais. Isto não acontece, porém, de maneira imediata e sem ressalvas. (GÓMEZ, 1995, p. 1).

Muitos autores argumentam que a área deslocou seu eixo do acervo – informação estática – para o acesso à informação, dirigindo-se para o campo social. A informação torna-se dinâmica, sobrepondo o seu significado social para se tornar acessível.

Para Saracevic (1996) são três as características que constituem a razão da evolução da Ciência da Informação:

Primeira, a CI é por natureza, interdisciplinar, embora suas relações com outras disciplinas estejam mudando. A evolução interdisciplinar está longe de ser completada. Segunda, a CI está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação. O imperativo tecnológico determina a CI, como ocorre também em outros campos. Em sentido amplo, o imperativo tecnológico está impondo a transformação da sociedade moderna em sociedade da informação ou sociedade pós-industrial. Terceira, a CI é, juntamente com muitas outras disciplinas, uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação. A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia. Essas três características ou razões constituem o modelo para compreensão do passado, presente e futuro da CI e dos problemas e questões que ela enfrenta. (SARACEVIC, 1996, p. 42).

A Ciência da Informação se constitui como Ciência Social, sendo também influenciada por perspectivas de outros campos do conhecimento, tais como: a Sociologia, a Administração, a Lógica, a Lingüística, a Teoria Geral dos Sistemas, a Psicologia e as Ciências da Computação. Agregada às tecnologias da informação e comunicação, modifica as dimensões

dos espaços-temporais da guarda e da transmissão da informação e, nesta manifestação, tomam de empréstimos conceitos, teorias e metodologias de pesquisa.

Como ciência, a Ciência da Informação é um campo científico em construção e não se pode afirmar, consensualmente, qual o seu objeto e a extensão do seu campo de atividades, mas sabe-se que o principal objeto é a informação. E, considerando os problemas informacionais, admite-se que existam três pontos principais questionáveis em função deste objeto:

1. Como ajustar as ferramentas tecnológicas, além das estratégias para tornar mais acessível o crescente conteúdo de conhecimento e informações?
2. Como fornecer informações relevantes para indivíduos, grupos e organizações envolvidas com a ciência e a tecnologia, já que a informação é um dos mais importantes insumos para se atingir e desenvolver essas áreas e outros campos do conhecimento?
3. Como descrever, sucintamente, a informação de maneira inteligível, que satisfaça as necessidades específicas de cada indivíduo. (SARACEVIC, 1996, p. 43).

As discussões desse campo vindas da filosofia, aliadas aos desafios das novas formas de comunicação através das redes de computadores, exigem que se enfrentem questões na abordagem da informação, tanto pela segurança do objeto de trabalho e de pesquisa localizados nas bibliotecas e nos documentos, quanto pelas novas demandas que o desenvolvimento científico tecnológico e o movimento social têm trazido.

Segundo Smit, Tálamo e Kobashi (2004,),

Nenhum campo científico se impõe no ambiente da pesquisa acadêmica se não dispuser de uma linguagem própria, ou seja, de uma linguagem especializada. E, para cumprir a função de uma linguagem especializada, esta pressupõe, por sua vez, que os termos da mesma remetam a conceitos específicos, distintivos. (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004, p. 7).

Sendo assim, a definição do seu objeto de pesquisa, também pode constituir-se de termos fragmentados como dado, conhecimento, documento, que surgem e evoluem a partir de questões próximas às organizações sociais, tendo como entorno as tecnologias e as estruturas comunicacionais. Segundo Smit, Tálamo e Kobashi (2004, p. 6) “[...] os termos utilizados pela

área não refletem conceitos, mas remetem a procedimentos práticos, instrumentos que regulamentam as aplicações práticas ou a outras áreas do conhecimento”. Isto representa a fragilidade de conceitos, epistemológicos e acadêmicos da área e a busca pela consolidação de uma linguagem específica.

Na atual conjuntura, a Ciência da Informação ainda não apresenta um consenso de sua especialização. É possível constatar que, mesmo com a evolução do seu campo, em face das tecnologias da informação e comunicação e do deslocamento do seu eixo das aplicações práticas da Biblioteconomia e da Documentação, a ênfase está no acesso à informação.

Nesse contexto, os conceitos sociológicos discutidos por Pierre Bourdieu, em outros campos do saber, servirão de retórica para respaldar a fundamentação epistemológica deste trabalho.

Os princípios de construção desse espaço social e seus mecanismos de reprodução representam um modelo válido que indica as diferenças que separam as estruturas e as disposições – *habitus* e *campus* – das particularidades de uma área coletiva cheia de *nuances*.

O *habitus* pode ser entendido como o conhecimento prático adquirido, um capital que transcende as tradições ideais que o sujeito incorpora através da ação, da reflexão dos princípios de visão e divisão, que estabelecem as diferenças da noção de *habitus*. Segundo Bourdieu (2004, p. 150) *habitus* é “[...] uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos”. Em outra obra, ele também conceitua o *habitus*, como “[...] uma espécie de senso prático do que se deve fazer em determinada situação, o senso do jogo, arte de *antecipar* o futuro do jogo, em esboço, no estado atual do jogo”. (BOURDIEU, 1996, 42).

O *campus* corresponde a delimitações do espaço geográfico que se apresentam de forma estruturada e cujas propriedades podem ser analisadas independentemente das características de seus agentes. Cada *campus* tem sua própria lógica, sua hierarquia, que se estabelece entre as espécies de capital e a ligação estatística entre os diferentes haveres. Para Bourdieu, “[...] são as estruturas sociais [...] e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais”.

Capital pode ser entendido como poder, cuja reprodução na estrutura de distribuição se dá na relação entre as estratégias e a lógica específica do *campus*.

A relação de poder de *campus* segundo Bourdieu (1989), apud Marchiori (1992), fundamenta-se no conceito de capital que é,

[...] o que pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, [...] no estado incorporado, e que pode ser judicialmente garantido – representa um poder sobre o campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado no trabalho [...] sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre o conjunto de rendimentos e ganhos. (BOURDIEU, 1989 apud MARCHIORI, 1992, p. 16).

Assim, o capital se divide em vários tipos de capitais, valorizados de maneira particular, tanto pelo nível de autonomia do campo quanto pela dinâmica que o campo determina como capital de poder, que vai compor o capital simbólico. Capital simbólico, segundo Marchiori (1992, p. 22) “[...] é aquele que é posto em jogo nas ‘lutas’ e condicionalmente a posição do agente no campo, é a soma de diferentes tipos de capitais. Os possíveis grandes grupos de capitais poderiam ser divididos conforme o conjunto de suas características distintivas”. De acordo com esta reflexão, para efeito, consideram-se quatro tipos de capitais:

- a) Capital cultural adquirido pelo agente através de mecanismos complexos da instituição escolar e pela experiência e perfis obtidos durante sua formação. Quanto mais importante for o capital cultural destes agentes e quanto maior for o peso relativo deste capital em relação ao capital econômico, haverá uma exigência de estratégias de reprodução para distribuir este capital na estrutura do espaço social, cujas dimensões fundamentais fazem com que o capital se agregue aos outros capitais e com que a estrutura social tenda a se consolidar.
- b) Capital profissional traduzido pela posição hierárquica que ocupa na vida profissional, entre outras variáveis.
- c) Capital político, que reflete o prestígio adquirido pelo agente na estrutura social em relação a comunidade, as atividades que representa, entre outros indicadores.
- d) Capital socioeconômico, efetivamente é o que tem o valor reconhecido em qualquer campo. Segundo Marchiori (1992, p. 23) é “[...] o conjunto das variáveis sócio-econômicas que representam tanto o capital inicial que o agente traz de sua origem como o pagamento por sua força de trabalho”.

Para Bourdieu (1996),

[...] o peso relativo do capital econômico e do capital cultural (... estrutura do capital) é traduzido em um sistema de referências que os leva a privilegiar seja a

arte em detrimento do dinheiro, as coisas da cultura em detrimento das questões de poder etc., seja o inverso; com essa estrutura de capital, por meio do sistema de preferências que ela produz, encoraja-os a se orientar, em suas escolhas escolares e sociais, em direção a um ou outro pólo do campo do poder, o pólo intelectual ou o pólo de negócios, e a adotar as práticas e as opiniões correspondentes. (BOURDIEU, 1996, p. 43).

A teoria geral dos campos sociais, discutida por Bourdieu, permite: descrever e definir a forma pela qual se revestem vários campos, seus mecanismos, conceitos, capitais, de forma a fazer compreender a gênese social do referido campo; apreender aquilo que é necessário para a crença que o sustenta; entender o jogo da linguagem, dos bens simbólicos e materiais que geram, que explicam, somam, subtraem; identificar os atos dos seus produtores, as obras construídas e as trajetórias por eles seguidos.

A lógica do campo constitui-se nos interesses dos agentes e no modo de pensar. Este modo de pensar torna-se diferenças simbólicas que se constituem em linguagem. As diferenças associam-se às posições, aos bens, às práticas e, sobretudo, à maneira como funcionam, como diferenças constitutivas de sistemas simbólicos para cada agente ou grupo social. As distinções só são perceptíveis quando socialmente pertinentes e, se percebidas por agentes dotados de percepção, de taxonomias, que lhes permitem estabelecer diferenças inscritas no campo em questão e distinguir e discernir entre um contexto e outro.

Assim, a Ciência da Informação surge no campo das Ciências Sociais aplicadas, tentando solucionar os problemas de representação do conhecimento, processamento, recuperação e acesso à informação, apresentando questões epistemológicas ainda alvo de discussão de muitos teóricos. É um diálogo recente, mas com uma longa tradição com referência ao seu objeto de estudo, que é a informação. Como área do saber, desenvolve-se a partir de seus antecedentes como etapa necessária para o repensar da pesquisa e de sua atuação.

Nessa discussão entre teóricos, Capurro (2003) afirma que a história da Ciência da Informação sofre influência de várias outras áreas do conhecimento científico. Suas raízes históricas estão voltadas para duas vertentes: uma está vinculada a Biblioteconomia clássica, a Documentação, que, em linhas gerais, estuda os problemas relacionados com a transmissão de mensagens; e a outra está relacionada ao mundo digital, de caráter tecnológico, que se preocupa com os processos de produção, coleta, organização, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação. Esta afirmativa é reconhecida por outros

autores. O conceito de informação para o qual Capurro (2003) busca as raízes vem através da análise da filosofia grega.

As discussões vindas da filosofia e da epistemologia, aliadas aos desafios das tecnologias de informação, e comunicação, exigem que se enfrentem questões na abordagem da informação tanto pelo objeto de estudo e de pesquisa localizado nas bibliotecas e nos documentos, quanto pelas novas demandas que o desenvolvimento tecnológico e o movimento social têm trazido. Mas, como diz Bourdieu (1996),

[...] é preciso cuidar para não transformar em propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo qualquer [...] as propriedades que lhes cabem em um momento dado, a partir de sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de *oferta* de bens e práticas possíveis. (BOURDIEU, 1996, p. 18).

Nas oposições, onde se concretizam e coexistem variadas formas de pensar o campo social, existe a abordagem tanto estruturalista, que “[...] visa apreender relações objetivas, independentes das consciências e das vontades individuais”, quanto da postura fenomenológica, interacionista ou etnometodológica, que “[...] visa apreender a experiência que os agentes realmente têm nas interações, nos contatos sociais e contribuição que trazem à construção mental e prática das realidades sociais”. (BOURDIEU, 2004, p. 49).

Assim, a objetivação do conhecimento torna-se matéria-prima da Ciência da Informação, quando esta pretende entender sua natureza, comportamento, possibilidades e leis que fundamentam sua existência e desenvolvimento. Uma vez o conhecimento produzido, está sujeito a críticas, apropriações e reformulações.

O modo de pensar substancia o senso prático que leva os agentes ou grupo social a tratar as preferências ou atividades de certo campo como propriedades inscritas em uma espécie de **essência cultural** que os leva a erros ou acertos de compreensão e comparação do campo. Em todo o campo social, há um espaço constituído, seja através da classe ou das classes construídas das práticas, e o que se propõe é uma imagem configurada e sinótica. Segundo Le Coadic (1996),

[...] a Ciência da Informação tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese e efeitos), ou seja, mais precisamente: a análise

dos processos de construção, comunicação e uso da informação; e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso. (LE COADIC, 1996, p. 26).

A Ciência da Informação é interdisciplinar por natureza, estando associada com a tecnologia da informação e comunicação, com outras áreas do conhecimento, e sendo participante da evolução da Sociedade da Informação. Ela busca constantemente sua identidade, tentando estabelecer núcleos de áreas de pesquisa que delimitem as fronteiras com outras disciplinas.

Conforme observa Oliveira (1998) apud Miranda (2003),

A busca da identidade levou a área a várias tentativas de fundir-se teoricamente com outros campos, de forma a ocupar posição científica. Ingwersen (1992) aponta duas tendências mais visíveis: uma vertical se movendo em direção à comunicação e uma tentativa horizontal para juntar-se com a ciência da computação. (OLIVEIRA apud MIRANDA, 2003, p. 135).

Continuando esse raciocínio, “as carências técnicas da área podem ser parcialmente resolvidas pela interdisciplinaridade, entretanto, é preciso um domínio da área de pesquisa para poder julgar a conveniência do “empréstimo teórico [...]”. (OLIVEIRA, 1998, apud MIRANDA, 2003, p. 135).

Enquanto objeto da Ciência da Informação, o termo *informação* deve ser delimitado e diferenciado do objeto de outras áreas do conhecimento. Deve ser dotado de *habitus* que implique o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes deste objeto de disputa e de uma consistência da investigação epistemológica. O seu objeto, no senso-comum, quando compartilhado com outras áreas do conhecimento, dificulta a construção do seu arcabouço teórico-conceitual, alimentando a “crise paradigmática”.

Para a definição do campo em relação ao objeto da Ciência da Informação, Marchiori (1992, p. 16) utiliza-se de argumentos interpretando Bourdieu:

Para que um campo funcione é preciso que haja objeto de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de

disputas, etc. (BOURDIEU, 1983, p. 89). Para que os agentes se coloquem no campo, e nele se apropriem de posições, devem partilhar um mesmo *habitus*, ao mesmo tempo em que disputam o poder do campo na medida em que se enfrentam com seus capitais. Este poder posto em jogo é chamado por ele de ‘poder simbólico’ que é uma espécie de “[...] poder visível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (MARCHIORI, 1992).

A construção desse espaço só poderá se dar através do trabalho, da luta de classe, da construção do espaço social. Marchiori (1992) trazendo o pensamento de Bourdieu para o campo em discussão, complementa:

O campo da Ciência da Informação é um “espaço multidisciplinar, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às transformações, de modo mais ou menos directo (sic) ao campo de produção econômica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas)”. (MARCHIORI, 1992, p. 15).

Segundo Marchiori (1992, p. 14), “[...] para o agente, esta construção do *habitus* representa a possibilidade de convivência dentro do espaço social, na medida em que se elegem categorias de percepção deste que são essencialmente produtos [...]” e continua citando Bourdieu,

[...] da incorporação das estruturas objetivas do espaço social [...] que levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele [...] implica uma aceitação tácita da posição, um sentido das distâncias a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar –, e isto, sem dúvida de modo tanto mais firme quanto mais rigorosas são as condições de existência de quanto mais é a imposição do princípio da realidade. (BOURDIEU, 1989 apud MARCHIORI, 1992, p. 14).

Para que os agentes se coloquem no campo e possam apropriar-se de posições, devem compartilhar dos mesmos hábitos, ao mesmo tempo em que disputam o poder do campo e à medida que enfrentam seus capitais.

Todo empreendimento científico se inspira na convicção de que só é possível capturar a lógica mais profunda do mundo social submergindo na particularidade de uma realidade

empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “[...] caso particular do possível [...] como uma figura em um universo de configurações possíveis” (BOURDIEU, 1996, p. 15).

Cada campo possui sua própria lógica, sua hierarquia, com estruturas diferenciadas, definidas pelo lugar que ocupam, pela distribuição do capital. Nesta lógica, as classes sociais são apenas classes lógicas, teóricas, determinadas, de um conjunto homogêneo de agentes que ocupam posição idêntica no espaço social.

O campo da Ciência da Informação é constituído por diferentes agentes e grupos sociais heterogêneos que, segundo Miranda (2003, p. 11) “[...] buscam respostas para as complexas relações sociais e problemas de comunicação e utilização de conteúdos. Mesmo com carências técnicas e estruturais, a área se renova superando seus próprios limites”. O advento da era digital só fez aumentar as fronteiras temáticas e metodológicas do campo em questão. A Ciência da Informação, sempre que se confronta com situações diferenciadas, recorre a métodos e teorias de outras áreas do saber, existindo um relacionamento necessário com o conhecimento objetivo, prático, do pensamento de forma que seja acessível e passível de crítica.

Segundo Smit, Tálamo e Kobashi (2004):

[...] o domínio da Ciência da Informação não se constitui apenas pelos referentes dos quais se ocupa, mas principalmente pelos enfoques e instrumentos que associam esses referentes a situações que determinam o campo de produção e circulação de bens e serviços informacionais. Sendo assim a área encontra-se entre a totalidade de uma disciplina compartimentada – proveniente da experiência da vida cultural – e um projeto fundado em ciências parciais desconectadas uma das outras. Organiza-se inicialmente por meio de um quadro de conceitos ligados a distintos domínios e ganha a especificidade de **disciplina situacional**, quando se propõe a representar o mundo de determinado modo e nele intervir através de determinados produtos e equipamentos sociais. (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004, p. 5).

Os grupos sociais do campo da Ciência da Informação se desdobram em inúmeros subgrupos. Em cada um deles, a definição de valor leva a um poder de força entre seus agentes pelo qual cada um representa nos sistemas de posições e relações objetivas, caracterizando o poder simbólico. O poder de força está vinculado à posição estratégica em que os agentes se

encontram, uma vez que estes se movimentam, compartilham, e dependem da cooperação mútua para o desenvolvimento das atividades comuns do campo.

Segundo Marchiori (1996),

[...] os campos, contudo, não são estanques. Os agentes têm certa mobilidade de transitarem entre vários campos do espaço social. Porém, as características peculiares a cada campo e o nível de reconhecimento de sua autonomia, determinam o tipo de jogo e as condições de “luta” que serão apresentadas aos agentes, bem como as regras às quais estão submetidos. Desta forma os tipos de capitais simbólicos são valorizados de maneira particular, tanto pelo nível de autonomia do campo como pelo que a dinâmica deste campo determina com o capital de maior poder. (MARCHIORI, 1996, p. 8).

Todo campo social é constituído por agentes ou grupos sociais. De acordo com as estatísticas, estes são distribuídos, tendo como princípios de diferenciação o capital econômico e o capital cultural. As condições de distanciamento ou aproximação espacial dos agentes ou grupos sociais são distintas, de acordo com o volume total de capital que possuem ou de acordo com as estruturas de peso relativo dos diferentes tipos de capital, econômico e cultural. Os detentores do capital econômico e do capital cultural opõem-se àqueles de menor perspectiva de peso relativo. As diferenças de oposições, como as tomadas de posição, traduzem-se em política, em probabilidade da posição tanto do peso relativo do capital cultural quanto do volume de capital econômico possuído.

Assim, o espaço de posições sociais, segundo Bourdieu (1996),

[...] se retraduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou de *habitus*.) [...] A cada classe de posições corresponde a uma classe de *habitus* (ou de *gostos*) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. (BOURDIEU, 1996, p. 21).

Bourdieu (1996) argumenta ainda:

A análise entre as *posições sociais* (conceito relacional) as disposições (ou os *habitus*) e as *tomadas de posição*, as “escolhas” que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática [...] só é possível *entre sistemas* e que a pesquisa de equivalentes diretos entre laços isolados, sejam eles diferentes à primeira vista, mas “funcional” ou tecnicamente equivalentes [...] ou nominalmente idênticos [...] arrisca-se a uma identificação indevida de propriedades estruturalmente idênticas. (BOURDIEU, 1996, p.18).

Na concepção de Bourdieu, o espaço social que organiza as práticas e as representações dos agentes, possibilita a construção das classes teóricas tão homogêneas quanto possível, da perspectiva dos dois principais determinantes das práticas e de todas as propriedades que dali decorrem. Estas classes teóricas é que constituem o recorte teórico e agrupam, ao mesmo tempo, agentes sociais com princípios diferenciados, que, em um dado momento, poderão aproximar-se ou distanciar-se, definindo ou objetivando uma pretensão de existir como grupo.

Os efeitos que essas classes teóricas produzem, são efeitos políticos que refletem uma realidade. Entretanto, não se passa de classe teórica para um efeito de classe real, a não ser por uma mobilização resultante de lutas de classes, como luta simbólica – política – para impor uma visão de mundo social, construída na percepção e na realidade, e reconstruir as classes que podem ser recortadas.

Segundo Bourdieu (1996),

A existência de classes, na teoria e, sobretudo na realidade cada um sabe disso por experiência, é um alvo de lutas. E é aí que reside o principal obstáculo a um conhecimento científico do mundo social e à solução [...] Negar a existência de classes [...] é, em última análise, negar a existência de diferenças e de princípios de diferenciação. (BOURDIEU, 1996, p. 26).

Para Bourdieu, as diferenças existem por toda a parte. Esta diferença é que determina o campo social, o espaço de diferenças, no qual as classes sociais estão inseridas como “algo que se trata de fazer”.

Bourdieu (1996) reafirma:

Dito isso, se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e, sobretudo *coletivamente*, na cooperação e

no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social [...], a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. (BOURDIEU, 1996, p. 27).

Assim, a interpretação do campo social nas palavras de Bourdieu (1996),

O espaço social me engloba como um ponto de vista. Mas esse ponto é um *ponto de vista*, principio de uma visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma perspectiva definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição objetiva a partir da qual é assumida. O espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele. (BOURDIEU, 1996, p. 27).

E segundo Bourdieu (1989, p. 135) apud Marchiori (1992, p. 16) “[...]a ligação estatística existente entre diferentes haveres, faz com que o campo econômico tenda a impor a sua estrutura a outros campos”. A partir desta particularidade, deriva-se a chamada autonomia relativa dos campos.

A autonomia relativa de um campo como espaço de relações objetivas onde se encontram seus agentes e seu próprio desenvolvimento, passado ou presente, é o que confere a sua história e a sua autonomia relativa e, portanto a lógica original. Se existe história, conseqüentemente, existem agentes e produtos criados e situados, pertencentes a uma classe ou a grupo cujas estratégias devem à posição relativa que têm na estrutura do campo intelectual, a forma, a lógica e o conteúdo que apresentam.

O espaço social, na visão de Bourdieu (1996), organiza-se de acordo com três dimensões, a seguir analisadas:

Na primeira dimensão, os agentes se distribuem de acordo com o volume global do capital possuído – capital econômico e capital cultural; na segunda, de acordo com a estrutura destes capitais, ou seja, do peso relativo desses capitais, que formam o conjunto de patrimônio; na terceira, de acordo com a evolução, no tempo, do volume e da estrutura de capitais possuídos. (BOURDIEU, 1996).

Ainda, segundo Bourdieu (1996);

Dada a correspondência que se estabelece entre o espaço social e o espaço de disposições (ou de *habitus*) de seus ocupantes e também, por intermediação dessas últimas, o espaço de tomadas de posição, o modelo funciona como princípio de classificação adequado: as classes que podemos produzir recortando as regiões do espaço social agrupam agente tão homogêneo quanto possível, não apenas do ponto de vista de suas condições de existência, mas também do ponto de vista de suas práticas culturais, de consumo, de suas opiniões políticas etc. (BOURDIEU, 1996, p. 30).

Sendo assim, as relações de poder no campo, fundamentam-se no conceito de capital, segundo a visão de Marchiori (1992) apud Bourdieu (1989)

Que pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre o conjunto de rendimentos e de ganhos. (BOURDIEU apud MARCHIORI, 1992, p. 16)

Todas as diferenças de oportunidades e apropriação de bens e serviços não podem ser atribuídas, apenas, ao capital cultural e econômico. Existe outro princípio de diferenciação e um deles é o capital político, cuja distribuição está na base das diferenças constatadas, principalmente no consumo e no estilo de vida, segundo Bourdieu (1996).

O capital político para Bourdieu não possui outros “[...] adversários na luta pelo princípio de dominação dominante que acontece no campo do poder a não ser os detentores de capital escolar” (capital cultural). O capital político constrói sua representação no espaço social “[...] capaz de dar conta da distribuição dos poderes, dos privilégios e do estilo de vida” (BOURDIEU, 1996, p.32).

Qualquer que seja o capital é imprescindível a luta dos agentes pelo poder para sua ocupação, o que permite romper com as hegemonias do mundo social. O campo simbólico da Ciência da Informação é um mundo socialmente particular, que não se deve limitar a uma imagem cômoda, mas onde se devem observar os tipos de conceitos estruturais e funcionais entre o campo social e outros campos que, juntos, têm seus domínios, dominantes e dominados; seus

conservadores e suas vanguardas; seus mecanismos de reprodução, revestidos de forma específica no seu interior.

A compreensão conceitual da Ciência da Informação estabelece um corpo teórico que chama a atenção para o valor que a informação tem para a sociedade, bem como as inúmeras teorias que tentam explicar o conceito de informação como objeto de estudo próprio do campo da documentação. Também estuda os objetos que contêm a informação e as atividades que se formam sobre eles nos diversos sistemas estabelecidos para administrar, conservar e difundir a informação (GONZÁLEZ, 2005).

O fato é que a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação substanciam um campo social, mas não estão associadas às posições dominantes deste campo. Fala-se dos conceitos estruturais que existem entre o campo da Biblioteconomia e o da Ciência da Informação, isto significa afirmar que existem traços estruturantes e equivalentes – que não querem dizer idênticos – em conjuntos diferentes.

O campo da Ciência da Informação tende a ser diferente de outros campos sob vários aspectos, principalmente quando se trata de uma questão de poder – poder de competição; poder de capital; poder das relações de força e estratégias; poder de publicar do autor; poder de aprofundar nas pesquisas; poder de interesses institucionais, etc. Fica evidente o lugar das relações de força que são impostas pelos agentes – das lutas que visam transformar ou conservar o campo – e que pesam para aqueles que tentam iniciar-se neste espaço. Torna-se a princípio uma espécie de alvo de luta e concorrência no interior do campo, impondo um capital simbólico, pois segundo Bourdieu (2004, p. 170), “[...] é como capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores ao preço de um trabalho e de estratégias específicas [...]”. A determinação da natureza deste reconhecimento é medida pelo sucesso comercial, pela consagração social ou pela simples notoriedade, que quando mal adquirida pode levar ao descrédito.

Para Bourdieu (2004),

[...] com a noção de campo obtém-se o meio de apreender a particularidade na generalidade, a generalidade na particularidade [...] pode-se exigir proposições gerais sobre o funcionamento dos campos e pode-se levantar, a partir de uma teoria geral do funcionamento dos campos, hipóteses muito poderosas sobre o

funcionamento de um estágio particular de um campo particular. (BOURDIEU, 2004, p. 171).

Existem aqueles agentes que negam a existência do campo da Ciência da Informação como um campo científico. Para estes agentes, este campo está fadado à redução dos sentidos por não possuir sua base epistemológica. Por um lado, organizam-se em um universo de exceções, com poucas estratégias, cujos interesses e as lutas de existência comum constituem-se nos interesses de outros campos como um campo de forças, de lutas. Por outro, pode ser reduzido àquilo pelo que foi construído, reduzindo as estratégias, interesses e lutas que acontecem no campo político ou na existência comum.

Na visão de Bourdieu (2004),

[...] o campo de lutas que visa transformar ou conservar a relação de forças estabelecida: cada um dos agentes investe a força (o capital) que adquiriu pelas lutas anteriores em estratégias que dependem, quanto à orientação, da posição desse agente nas relações de força, isto é, de seu capital específico. (BOURDIEU, 2004, p. 172).

São lutas permanentes que se opõe aos agentes entrantes, que não devem ser confundidas com aqueles agentes já consagrados. Entretanto, o que está em jogo nas lutas destes campos é a definição dos limites do campo e o seu objeto, o que significa, no pensamento de algumas correntes, a recusa de uma existência legítima do campo como científico por entendê-lo como um campo que traz consigo influência de outros campos do conhecimento para se fortalecer.

Segundo Bourdieu (2004),

Essa exclusão simbólica não é senão o inverso do esforço no sentido de impor uma definição da prática legítima, no sentido... de constituir como definição histórica de tal arte ou de tal gênero que corresponda aos interesses específicos dos detentores de um capital específico. (BOURDIEU, 2004, p. 173).

Quando bem-sucedidas, as estratégias são colocadas em jogo, transformando-se em competências que fortalecem o campo científico, tornando-o inseparável do campo econômico e político que, conforme Bourdieu (2004),

[...] consegue garantir-lhes um poder sobre o capital detido por todos os demais produtores, na medida em que, através da imposição de uma definição da prática legítima, é a regra do jogo favorável a seus trunfos que acaba se impondo a todos (e, sobretudo, pelo menos no limite, aos consumidores), são as suas realizações que se tornam a medida de todas as realizações. (BOURDIEU, 2004, p. 173).

O campo da Ciência da Informação ocupa uma posição de poder na qual os agentes dominantes, enquanto detentores do poder e dos privilégios pela posse do capital econômico e político exercem força sobre o capital cultural, e os acadêmicos são dominados nas suas relações com estes detentores. Esta dominação estrutural toma forma com o mercado. A posição entre dominantes-dominados-dominantes explica a tomada de posição de alguns agentes da área.

Tais argumentos, embora comuns entre os campos modernos, significam pouco para o avanço da área e são completamente irrelevantes na aplicação científica, técnica ou profissional. Entretanto, são importantes as diferenças na seleção e na definição de problemáticas, paradigmas, metodologias e soluções teóricas ou práticas. Só é possível apreender a realidade quando se utilizam instrumentos lógicos para perceber, de forma objetiva, a dimensão do campo e seus recortes. O campo deve possuir um sentido e uma estrutura de pertinência específica para que os agentes determinem suas estratégias, concorrência, se interrelacionem com outros campos e mantenham sua posição interdisciplinar. Mediante uma série de construções de senso-comum, os agentes selecionam e interpretam os *habitus* que apreendem como realidade do cotidiano.

[...] Os objetos de pensamento científico construídos pelo *social scientist* a fim de apreender essa realidade social devem se basear nos objetos de pensamento construídos pelo senso comum dos homens que vivem sua vida cotidiana em seu mundo social. (BOURDIEU, 2004, p. 151).

Assim, a construção das ciências são construções feitas por agentes do campo social. O reconhecimento científico só é obtido mediante uma ruptura com as representações primárias

ideológicas e inconscientes. De um lado, o cientista constrói as estruturas objetivas descartando as representações subjetivas dos agentes que constituem coações que pesam nas interações. Por outro lado, as representações dos agentes devem ser consideradas e apreendidas, sobretudo para explicar as lutas individuais e coletivas do campo que visam transformar ou conservar a estrutura do espaço social. Para superar as oposições que se estabelecem entre as estruturas e as representações, Bourdieu (2004) propõe que,

[...] também é preciso romper com o modo de pensamento que Cassirer denomina substancialista e que leva a não reconhecer nenhuma outra realidade além das que se oferecem à intuição direta na experiência cotidiana os indivíduos e os grupos. A contribuição maior daquilo que se deve chamar de revolução estruturalista consistiu em aplicar ao mundo social um modo racional, que é o modo de pensamento [...] que identifica o real não as substâncias, mas as relações. (BOURDIEU, 2004, p. 152).

Desse modo, para a construção desse espaço social e torná-lo manifesto, os grupos devem construir *habitus* para objetivar as posições que eles ocupam, fortalecendo suas estratégias, levando-as a posições de poder e ocupando o espaço social que se recorta, se constrói, se aproxima ou se distancia de outros campos.

4 O MERCADO DE TRABALHO E O CAMPO DE ATIVIDADE DA INFORMAÇÃO: ONDE SE INSERE O BIBLIOTECÁRIO?

A sociedade tem suportado grandes revoluções, cada uma suprimindo culturas ou civilizações, substituindo o modo de vida. Desde a revolução agrícola, que levou milhares de anos para ser substituída pela revolução industrial, que durou em torno de 300 anos, até que, a partir da metade do século XX, com a evolução das máquinas, desponta a revolução tecnológica, criando novas possibilidades, alterando os processos econômicos, políticos, as relações sociais e culturais. Esta revolução cria um novo código informacional fazendo com que as fontes produtivas – informação e conhecimento – sejam ao mesmo tempo aplicadas para a geração de produtos que, centrados na produção do conhecimento e informação, levam ao “ciclo cumulativo entre a inovação e seu uso”. (CASTELLS, 1999, p. 51).

Ainda segundo Castells (1999),

[...] o processo atual de transformação tecnológica expande-se exponencialmente em razão de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada e transmitida. (CASTELLS, 1999, p. 50).

Para os países desenvolvidos, a era pós-industrial trouxe consigo a “revolução da informação”, desenvolvendo e inovando as telecomunicações. A base da revolução da informação (1950) provocou mudanças em todos os setores de atividades, ocorrendo o início do livre acesso à informação através da rede remota. Isto fez com que alguns autores cunhassem o termo Aldeia Global, sinalizando para o encurtamento da distância, tempo, espaço e maior disseminação de informação. Segundo Souto (2006),

A "Aldeia Global" vive a essência das transformações, passando por uma alteração no panorama mundial, consequência da explosão informacional e das tecnologias de informação e comunicação. A informação considerada como recurso de poder proporciona à sociedade a possibilidade de desenvolvimento, uma vez que propicia a geração e aplicação do conhecimento e também, concorre para o exercício da cidadania, à medida que possibilita ao indivíduo a

compreensão dessa mudança e oferece os meios de (re)ação individual e coletiva. Para isso, no entanto, é necessário garantir ao indivíduo o acesso à educação e à informação nas suas mais variadas formas de apresentação, possibilitando a condução do conhecimento e a formação da consciência crítica. (SOUTO, 2006).

Assim, nos meados do século XX (1970), acontecimentos históricos de grande dimensão transformam o cenário mundial, constituindo o novo paradigma da sociedade da informação, tendo como base a revolução tecnológica que remodela a base da sociedade em ritmo acentuado, proporcionando a integração do mercado econômico globalizado. Há uma nova relação entre o Estado, a economia e a sociedade. O Estado, nação, estabelece uma estreita relação com o sistema capitalista global, seja interrompendo, promovendo, liderando a inovação tecnológica, à medida que expressa sua força dominante, seja, imergindo no modelo de Sociedade da Informação com sua base material, tecnológica, de atividade econômica e de nova organização social.

O Estado foi, ao longo da história, a grande força de inovações tecnológicas e pôde construir seus pilares mais avançados de forma autônoma e inovadora, impondo sua estratégia de poder pelo monopólio institucionalizado, incorporado nas organizações e difundido por toda sociedade através de normas e deveres, distribuição de renda, emprego, serviços e produtos em relação ao consumo e investimentos. O Estado, embora tenha passado por conflitos sociais e políticos, foi bem-sucedido ao se integrar às redes econômicas globais, aproximando-se do modelo desenvolvimentista.

As transformações, tanto no âmbito das organizações públicas como privadas, têm por objetivos: a busca pelo lucro em relação ao capital e trabalho; o aumento da produtividade com a produção globalizada; a circulação de mercadorias; o aproveitamento de oportunidades para a competitividade e o apoio estatal através de isenções de impostos, muitas vezes em detrimento da proteção social e das normas de interesse público. Quando o Estado se afasta de seus interesses no desenvolvimento tecnológico ou se torna incapaz de promovê-los, leva à estagnação da sociedade, impedindo que ela crie e aplique a tecnologia. Quando isto acontece, as organizações exercem e impõem as relações de limites, contratos sociais através da luta pelo poder existente em cada uma delas.

De fato, a inovação tecnológica e a transformação das organizações foram pautadas na flexibilidade e na adaptabilidade que garantiram a reestruturação tanto do capitalismo quanto da realidade institucional e tanto dos bens de capital quanto da geração de produtos, podendo-se afirmar que a revolução informacional está ligada à expansão do capital econômico da indústria através do modo de produção. O capital econômico exerce o poder de força sobre a produção e os investimentos enquanto subsiste na e pela diferença das posições relativas no espaço das relações e ainda que, invisível, pudesse ser traduzido em capital simbólico.

A revolução informacional foi essencial para a implantação de processos de reestruturação tanto do campo econômico quanto do campo social, que tenta redefinir seus objetivos estruturais para poder assimilar e usar os princípios ditados pela Sociedade da Informação centrada em tecnologias e que força a transferência, para as máquinas dos processos manuais antes executados pelo homem. Na concepção de Lojkine (1999) apud Santos (2004),

A transferência para as máquinas de um certo tipo de funções cerebrais abstratas (o que propriamente caracteriza a automação) está no coração da revolução informacional, já que tal transferência tem como consequência fundamental deslocar o trabalho humano da manipulação para o tratamento da informação. Neste sentido a revolução informacional nasce da oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais, desenvolvidas pelo maquinismo industrial. (LOJKINE apud SANTOS, 2004, p. 5).

Segundo Castells (1999), o pós-industrialismo combinou três afirmações e previsões que devem ser diferenciadas analiticamente:

- a) A fonte de produtividade e crescimento reside na geração de conhecimentos, estendidos a todas as esferas da atividade econômica mediante o processo da informação.
- b) A atividade econômica mudaria de produção de bens para prestação de serviços. O fim do emprego rural seria seguido pelo declínio irreversível do emprego industrial em benefício do emprego no setor de serviços que, em última análise, constituiria a maioria esmagadora das ofertas de emprego. Quanto mais avançada a economia, mais seu mercado de trabalho e sua produção seriam concentrados em serviços.
- c) A nova economia aumentaria a importância das profissões com grande conteúdo de informação e conhecimentos em suas atividades. As profissões administrativas, especializadas e técnicas cresceriam mais rápido que

qualquer outra e constituiriam o cerne da nova estrutura social. (CASTELLS, 1999, p. 225).

Entretanto, Castells (1999) adverte que essas três afirmativas, embora estejam relacionadas e servindo de apoio à estrutura social, devem ser vistas com alguma restrição e serem submetidas à confirmação empírica. E afirma que conhecimento e informação são as principais fontes de produtividade e crescimento. Isto comprova o uso de conhecimento que tem por base o crescimento da produtividade como característica da economia industrial nos países avançados.

O pós-industrialismo provocou mudanças na produção de serviços, quando inseriu as tecnologias da comunicação e informação, baseando-se em conhecimento. Antes da Segunda Guerra Mundial, o que existia era a forma mecanicista das estruturas econômicas industrial e rural. Não se tinha como base a fonte do crescimento e sua produtividade. A economia global e informacional organiza-se em torno dos centros de controle capazes de coordenar, inovar e gerenciar as atividades interligadas às redes. A sociedade pós-industrial consolida-se na experiência organizacional, investindo em tecnologia, grupos de especialistas e na produção e transmissão de informação.

Os serviços avançaram através da coleta de informações e gerenciamento de sistemas de informação, bem como, pesquisa e desenvolvimento e inovação científica, que estão no entorno dos processos econômicos, seja na indústria, seja em produtos e serviços transformados em geração de conhecimento e fluxos da informação. Estabeleceu-se um modelo diferenciado de espaço e tempo, caracterizado, de um lado, pela dispersão e concentração simultânea de atividades que, de um lado, aumentaram substancialmente e apresentaram um índice de crescimento na taxa de emprego e investimentos e, do outro, por uma concentração de atividades nos centros urbanos, com hierarquia de funções de poder e qualificações.

Tal fato afirma as expectativas de que os avanços trouxeram e trarão profundas alterações para a pesquisa e transmissão de conhecimentos, tornando-os a principal força de produção da sociedade. (CARVALHO; KANISKI, 2000):

O que nos leva a concordar com Lyotard (1986, p. 4-5) quando afirma que “[...] o antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissolúvel da formação do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso.

Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado [...]”. (CARVALHO; KANISKI 2000, p. 34).

A sociedade, ao ser organizada por processos, passa a determinar a produção, experiência e o poder. Utilizando os conceitos de Castells (1999), entende-se aqui por produção um processo social complexo cujos elementos são diferenciados de acordo com cada campo social. É a ação que o indivíduo exerce sobre a matéria ao apropriar-se dela e transformá-la em produto, parte dele é disponibilizada ao consumo e parte acumulada para investimento, conforme os objetivos. O indivíduo como produtor coletivo inclui o trabalho como ferramenta organizadora da produção, diferenciado-o de acordo com o papel de cada um no processo produtivo. O produto gerado pelo processo produtivo utilizado pela sociedade pode ser visto de duas formas: consumo e excedente, que, segundo Castells (1999), seriam:

As estruturas sociais interagem com os processos produtivos determinando as regras para apropriação, distribuição e uso do excedente. Essas regras constituem modos de produção, e esses modos de produção definem as relações sociais de produção, determinando a existência de classes sociais, constituídas como tais mediante sua prática histórica. (CASTELLS, 1999, p. 33-34).

A experiência entendida como a ação do sujeito sobre si mesmo, determinada pela interação entre identidades biológicas e culturais, em relação ao ambiente social. Poder é a relação entre os indivíduos com base na experiência e produção, institucionalizadas pelo Estado. Impõe-se a vontade de um sobre os outros pelo potencial de emprego de capital simbólico cujas redes de relacionamento e competição concretizam a produção, experiência e poder nas fronteiras de cada campo específico e, assim, gerando culturas e identidades coletivas.

Dessa forma, usuários e criadores são simultaneamente os mesmos; o capital simbólico funciona globalmente estabelecido pelas redes de informação no espaço intemporal de fluxos financeiros. A complexidade da revolução tecnológica da informação e comunicação sugere novos modelos dos campos de atividades sociais, econômicas, políticas, culturais e,

conseqüentemente, de formação profissional. Os campos de atividades constituem-se em categorias abstratas em cada contexto histórico e o controle do que vai além dos limites de fronteiras fica nas mãos dos detentores do poder que visam a maximização de lucros ou o aumento do excedente apropriado pelo capital econômico e político, com base no controle dos meios de produção e circulação.

As transformações do trabalho e das relações produtivas do ambiente organizacional se alteram e se ampliam, com as tecnologias da informação e comunicação, passando por um processo de reestruturação, caracterizado pela flexibilidade de gerenciamento; descentralização através de redes de relacionamentos, da conectividade e interatividade; age como principal instrumento do paradigma informacional e do processo de globalização. Entretanto, na visão de Castells (1999),

A tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. (CASTELLS, 1999, p. 25).

Os países desenvolvidos se reconheceram como autores da revolução informacional que provocou mudanças nos paradigmas de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, tornaram-se controladores e legitimadores do acesso à informação e do conhecimento, que por sua vez impulsionam e controlam, através do capital econômico, tanto o setor de serviços como o de produção, que incorporam a informação e o conhecimento como recursos estratégicos para a concretização dos pilares: produção/desenvolvimento/economia.

Diante de tal fenômeno, os países em desenvolvimento estão sendo pressionados pelos reflexos dessas mudanças e têm urgência em adotar suas regras para estabelecerem sua posição relativa de diferenciação e construir seu capital simbólico. Talvez, o mais instigante, segundo Marchiori (1992, p. 28-29), “seja a descentralização dos canais e tipo de informação, pelo governo, para as mãos dos indivíduos, cujos efeitos perpassam as esferas culturais, sociais, políticas e econômicas”. O livre acesso à informação modifica as estruturas sociais de poder e autoridade de forma globalizada, porque seus efeitos não podem ser dimensionados.

No Brasil, convive-se com realidades diferentes, a indústria chegou tardiamente. O avanço tecnológico ainda não se concretizou e o que se percebe são apenas alguns espaçados

núcleos de excelência em conhecimento para a subsistência do setor agrícola e da industrialização, enquanto nos Estados Unidos, no meado da década de 70, os trabalhadores do setor da informação respondiam por 47% da força de trabalho, os operários industriais por 28%, os trabalhadores em serviços por 22% e os do setor agrícola por 3%.

Muitos autores detectaram a existência e estudaram o campo de atividade da informação, de característica dinâmica que lhe é própria e lhe permite exercer sua autonomia relativa, construir seus *habitus* e diferenciar-se dos demais campos sociais. As tecnologias da informação e comunicação são ferramentas que movem o campo de atividade de informação, gerando a indiscutível rapidez do fluxo informacional, embora sejam questionados a qualidade, a confiabilidade, a disponibilidade e o acesso. A rapidez com que se conecta e acessa a informação exige outros questionamentos, como a privacidade, a fragmentação, a segurança e a soberania das nações, além das variáveis que movem os capitais políticos, econômicos, culturais e sociais.

O crescente uso da informação em diferentes suportes, aliado aos investimentos em tecnologias da informação e comunicação, provocou a transposição de atores envolvidos em atividades de produção para atividades de serviços onde figuram a informação. Entretanto, não se deixou de produzir bens materiais, o que se verificou foi a qualificação de pessoas para utilização das tecnologias e dos processos de controle, reduzindo, assim, atividades braçais que vinham sendo desenvolvidas pelo homem. Este fenômeno ocorreu paulatinamente nos países desenvolvidos.

A nova conjuntura gerou um modelo produtivo, baseado em conhecimento e informação; automatizou os processos de negócio; (re)desenhou o perfil do profissional da informação, dando-lhe múltiplas habilidades e saberes. E, para entender as contínuas transformações do campo de atividades da informação, consciente de sua responsabilidade profissional e organizacional, criou-lhes competências profissionais específicas para que pudesse ir além dos processos de inovação e produtos, responder pela imprevisibilidade do mercado, causada pela movimentação do capital econômico, que acirra a competitividade entre as organizações. Segundo Takahashi (2000) afirma que, “[...] na nova economia não basta dispor de uma infra-estrutura moderna de comunicação; é preciso competência para transformar informação em conhecimento [...]. Ele prossegue afirmando que, “a educação funciona como o elemento-chave para a construção de uma Sociedade da Informação e também como condição

essencial para que pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e, assim, a garantir seu espaço de liberdade e autonomia”. (TAKAHASHI, 2000, p. 6).

As mudanças e a diversificação do mercado de trabalho são responsáveis pelo surgimento da expressão *Modern Information Professional* expressão criada pela FID. Prova disto é que, conforme Kling (1990) apud Marchiori (1992, p. 30) nos Estados Unidos, através da FID/MIP (FID, 1992), criou-se um comitê cuja finalidade é identificar as ocorrências de ocupações informacionais diretamente ligadas à área de produção, processamento e distribuição de informação como produto. Este setor investigou e encontrou 83 ocupações que preencheram as características do campo de atividades de informação, concluindo que, à medida que o campo se expande, vai adquirindo características econômicas como um todo. Isto significa que as atividades que se inserem são diferentes em *status*, poder, forma de pagamento e que estas segmentações internas refletem padrões que estão caracterizados em toda sociedade.

A partir do momento em que o campo de atividades de informação passa a ser considerado fator preponderante do capital econômico, os serviços e produtos gerados – conhecimento e informação – se transformam em lucro e, quando aliados às tecnologias, desenham e modelam a indústria da informação. Neste contexto, verifica-se o surgimento de categorias de profissionais que lidam com a informação e, conseqüentemente, diferenciadas funções exigidas por elas. Um grupo de profissionais que se diversifica pelas necessidades pontuais ante a concorrência cada vez mais acirrada. Sendo assim, cada campo de atividade da informação deve ser questionado e validado de acordo com a competência e competitividade de cada um deles.

Os produtos e serviços da indústria na Europa identificados por Casey (1991), apud Marchiori (1992) incluem,

[...] inclui a identificação de um mercado de informação, que produz e comercializa bases de dados, serviços de informações bibliográficas *on-line*, serviços de videotexto, produtos de CD-ROM, videodisco, além de grandes redes de difusão de dados. (CASEY apud MARCHIORI, 1992, p. 31).

No Ocidente, segundo Saracevic (1996) apud Barbosa (2005),

[...] as mudanças orgânicas que começavam a esgarçar o tecido social anunciavam o esgotamento das formas históricas de produção do Capital, que usavam os recursos naturais, o trabalho e o dinheiro como fatores de produção e, neste interregno, as formas produtivas tomavam como recurso o conhecimento. Este fenômeno emergiu como resultado concreto do investimento em ciência e tecnologia e em pesquisa e desenvolvimento, desde as gerações passadas, e que se intensificou no século XX, produzindo uma quantidade tão grande de informações científicas e tecnológicas que os países avançados, após a Segunda Guerra, investiram maciçamente na descoberta de meios mais eficientes para armazenar e gerenciar o conhecimento acumulado, o que culminou com o nascimento da informática. (SARACEVIC apud BARBOSA, 2005, p. 14).

A questão política diz respeito a quem possui o capital econômico que modela a sociedade, reconhece os problemas e os controla, torna o trabalho produtivo e compensador, adquirindo uma dimensão de concorrência com seus competidores. A ênfase está na busca de novas ferramentas tecnológicas; dispositivos personalizados; na interatividade e na conectividade; na formação de redes que se propaga e são apropriadas por diferentes culturas, países, organizações com diferentes objetivos, tipos de aplicação e uso, que por sua vez produzem inovações, acelerando a velocidade e ampliando o cerne das transformações e diversificando suas fontes.

A sociedade não mais deve ser entendida sem as ferramentas tecnológicas. As redes de computadores interligando as organizações crescem exponencialmente, surgem comunidades virtuais, criando formas e canais de comunicação, modelando o tempo e o espaço. O sistema de comunicação cada vez mais utiliza a linguagem digital, promovendo uma integração universal de produção de palavras, sons, imagens de forma personalizada. Como afirma Castells (1999) a este respeito:

[...] a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico. (CASTELLS, 1999, p. 26).

Sem dúvida, a revolução informacional desafia as relações de poderes, prerrogativas, privilégios que contradizem a revolução industrial e, ao mesmo tempo, torna-se altamente tecnológica. A sociedade reescreve um novo código de comportamento além da padronização, da sincronização, da centralização, da concentração de energia e poder. Este traz no seu escopo suas próprias perspectivas, seus próprios modos de lidar com o tempo, espaço, lógica, causalidade, ao mesmo tempo em que exige mais eficácia e eficiência.

Nesse quadro que se apresenta, delimitar o perfil e o campo de atividade do profissional da informação e, em particular, do bibliotecário é difícil e complexo já que a sociedade contemporânea requer atuação de profissionais no mercado de trabalho com variedades de competências. E, neste espaço, as mudanças causadas pela inovação tecnológica que afetaram e afetam a concepção tradicional de bibliotecas e, conseqüentemente, introduziram mudanças na formação do bibliotecário, exigem um posicionamento que o faça enfrentar os desafios inerentes ao novo código que se apresenta.

Como diz Cunha (1999),

No momento o que se vê – é que para atuar nos novos espaços profissionais é preciso ser híbrido – ter qualidade dentro de todas essas áreas. Além disso, é cada vez mais necessário que o profissional de informação tenha conhecimentos da área de atuação da instituição em que trabalha. Sem dúvida é um grande desafio. (Cunha, 1999, p. 1).

O novo código informacional tem a tecnologia como fonte de produtividade para a geração de conhecimento, processamento da informação e comunicação. Cada campo de atividade tem seu princípio estruturante determinado pela base dos processos tecnológicos que exigem a acumulação cada vez maior de conhecimento e processamento de informação, que caracteriza a produção. Conhecimento e informação são elementos importantes em todas as esferas de desenvolvimento, haja vista que o processo produtivo sempre se baseia em conhecimento e no processamento de informação, transformando a ação de conhecimentos sobre o próprio conhecimento em fonte de produtividade e o processamento de informação na melhoria da tecnologia desta produtividade que interage num círculo constante.

Dessa forma, as esferas de desenvolvimento modelam o processo de comportamento social, baseando-se nas tecnologias da informação e comunicação, estreitando a ligação entre a

cultura, forças produtivas e o modo de desenvolvimento social e informacional exigidos pelo campo de atividade da informação. Os elementos, tais como usuário, interdisciplinaridade, tecnologias da informação e comunicação, novas tipologias documentais, responsabilidades éticas no lidar com a informação, e os ambientes de trabalho propiciados pelas ferramentas informacionais são fatores determinantes para que o bibliotecário possa repensar o seu perfil e seu campo de atividade.

Em cada país, a sociedade da informação e o campo de atividades de informação vêm sendo constituídos de forma diferente em ações, projetos, desenvolvimento social conforme estratégias delineadas para cada contexto. O Brasil, ao continuar com o seu processo de desenvolvimento, conseqüentemente, chegará à concretização dos principais processos de geração de conhecimentos, produtividade econômica, poder e comunicação. Já é possível verificar as transformações causadas pelas inovações tecnológicas através da sociedade, que vem, gradativamente, utilizando o novo código informacional, conectando-se às redes globais de riqueza, do poder simbólico, que funcionam sob esta lógica, embora com diferentes cenários e expressões culturais e institucionais específicas de cada região.

No final do século XX (1990), foi possível perceber aspectos críticos para a formulação e implementação de programa, a exemplo da Internet brasileira que tem como referência a comunidade científica, o setor privado, a área comercial e o próprio Estado, que tem oferecido à sociedade melhoria do funcionamento da prestação de serviços. Todo o sistema brasileiro de telecomunicações foi privatizado na época, criou-se a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o que permitiu a aceleração e a disponibilidade de acesso aos meios de comunicação. A criação da base tecnológica permitiu a criação de cursos de especialização nas universidades, bem como a ampliação de pesquisas e desenvolvimento e o fomento a empreendimentos.

O Governo Federal, através do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq), reage ao paradigma técnico-informacional e, de acordo com o Programa Sociedade da Informação (1996), estruturam-se as bases dos serviços de computação, comunicação e informação, com dimensão nacional, focado na sociedade, na pesquisa e educação, no setor econômico, com o propósito de construir a sociedade da informação brasileira.

Verifica-se que o acesso às tecnologias da informação e comunicação se restringe àqueles que possuem um capital econômico-social mais elevado que, conseqüentemente,

estabelece a seleção natural de agentes com capital cultural, também elevado. É preciso criar modelos de conectividade para que haja um aumento significativo de alfabetização digital das classes sociais econômica e culturalmente menos favorecidas. O Estado e o setor privado devem articular, junto às organizações, iniciativas inovadoras que assegurem o acesso às redes eletrônicas de comunicação.

O Estado brasileiro disponibiliza elementos essenciais para a construção de estratégias a fim de construir novos modelos e oportunidades significativas que contribuirão para o desenvolvimento socioeconômico, manutenção da posição de competitividade econômica no cenário mundial e resgate da dívida social. TAKAHASHI (2000) diz que:

A inserção favorável nessa nova onda requer, entretanto, além de base tecnológica e de infraestrutura adequadas, um conjunto de condições e de inovações nas estruturas produtivas e organizacionais, no sistema educacional e nas instâncias reguladoras, normativas e de governo em geral. O impacto positivo que a “nova economia” pode gerar para o país depende ainda da participação do maior número possível de pessoas, organizações e regiões como usuárias ativas das redes avançadas de informação. (TAKAHASHI, 2000, p. 5).

Nesse contexto, verifica-se a importância da participação do bibliotecário, contribuindo de forma efetiva para construir de fato uma Sociedade da Informação, observando princípios e metas relativos à preservação da identidade primária, à sustentabilidade do desenvolvimento, à efetiva participação social e política no cenário nacional. O desafio reflete oportunidades e riscos. Compete ao bibliotecário encontrar não apenas seu caminho e suas prioridades dentro do conjunto de *habitus* a ser desenvolvido e do campo de atividades de informação, como o espaço de luta pela manutenção da classe social além do conhecimento, que constitui o capital cultural e, conseqüentemente, um poder para ir em busca de capital econômico e melhor adequação do seu perfil na sociedade da informação.

Percebe-se que, cada vez que aumenta a taxa de desenvolvimento tecnológico, as atividades e os serviços tradicionais são transformados e substituídos por aqueles de formato virtual. Todavia, para gerar melhores alternativas de trabalho, bem como contribuir para a permanência do profissional bibliotecário, tornam-se necessárias a melhoria da qualificação e o desenvolvimento de novas habilidades e competências, sobretudo quanto ao conhecimento das tecnologias de informação e comunicação. O mercado vem, cada vez mais, exigindo mão-de-obra

qualificada para atender ao novo código que determina as mudanças do cenário técnico-econômico-social e a universalização de serviços de informação e comunicação, o que é fundamental para assegurar a produtividade, a melhoria da competitividade e o acesso à informação.

A Sociedade da Informação exige não somente uma infra-estrutura moderna de comunicação, mas competências para transformar informação em conhecimento. Assim é na área de educação onde se encontra o elemento-chave para a formação do bibliotecário. Acredita-se que o problema fundamental está na grade curricular dos cursos de graduação, que vêm, lentamente, se moldando à realidade informacional. Com isso, Takahashi (2000) diz que:

O impacto de tecnologias de informação e comunicação coloca a necessidade de se pôr em marcha e manter, como situação de equilíbrio dinâmico, amplo processo de revisão curricular em todos os níveis e áreas. Um reposicionamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais deve ser considerado. (TAKAHASHI, 2000, p. 49).

O autor pondera alguns pontos e, entre eles, estão incluídos aqueles necessários à formação do profissional da informação:

No nível de graduação, alguns currículos estão irremediavelmente obsoletos [...] o típico currículo de Ciências da Informação [...], reflete uma visão da área que foi atropelada em muitos aspectos essenciais [...] pela revolução das tecnologias de informação e comunicação [...]. No nível de pós-graduação em tecnologias de informação e comunicação à necessidade de se acelerar a formação de especialistas, não somente para fazer face às necessidades do mercado, mas principalmente para se adequar à velocidade de evolução das tecnologias de informação e comunicação. (TAKAHASHI, 2000, p. 49).

Ele também diz que “é preciso qualificar minimamente novos profissionais de todas as áreas nas novas tecnologias” (TAKAHASHI, 2000, p. 54), e que estes estejam habilitados a desenvolver tecnologias mais intensivamente para atender às demandas no desenvolvimento de aplicações de atividades educacionais.

Os dados estatísticos quanto à colocação dos bibliotecários no mercado de trabalho são irrelevantes ou contraditórios. Os bibliotecários constituem apenas uma ínfima parcela dentro

do conjunto de profissionais que atuam no campo de atividades da informação. As escassas oportunidades para o profissional bibliotecário no mercado de trabalho refletem, em parte, a visão da sociedade a respeito deste profissional. A visão de que o bibliotecário lida apenas com livros em bibliotecas e que não desenvolve outras habilidades em outros espaços informacionais está enraizado na sociedade com uma visão estereotipada e equivocada em diversos segmentos.

O profissional da informação, o bibliotecário, dentro do contexto atual, tem um grande desafio de sobrevivência para mudar e transformar seu espaço social e suas fronteiras buscando novos conceitos de jurisdição e profissão. Em seu artigo, Miranda (2000) diz que:

[...] o grande desafio do futuro será enfrentar o fato de que os estoques de informação do porvir serão como arquipélagos, distribuídos em milhares de pontos presumivelmente acessíveis, mas requerendo para isso um esforço fantástico de intervenção profissional para sua organização e uso mais adequado. (MIRANDA, 2000, p. 71).

É evidente que o fundamental impacto para a profissão seja criar novas oportunidades curriculares, ocasionado pelas tecnologias de informação e comunicação e associado à multiplicação da capacidade de interação com outros profissionais, já que a Ciência da Informação tende a se construir com base nos conceitos biblioteconômicos conjugados com as ferramentas tecnológicas e educação a distância. Muitas soluções, “são políticas e mesmo jurídicas e outras exigem desenvolvimentos tecnológicos apropriados, assim como soluções teóricas e normativas que dependem da pesquisa em geral e da Ciência da Informação em particular”. (MIRANDA, 2000, p. 75).

O Brasil, ao conceber planos nacionais de capacitação tecnológica e de produção de bens e serviços, também abre oportunidades no mercado de trabalho para o profissional bibliotecário. Entretanto, há necessidade de maior articulação por parte destes profissionais para participarem da luta de classes e domínio do campo de atuação onde a informação e as tecnologias da informação e comunicação estão sempre aliadas. A efetiva evolução dos agentes que lidam com informação depende do desenvolvimento de *habitus* exigidos pelo campo de atividades de informação, especialmente dos especialistas, cientistas e pesquisadores do objeto em questão.

Os mercados exigem profissionais qualificados e, no conjunto das mudanças, o profissional da informação se diversifica com atividades diferenciadas que demandam um envolvimento do capital intelectual. O profissional bibliotecário tem a sua frente desafios para entender os novos *habitus* que surgem, as novas necessidades informacionais e as soluções para a criação de novos métodos e formas de trabalho.

Como afirma Cunha (2003),

A velocidade das mudanças tecnológicas e organizacionais se reflete amplamente no mundo do trabalho, que se encontra em reorganização trazendo insegurança aos profissionais. Entretanto, é necessário não esquecer que este processo de mudança não é exclusivo da área das profissões da informação, mas inerente ao novo modelo econômico que introduz novas formas de gestão do trabalho e de socialização, valorizando as atividades em equipe, a interdisciplinaridade, o aprendizado contínuo e as atitudes comportamentais. (Cunha, 2003, p. 3).

O tempo médio necessário para a formação de um profissional na área, desde o ingresso na graduação até a conclusão do doutorado, é significativamente longo e nem todos aqueles que concluem a graduação têm oportunidade para ingressar em cursos de especialização, considerando que nem sempre a universidade os oferece, e que, também, somente existem cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação em universidades públicas. Segundo Takahashi (2000, p. 54) “o tempo médio de titulação nas diversas instituições é de 56 meses para o doutorado e 30,6 meses para o mestrado”. É preciso considerar não somente o número de vagas disponíveis na pós-graduação, como também a aceleração do processo de formação, mediante flexibilização curricular, criação de programas, incentivos especiais etc.

A evolução da sociedade e das organizações também exige daqueles que já atuam como profissionais uma formação continuada, sob pena de se tornarem obsoletos e ficarem à margem da evolução tecnológica. Existe uma forte articulação entre as universidades, as indústrias e o Estado para o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento e ciência e tecnologia, para que tal articulação se constitua, eficazmente, em transferência de tecnologias por meio de aprimoramento de profissionais através de universidades corporativas e ambientes de inovação.

A parcela dos profissionais de informação no Brasil ainda é, relativamente, muito baixa, pois poucos possuem capacidade e competência para atuarem em um mercado de trabalho cheio de *nuances*, o que leva a refletir sobre as dificuldades que se pode ter em acompanhar as aceleradas mudanças globais, que reforçam as economias mais desenvolvidas para outro estágio de desenvolvimento, em direção à sociedade da informação, em que se utilizam intensivamente de recursos com competências.

Em longo prazo, é possível prever um cenário do mercado de trabalho para os profissionais especializados e crescimento relativo da sua posição no campo da informação. Todavia é preciso mudanças metodológicas e incorporação de *habitus* que maximizem o conhecimento das tecnologias da informação e comunicação com experiências de inovações tecnológicas.

Esta é a concepção de Cunha (2003), ao abordar as novas características de trabalho:

Neste novo mundo do trabalho, as fronteiras que antes demarcavam nitidamente os limites entre as profissões estão desaparecendo. Na realidade, numa sociedade onde o trato com a informação tornou-se fundamental, o fazer dos profissionais da informação é cada vez mais compartilhado com outros profissionais. Isto significa que cada vez mais os bibliotecários são levados a trabalhar em equipes com profissionais de outras áreas do saber humano. Isto me parece um ponto positivo. (CUNHA, 2003, p. 3).

Hoje, segundo Oddone (1998),

[...] absolutamente imbuídos da idéia de uma sociedade da informação, de uma sociedade do conhecimento, globalizada, dependente do recurso estratégico informação. Uma sociedade informatizada, caracterizada por elevadas taxas de produção e consumo de informação de vários tipos, por canais múltiplos, pela onipresença midiática e marcada por uma nova comunicabilidade e uma nova sociabilidade [...] ao bibliotecário muitas vezes escapa a compreensão plena da relação entre o caráter estático das peças de seu acervo e o caráter dinâmico de sua própria atividade. (ODDONE, 1998, p. 2).

Oddone (1998) utiliza-se ainda de outros argumentos que permeiam os paradigmas da função biblioteconomia, afirmando:

A esfera profissional do bibliotecário, porém, parece fadada a sofrer, por muito tempo ainda, a influência das estruturas conceituais e paradigmáticas que se estratificam ao longo dos últimos dois séculos. Pouco desses profissionais parecem estar compreendendo e processando as marcas da nova cultura e do novo perfil social [...] tornando indispensável que se dê início a amplas e intensas ações de conscientização. O espaço reservado ao guardião, dos estoques acumulados do saber humano sempre estará disponível. Essa tarefa, no entanto, não deveria restringir o escopo da atividade biblioteconômica, pois o resgate do relevante papel social do bibliotecário – renomeado ou não como profissional da informação – passa necessariamente pela compreensão das novas dimensões que caracterizam seu exercício profissional. (ODDONE, 1998, p. 3).

Realmente, a própria legislação brasileira que regulamenta a profissão do bibliotecário (Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962) nega-se a reconhecer que o espaço social é dinâmico, se adaptada às normas do novo código da Sociedade da Informação que afetam o conteúdo da profissão, impedindo o transcender das fronteiras do campo mantido sob reserva de domínio próprio. Observa-se que, cada vez mais, a emergência de espaços de trabalho que poderiam ser ocupados por profissionais bibliotecários, mas que são ocupados por outros profissionais também denominados profissionais de informação. Assim, é necessário que se faça uma revisão na legislação no sentido não apenas de adequá-la ao novo código, mas no sentido de preparar a classe bibliotecária para enfrentar a competitividade do campo informacional.

A American Library Association na América do Norte e a Library Association, na Grã-Bretanha exercem importante papel no estabelecimento de critérios de programas de capacitação profissional na área de informação, acompanhando as tendências de mercado de trabalho, atuando como referenciais no sentido de legislar e regulamentar o exercício da profissão.

Sabe-se que as mudanças são difíceis de serem implementadas na Biblioteconomia. É preciso remover as barreiras impostas pelos paradigmas da biblioteca e do livro para que o exercício da profissão adquira melhor visibilidade. É preciso buscar soluções para ameaças e oportunidades em países já estabelecidos no campo informacional. Isto demandará esforços articulados com todos os profissionais bibliotecários, associações, universidades, cursos de pós-graduação para serem adotadas estratégias capazes de aprimorar e modernizar os programas de desenvolvimento do capital intelectual e capital cultural, capazes de promover, junto às

organizações, o novo código ditado pela sociedade informacional e estabelecer princípios para o profissional bibliotecário e seu novo perfil.

Castells (1999) afirma que:

Embora a reestruturação do capitalismo e a difusão do informacionalismo fossem processos inseparáveis em escala global as sociedades agiram/reagiram a esses processos de formas diferentes, conforme a especificidade de sua história, cultura e instituições. (CASTELLS, 1999, p. 37).

A profissão do bibliotecário é essencialmente social, de mediação de contato, do fazer para a sociedade, onde há fornecimento e demandas de informação, bem como a necessidade do gerenciamento de recurso de informação. O papel do bibliotecário é fornecer informação certa, no momento certo para a pessoa certa. As suas opções no mercado de trabalho estão cada vez mais diversificadas, mas, na sua essência, o bibliotecário se ocupa do estudo da informação em si – da teoria à prática, envolvendo a criação, identificação, coleta, validação, recuperação e uso –, sempre existindo um agente produtor e um outro consumidor, com uma finalidade.

5 O CAMPO DOS PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS

No mundo contemporâneo, o reflexo que o novo código informacional traduz leva à necessidade de significativas mudanças na ordem social e, principalmente, na educação. As profissões têm passado por mudanças significativas justificadas pela necessidade de se adequarem às demandas da Sociedade da Informação. Observa-se a grande procura pela formação em nível superior, a importância das idéias e da construção do conhecimento e aprendizagem. O profissional é levado a assumir um papel crucial tomando como base as teorias e pressupostos de que o diploma pode constituir-se no principal fundamento do direito à autoridade.

Nesse sentido, a profissão, além de possuir uma dimensão normativa e valorativa, define o campo social, o hierárquico e os de atividades dos profissionais, que podem ser identificados com as condições de luta que desenvolvem para disputar diferentes tipos de poder. São as associações, os sindicatos e o Estado que desempenham o papel regulador e normalizador das profissões, levando o profissional a desenvolver e articular sua trajetória e experiências antes, durante e depois do processo formal de profissionalização.

Entretanto, a educação profissional passa a ser questionada à medida que sua adequação não atende às demandas do mercado, à racionalização da produção técnico-científica, a responder às categorias relativas ao campo de atividade, de forma que as competências requeridas pela produção diferem das competências adquiridas pelo trabalhador quando da sua formação educacional.

Como afirma Brufem e Pereira (2004),

A universidade tem sido procurada na sua trajetória histórica, por três motivos principais: o desejo de saber, a busca de uma profissão ou a busca de status sócio-intelectual. Como instituição de uma sociedade organizada ela pode modificar ou ratificar o status social, acrescentando um poder simbólico ao poder real daqueles que ela tiveram acesso, conforme afirma Bourdieu. (BRUFEM; PEREIRA, 2004, p. 172).

Para Ramos (2000) a idéia que se difunde sobre competência na área educacional poderia promover o encontro entre trabalho e formação. Em relação ao trabalho, verifica-se que o conceito de competência se sobrepõe à qualificação. Na área educacional, legitima a passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares para um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações concretas e específicas.

Ao se discutir a noção de competência, a literatura aponta para três tendências: a primeira está voltada para a necessidade de se expressarem os objetivos do ensino-aprendizagem em relação a condutas e práticas observáveis, associadas aos objetivos operacionais de formação do indivíduo e aos objetivos operacionais de produção, alimentadas por uma cultura de comportamento, ou seja, o ensino-aprendizagem deve estar orientado pelos fatores comportamentais – pensar, sentir e agir –, que envolvem as áreas cognitiva, afetiva e psicomotora, procurando modificar seu pensar, sentimentos, idéias, ações, desempenho a um nível desejável.

Não obstante, em nome da eficiência econômica, transfere-se para o sistema do trabalho industrial a noção de competência influenciada pelos princípios tayloristas-fordistas, justificada pelas transformações econômicas, tecnológicas, científicas e sociais, além dos cenários de incertezas que mobilizam o mercado exigindo indivíduos mais qualificados, preparados para movimentar o conhecimento necessário para situações emergenciais. Por esta perspectiva, o currículo torna-se a base para a superação das deficiências em benefício do desenvolvimento racional do trabalho. Estes propósitos estavam centrados no estabelecimento de objetivos, na seleção e no direcionamento do ensino-aprendizagem em função das necessidades econômicas da produção capitalista. O ensino-aprendizagem e o capital humano se constituem numa sistemática para adequação da produção científica no contexto socioeconômico do trabalho.

Concomitantemente, o ensino-aprendizagem leva à geração e à transmissão de conhecimentos que, por sua vez, levam à diplomação cuja tarefa é, de um lado, da universidade, que cumpre seu papel ao proporcionar condições para o desenvolvimento da consciência crítica daqueles que a procuram, do outro, é necessário reconhecer que a forma como se constrói o conhecimento é proporcionada pelos projetos individuais e coletivos, assim como tensões e intenções que os impulsionam. As motivações e habilidades desenvolvidas pelo indivíduo são,

portanto, reveladoras, levando ao comprometimento com a ética e a política para se envolver com o campo da profissão.

A segunda tendência tenta analisar as competências para a formação do indivíduo orientada para finalidades do processo de produção e das capacidades necessárias às atividades profissionais e sociais. A formação do indivíduo deve produzir efeitos capazes de mobilizar suas capacidades para atingir seus próprios objetivos e, através do seu comportamento, materializá-lo, dando lugar às competências. Deve-se tornar um ser capaz de ser orientado para a construção de idéias, como ação de pensamento, as quais levam a saberes simbólicos ou materializados estruturantes de novos saberes que caracterizam um conjunto de ações que poderá elevar a capacidade de competências. Para Ramos (2000) o agrupamento das competências, ao ser estruturado, mobiliza os saberes por uma inteligência prática, que se realiza a partir da ação cuja inteligência formalizadora torna-se o processo pelo qual se desenvolvem a problematização e o pensamento abstrato.

Nesse contexto, verifica-se que a noção de competência está quase sempre associada a ação, restrita à inteligência prática, do saber/fazer, que se sobrepõe à inteligência formalizadora da estrutura dinâmica das competências, que admite a identificação direta com o comportamento/desempenho e que incorpora a idéia da construção do conhecimento, dando um equilíbrio para o enfrentamento de situações desafiadoras.

Considera Osty (2000) apud Miranda (2004) que:

[...] a noção de competência mostra a emergência de um novo modo de gestão e de reconhecimento requeridos pelas situações de trabalho, revelando a amplitude das transformações do trabalho nos últimos vinte anos do século XX. Pode-se dizer que foram percorridos quatro períodos diferentes na evolução do assunto. (OSTY, 2000 apud MIRANDA, 2004, p. 114).

As competências, quando se encontram no plano subjetivo, exigem do indivíduo o deslocamento do seu foco de conteúdos disciplinares para o sujeito que aprende, gerando possibilidades de aprendizagem e contínua transferência e aquisições do conhecimento. Assim, os argumentos utilizados para a construção das competências tomam por base os pilares dos princípios da integração, globalização e interdisciplinaridade. E como as competências implicam a resolução de problemas ou resultados alcançados, elas são capazes de promover oportunidades

de converter conhecimentos curriculares em conhecimentos profissionais, experiências de trabalho e de vida pessoal.

A terceira tendência está relacionada com o surgimento da noção de competência no âmbito profissional, com as transformações do trabalho a partir da década de 80. Esta noção constituiu-se, conforme Ramos (2000),

[...] como base das políticas de transformação e capacitação dos trabalhadores, principalmente naqueles países industrializados com maiores problemas para vincular o sistema educativo com o produtivo, o que se explica pela ênfase que este conceito coloca nos resultados e nas ações. (RAMOS, 2000, p. 5).

Quanto à origem da palavra competência, vem do termo latino *cognoscere* que significa ter noção, informação ou saber, está vinculada a características das pessoas, tais como conhecimentos, habilidades e atitudes que garantem, quando apresentados os determinados indivíduos, um desempenho superior nos desenvolvimentos de algumas atividades.

Os argumentos de Brufem e Pereira (2004) sugerem que:

A reflexão sobre as competências do profissional da informação requer o repensar de sua prática concreta. Em sua trajetória, ele adquiriu aos poucos, proporcionalmente ao processo de sofisticação dos instrumentos e metodologias com que opera um perfil cujas atividades, embora não totalmente alheias aos suportes e ao acervo, privilegiam a proximidade e o acesso direto à informação. Seja ele o bibliotecário, gerente, gestor, analista da informação, ou dos programas e recursos informacionais, especialista ou vigilante da informação tecnológica, sua representação social difere muito daquela do bibliotecário tradicional. (BRUFEM; PEREIRA, 2004, p. 171).

Os autores citados por Miranda (2004, p. 114) sugerem que a evolução sobre a discussão do tema competências emerge nos anos 70, época em que a palavra ainda estava ausente do vocabulário. As primeiras noções marcaram a inversão de valores no modelo de trabalho vigente: autonomia, expressão individual e responsabilidade. Nos anos 80, período em que a definição e a prática ainda estavam associadas ao posto de trabalho e às noções e normas da qualificação para o emprego, a noção de competência já se destacava explicitamente, colocando em evidência mais uma noção fundamental: delegação de responsabilidade. Nos anos 90, período

da institucionalização e de racionalização dos conceitos, quando se inicia a modificação do mundo do trabalho, houve um equilíbrio entre a gestão das qualificações e o reconhecimento das competências, iniciou-se a procura dos métodos para conduzir as primeiras pesquisas. A consolidação e a desconexão entre qualificação e competência tomam lugar no contexto da gestão de recursos humanos, que se informatizam e o debate é levado ao contexto social. (ZARIFIAN, 2003; OSTY 2000, VILA 2000, SIRE et al, 2000 apud MIRANDA, 2004).

Outros autores definem competência como uma forma de qualificação do posto de trabalho, característica do modelo taylorista (1950) desenvolvido no trabalho industrial. Com a crise dos anos 60 e 80, começou-se a questionar a noção de qualificação e, com ela, a do posto de trabalho e emprego. O uso da noção de competência começou a surgir quando as organizações tiveram a necessidade de reconhecer as competências dos indivíduos, independentemente do posto de trabalho que ocupavam. Entretanto, o que se discute é uma nova construção de qualificação que, diante da emergente forma de produção, baseada nas tecnologias de informação e comunicação, poderá substituir modelos anteriores – o modelo da profissão e o do posto de trabalho.

No Brasil, a noção de competência é formulada pelo Parecer CNE/CEB nº 16/99 como:

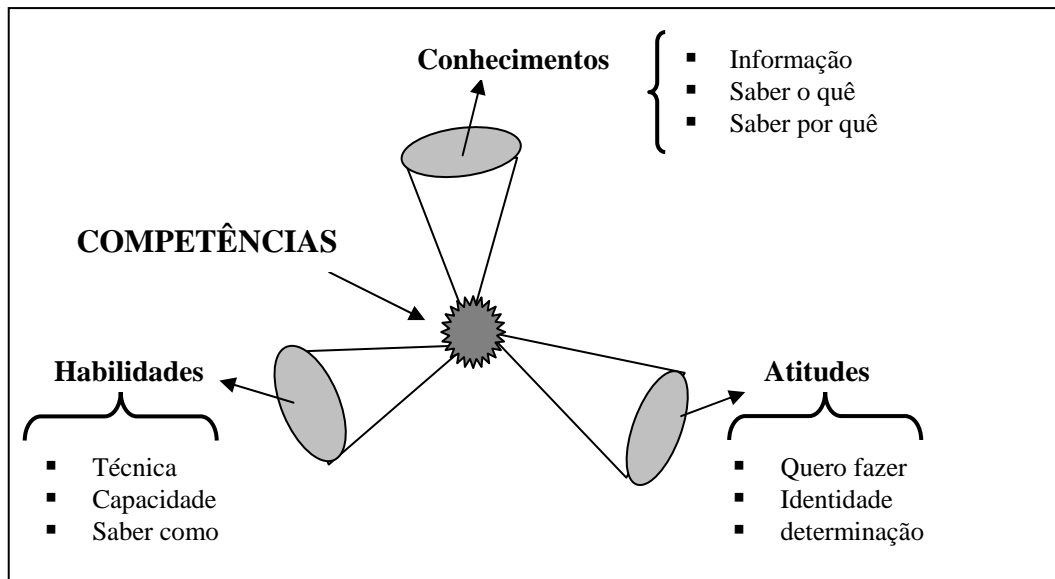
Competências são modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. As habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do 'saber fazer'. Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências. (CNE/CEB nº 16/99).

Essa abordagem está relacionada com a autonomia e à mobilidade que o profissional deve ter para enfrentar, através do seu campo de atividades, as lutas pelo poder da classe social que o campo ocupa, proporcionadas pela imprevisibilidade de mercado e as transformações caracterizadas pelas relações de produção e pelas tecnologias da informação e comunicação. Competência vai além do conhecer, sugere a decisão e a ação em uma determinada circunstância em que se fazem necessários o enfrentamento de cenários prospectivos, a mobilização do conhecimento, informações e *habitus* para aplicá-los, com a capacidade de julgamento, em

situações reais e concretas. As competências profissionais são definidas como a capacidade de mobilizar, mediar, e colocar em ação conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho. É a mediação entre o conhecimento tácito e conhecimento explícito, ou entre conhecimento e inteligência. (RAMOS, 2000).

Pesquisadores e estudiosos entendem como competência o conjunto de características perceptíveis e mensuráveis do indivíduo capaz de conectar conhecimento, habilidades e atitudes. Sveiby (1998) apud Pinto (2003, p. 74), define competência como “a capacidade profissional de gerar receitas que determinam o grau de prosperidade de uma empresa”. Para Deffune e Depresbiteris (1997) apud Pinto (2003) “define competência em uma profissão é uma reunião de saberes (conhecimento), saber fazer (prática), saber ser (atitudes), saber agir (mobilização de tudo para fazer algo como deve ser feito)”. (MACHADO, 1999 apud RAMOS, 2000).

Figura 1 – As Três Dimensões da Competência



Fonte: Durand (2000); BRANDÃO; GUIMARÃES (2001) apud OLIVEIRA et al. (2006)

As competências não devem ser reduzidas ao saber/fazer, inteligência teórico-prática, mas a capacidade de mobilização do indivíduo em conduzir o conhecimento à condição de particularizar e alocar recursos, inteligência formalizadora. Ainda pode ser interpretada como a capacidade de dar um sentido à motivação intencional e consciente do exercício da profissão que

exige, além da coerência de desenvolvimento do indivíduo, articular e colocar o saber/fazer que estão implícitos nas idéias, valores, conhecimentos, habilidades, atitudes que inovam e adquirem novos formatos.

É possível constatar que os formatos das relações produtivas surgem a partir da atuação do profissional no mercado de trabalho e especialmente daqueles que lidam com a informação, tendo em vista que o mundo globalizado e o uso de tecnologias da informação e comunicação deram origem à revolução social. Cria-se uma nova cultura a qual contribui decisivamente para o encurtamento da distância, espaço e tempo. O mundo deixa de ser eminentemente real para tornar-se virtual, e, decisivamente, a ciência e a tecnologia, incorporadas ao processo produtivo, reduzem o conteúdo do trabalho, tornando-o cada vez mais abstrato. Além disso, reconhecidamente, verifica-se que, com a crescente intercessão das tecnologias, o sistema controlador e produtor é o mercado e nele são adotadas as normas regidas por lucros e acumulação do conhecimento e da riqueza por este gerada.

A era pós-industrial caracteriza-se pela sociedade centrada na informação e no conhecimento, alicerçada pela economia dependente da comunicação. As tecnologias da informação e comunicação que integram as redes através dos computadores, que transformam os setores de produção e serviço, fazem surgir novos formatos e tamanhos de organizações e uma infinidade de profissões que surgem em torno delas. As atividades organizam-se sob os processos institucionalizados que se configuram e se inserem em articulações mais amplas de ações que contribuem para a construção de identidades individuais e sociais, na medida em que o profissional atua em prol da adequação de um projeto pessoal desejado para si ou para a sociedade. É possível perceber uma trajetória entre o ensino-aprendizagem e o campo de atividade onde se forma a identidade profissional, vista como um fenômeno socialmente estruturado, mediante política e luta de classe para a concretização de suas habilidades.

Hoje, as tecnologias da informação e comunicação somam-se aos conteúdos do banco de dados, à mídia, a imagens que, por sua vez, representam a indústria do conhecimento, garantindo a existência da sociedade informacional, que, cada vez mais, tem a preocupação de conduzir o conhecimento através das redes de interatividade, interdisciplinaridade, podendo compartilhar por múltiplos meios as competências individuais de cada indivíduo em busca da construção do capital cultural e intelectual em prol das organizações.

A rede simboliza a nova economia que representa a inteligência, a interdependência, a conectividade, e o código informacional que delineiam a sociedade contemporânea. O mundo se reconfigura através dos espaços tecnológicos, sociais, políticos, econômicos e culturais afetando o mundo do trabalho e forçando as organizações e os profissionais a se organizarem nos mais diversos contextos. Segundo Agra (2002)

[...] o advento do mundo globalizado, a expansão do capitalismo e as inovadoras tecnologias da informação e comunicação modificam o mundo, antes fragmentado, em um só mundo, abolindo-se distâncias, ligando pontos extremos e elegendo a comunicação como o mais importante recurso a ser estrategicamente utilizado frente à nova era. (AGRA 2002, p. 1).

Cada profissão está relacionada a um campo social através de seus objetivos, *habitus*, prática profissional, controle e formação de seus atores, além do contrato implícito que lhe dá o direito exclusivo do exercício profissional em troca de segurança e do reconhecimento legitimado pela sociedade. Quanto mais especializado e sistematizado o conhecimento de um campo de atividade que uma profissão detenha, mais assegurado estarão seu lugar na hierarquia do sistema profissional, seu *status* e prestígio, além de estar garantindo seu espaço social.

Além disso, conforme Barbosa (2005),

[...] na sociedade atual há que se considerar alguns fatores determinantes, tais como a permanente mudança das formas de produção, estimuladas pelos princípios da competitividade predominante no mercado; a interferência das tecnologias de informação e comunicação nas formas de trabalho, e, por sua vez, a rápida e constante evolução destas tecnologias, que, a cada dia, criam novos processos de trabalho; a mudança na estrutura do mercado com a redução dos postos de trabalho; a aproximação entre as profissões, causadas pela aplicação das tecnologias de informação à produção, e a gama de conhecimento científico e tecnológico envolvidos nestes processos. (BARBOSA, 2005, p. 10).

Na verdade, a construção adequada do objeto de um campo de atividade, tal como as competências, faz parte da ciência enquanto integração retrospectiva da história, que somente pode ser compreendida quando recolocada no campo ideológico de que faz parte e quando exprime, de forma mais ou menos transfigurada, a posição de uma categoria de profissões em

particular na estrutura do campo intelectual, que, por sua vez, inclui tipos específicos de campo político. Diante de um contexto de incertezas e possibilidades de luta de classe, há de se enfrentar o imprevisível que exige do profissional colocar em jogo sua capacidade de domínio para o enfrentamento das perspectivas do novo. Isto consiste em realizar competências sintetizadas pelo saber agir e reagir com pertinência; saber moldar os recursos no contexto; saber transportar, aprender a aprender e saber engajar. (BOTERF; ROCHE, 1999 apud RAMOS, 2000).

Para Bourdieu (2004), a ciência deve aplicar a um campo de profissões o princípio da teoria do conhecimento antropológico, segundo o qual os sistemas simbólicos, que um grupo produz e reproduz no âmbito de um determinado tipo de relações sociais, adquirem seu verdadeiro sentido quando referidos às relações de força que os tornam possíveis e sociologicamente necessários, uma vez que sua função social é o conjunto de suas “razões sociais de existência, ou seja, é preciso estabelecer as condições sociais de sua produção, reprodução e utilização do seu produto”. (BOURDIEU, 2004, p. 176).

Quando um campo social quebra seus paradigmas leva o grupo a questionar suas relações sociais, desaprender-se dos *habitus* anteriores e aprender outras regras impostas por mudanças sociais. No caso específico do campo de atividade da informação onde atuam o bibliotecário e outros profissionais da informação, a situação é bastante complexa. O campo de atividades é sensível às inovações tecnológicas, e a área tem sido afetada por profundas e contínuas mudanças.

Abbott (1988) apud House e Sutton (1996, p. 12) assim se posiciona: “Cada profissão está ligada a um conjunto de serviços por laços de jurisdição [...] na medida em que nenhum desses laços é absoluto ou permanente, as profissões constituem-se em sistema que interagem”. O conjunto das profissões forma um sistema estruturado capaz de relacionar as profissões através de um movimento, e muitas vezes, uma se sobrepõe à outra. A evolução ou involução dos espaços ocupados através do movimento de interdependência depende dos ajustes que se realizam entre as profissões que, conseqüentemente, formam diversificados grupos de profissionais, que se dividem em espaços legitimados pelo poder que exerce cada uma delas, e que controlam o seu campo de atividade, seus conhecimentos e suas competências, determinados pelo domínio de abstração que geram práticas profissionais.

As fronteiras que dividem cada campo profissional estão sempre em disputa, e a história dessas disputas determina a história das profissões. Os estudos de Abbott (1988) sobre a

evolução das profissões, interpretados por diversos autores, têm demonstrado que as inter-relações das profissões são determinadas pela maneira como seus atores controlam seus conhecimentos e habilidades.

As mudanças ambientais que conduzem a evolução profissional incluem o desenvolvimento de novos problemas e novos sistemas de conhecimento, e conseqüentemente, novas ferramentas e tratamentos para estes problemas. Uma profissão pode trabalhar para conservar a jurisdição sobre seus problemas, para estender ou mudar sua jurisdição a problemas recém-criados, ou para apropriar-se da jurisdição de outras profissões. (ABBOTT, 1988 apud HOUSE; SUTTON, 1996, p. 12) [Tradução nossa]

Os espaços profissionais surgem a partir das fronteiras muitas vezes de confluência entre profissões que estão próximas. Neste espaço, os profissionais são reconhecidos de acordo com sua especialização, o que torna seu diploma pouco relevante. É na fronteira que acontecem as lutas pelo poder, capital intelectual e cultural, que influenciam e legitima novos *habitus* que impõem variadas atividades marginais e que incluem ou excluem outras formas tradicionais de atividades do campo.

Nesse contexto, torna-se um lugar-comum falar dos problemas e desafios com que se debate o bibliotecário, profissional que lida com a organização da informação pelo fato de ser incontornável a sua presença na Sociedade da Informação. Os desafios estão diretamente ligados ao novo código informacional, que força mudanças de paradigmas da área científica, tecnológica, política e social; ao surgimento da Ciência da Informação, que tem como objeto de estudo a informação, seu fluxo, tratamento e disseminação em diferentes contextos – a universalidade dos processos de informação; ao comportamento emergente na produção de bens e serviços nas organizações, aliadas ao uso intensivo das tecnológicas da informação e comunicação, contribuindo para o direcionamento da produção do conhecimento. Desta forma, a sociedade impõe o continuo desenvolvimento dos saberes e competências, tendo como foco o conhecimento que leva à novos comportamentos e inovações.

A missão do profissional da informação se inicia com a constatação de que todo significado da informação se dá com o homem e para o homem, seu trabalho, por viver em constante atividade, sob pena de cair no caos e sucumbir. O fazer do profissional dá a sustentação referencial ao trabalho que o homem exerce, seus gostos e conveniências, através de um ideal

abstrato que se pretende definir e da necessidade social. Esta necessidade própria do ser humano consiste de uma magnitude variável, essencial, migratória e evolutiva da sua história.

Se a profissão se desenvolve em resposta às necessidades sociais, de forma variável, essencial e migratória, as mudanças devem ser consideradas como parte intrínseca de qualquer atividade humana. Assim, é possível considerar a obsolescência de algumas profissões ao longo da história, como também é possível olhar sob outro ângulo e refletir sobre a possível modificação do saber/fazer entre teorias e práticas.

Conforme Walter (2005), o delineamento profissional a partir do contexto social é complexo e possui inúmeras variáveis como perspectivas, possibilidades, consciência, acesso, além dos recursos requeridos que interferem ou viabilizam a delimitação do seu campo e *habitus* e sua compreensão da própria sociedade. É evidente que há diferenças em todos os níveis profissionais e, para distinguí-las, é preciso entender a cultura, os ambientes sociais, o acesso às tecnologias para obter um quadro da inserção do profissional na sua categoria. Assim acontece com os bibliotecários cuja missão tradicional se confunde mais com os livros do que com a informação e cujos caminhos são mais complexos. A formação bibliotecária está historicamente voltada para um perfil conservador e seus profissionais são reconhecidos especificamente em algumas funções – preservação, educação, suporte ao estudo e pesquisa – o que evidencia a preocupação com a necessidade de informação do usuário que se beneficia com os afazeres bibliotecários, desde Raganathan até os dias de hoje.

A história da Biblioteconomia, desde a sua origem no Egito, passa por diversas transformações em seu campo social de pessoas cultas que dominavam o saber dos castelos a atores estratégicos na manutenção do poder; o tempo, as transformações das bibliotecas e instituições públicas foram decisivas para a modificação do *status* e do modo de atuação do bibliotecário. (THOMPSON, 1977 apud WALTER, 2005).

Na visão de Ortega y Gasset (1965) apud Walter (2005) as profissões são como as organizações, estão sempre em mutação. As mudanças ocorridas na área da Biblioteconomia, assim como os suportes informacionais ligados a ela, passaram por diferentes mutações – da Biblioteconomia para a Documentação e até a Ciência da Informação – e, além de trazer no seu espectro ampliado as tecnologias da informação e comunicação, determinam um novo foco para a profissão, iniciando pela posição que ocupa no espaço social passando por mudanças de

nomenclatura, até a permissão de entrantes no conjunto de profissões que lidam com a informação.

Castro (2000) ao estudar as características transformadoras da profissão e utilizando a definição de Población (1992), reconhece quatro fases distintas quando se refere ao ensino da Biblioteconomia no Brasil: a primeira (1915-1918) corresponde à formação de influência européia; a segunda (1929-1969) direciona o ensino para o pragmatismo americano; a terceira (1970-1985) configura o crescimento quantitativo das escolas e, por último, a partir de 1986, ao se estabilizar este crescimento quantitativo das escolas, inicia-se uma fase de reflexão com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino em nível de graduação. Provavelmente a reflexão passa pelas observações ocorridas no mercado de trabalho, pelas necessidades de evolução da profissão e pelas demandas exigidas pelo uso das tecnologias no cotidiano dos serviços e sistemas de informação.

Muitos estudos vêm sendo realizados sobre a formação dos profissionais da informação, com a intenção, não apenas, de definir competências da categoria, mas também, a categorização do campo e dos *habitus*, as interfaces das diferentes profissões, em especial as dos bibliotecários, arquivistas, jornalistas, analistas de informação, como parte dos subconjuntos de profissões que atuam com a informação. As mudanças que ocorrem no mercado de trabalho com a incorporação das tecnologias de informação e comunicação passaram a exigir do bibliotecário uma participação mais produtiva, uma visão mais especializada, o reconhecimento de seu campo de atuação, de seus *habitus* e o modo como estruturam no seu campo social.

No cenário competitivo e cheio de *nuances* onde desafios são evidenciados, torna-se essencial uma definição de competências que demarquem o campo de atuação do bibliotecário, Assim Barbosa (2005) defende a afirmativa da UNESCO de que as competências profissionais do bibliotecário estão fundamentadas em quatro pilares, ou seja:

- a) aprender a conhecer, ou seja, estar consciente de que o conhecimento é a base do desenvolvimento do ser humano e que, portanto, é preciso fundamentar a formação pessoal em uma sólida base cultural e científica, o que implica também no aprender a aprender, isto é reconhecer que o conhecimento está em permanente evolução e, deste modo, é mais didático aprender como chegar ao conhecimento acumulado, e, concomitantemente, exercitar a crítica e a criatividade, estimulando a produção de conhecimento novo;

- b) aprender a ser, no sentido de aprender a conhecer a si mesmo, para a mais completa realização como ser humano;
- c) aprender a fazer, como forma de preparação para atuar na sociedade, inclusive para o mundo do trabalho;
- d) aprender a conviver, reconhecendo e aceitando a multiplicidade cultural da humanidade e aprendendo a preservá-la. (BARBOSA, 2005, p. 11)

O perfil almejado pelos cursos de graduação em Biblioteconomia deve, certamente, possuir visões que atendam às demandas da realidade política, econômica, social e cultural, a partir do desenvolvimento de conhecimentos especializados, habilidades e atitudes profissionais que interajam no processo de transferência da informação desde a sua geração até seu uso e que potencializem a emergência de competências gerais e especializadas inerentes à sua área de atuação e seu entorno.

Nesse contexto, a Biblioteconomia, passando pela Documentação e chegando à Ciência da Informação, que têm os seus campos de atividade influenciados pelas tecnologias da informação e comunicação, busca a definição do seu foco de atuação diante das variáveis ocupacionais no campo de Atividade da Informação, procurando impor e definir:

- novas concepções de práticas informacionais – os conceitos epistemológicos clássicos, não permitem à compreensão e o enfrentamento do novo código ditado pelas mudanças;
- abordagens teórico-metodológicas inovadoras – que leve a compreensão das complexas inter-relações da informação e as necessidades informacionais da atualidade;
- superação das limitações do campo – promovendo práticas interdisciplinares cujos resultados possam contribuir para a modificação do atual cenário quanto ao campo de abrangência da profissão.

As pesquisas já realizadas nestes campos do saber, em especial o da Biblioteconomia, refletiram a mudança de paradigma da profissão em busca de novos contornos com a utilização de metodologias e ferramentas tecnológicas. Os novos processos tecnológicos atribuíram valor à informação através de segmentos produtivos e estratégicos, facilitando o seu uso e aplicação, mudando conceitos e práticas de processamento e disseminação que dominavam até a década de 80. Isto fez com que se refletisse para a necessidade de adequar perfis, competências e buscar

novos caminhos para construir modelos metodológicos na formação universitária e preparar o profissional para o enfrentamento da nova realidade.

Sabe-se que o problema não apenas influencia o profissional bibliotecário pois as intervenções do mundo do trabalho são mudanças globalizadas que influenciam a sociedade, a economia, as formas de produção que afetam todos os campos sociais e seus *habitus*. O progresso tecnológico chega como facilitador do processo comunicacional, sendo possível comunicar e informar sem interferência de fatores como distância, tempo e volume. Entende-se que, neste contexto, o bibliotecário deixa de ser o atuante de biblioteca para ir além das fronteiras. O bibliotecário deve ser um profissional receptivo e disposto a aplicar seus conhecimentos de forma crítica e objetiva, utilizando ferramentas tecnológicas, convertendo-se em um profissional mono, multi e interdisciplinar; um profissional modernizador, moderador gestor documental, parceiro idôneo para o desenvolvimento das organizações e do contexto da sociedade informacional.

Ao longo do século XX, com a explosão da documentação e informação científica e tecnológica no contexto das organizações, associada ao avanço das tecnologias, ocorreram mudanças estruturais, quer em nível de profissão no que se refere à formação do ponto de vista disciplinar, quer nos campos dos saberes. E em particular, a Biblioteconomia, potenciada pelo surgimento da Ciência da Informação tenta romper com os modelos tradicionais, concentrados na lógica custodial e tecnicista, voltando-se para o processamento técnico e a recuperação da informação, sobretudo no que se refere à investigação e à literatura produzida nos meios científicos e tecnológicos.

A Sociedade Contemporânea identificada como Sociedade da Informação trouxe crise de paradigmas conservadores e forçou a mudança, provocou adversidades e fez com que surgissem diversificados perfis de profissionais e modelos formativos, como um sinal inequívoco do sincretismo do paradigma dominante. A literatura sobre competências e perfis do profissional da informação, os estudos relativos à formação e os currículos requeridos para o exercício da profissão, em todas as suas vertentes, são em número significativo, o que traduz a preocupação em adaptar o ensino aos novos desafios resultantes da Sociedade da Informação. De um modo geral, as associações de classe, as universidades têm procurado trazer à tona uma reflexão sobre as mais variadas formas dos perfis e competências profissionais e, com isto, deixam visível o reconhecimento e a necessidade de repensar a formação do profissional em todos os âmbitos do saber.

Na tentativa de mapear, embora, não de forma exaustiva esses estudos, procedeu-se a uma breve revisão de literatura sobre o profissional da informação, sendo possível identificar uma multiplicidade de designações para este profissional. Estas variedades englobam profissões tradicionais, relativamente reconhecidas socialmente e as novas profissões que se vêm firmando, sobretudo com o advento tecnológico. A diferença de terminologia nem sempre é possível fazer corresponder os perfis e competências. Para cada designação profissional, são introduzidas *nuances* e especificidades, que tendem a estabelecer diferenças e atender a cada setor de especialização. Assim, autores identificam várias denominações para o profissional da informação. Almeida Junior (2000) propõem um quadro com 82 denominações que se parecem adequadas para designar o perfil do profissional bibliotecário.

No que diz respeito à profissão, essa discussão é milenar: a Biblioteconomia está alicerçada em pilares tradicionais, apresentando sinais de modernidade apenas na recuperação da informação, permanecendo, porém, distante de um modelo mais atual com o uso das tecnologias. Talvez a perpetuação da imagem que vincula o bibliotecário a guardião de bibliotecas esteja relacionada à Idade Média. Talvez o grande equívoco, contudo, seja o entendimento de que quem guarda não precisa inovar, mas somente, conhecer de modo superficial, a nova forma que veicula o conteúdo produzido por outrem. Nesta perspectiva, também não precisa produzir visando a demandas externas, bastando organizar e preservar.

Evidentemente, o campo de atividade da Biblioteconomia evoluiu para a Ciência da Informação e, com ele, os profissionais que a representam. Nas últimas décadas, houve avanços significativos, que tentam corresponder às transformações exigidas pelo código informacional, para atender às variáveis sociais, científicas, políticas, econômicas e tecnológicas, embora, ainda fiquem caracterizadas as contradições demarcadas pela história.

O estudo de Silva e Ribeiro (2007) faz referência ao projeto elaborado pela European Council of Information Associations (ECLA, 1988) sobre as competências dos profissionais de informação e documentação. A versão francesa foi publicada em 1999, sendo traduzida em Portugal em 2001. O documento cujo propósito era intervir de forma orientadora no setor produtivo, tinha três objetivos específicos: o primeiro, estabelecendo um quadro, tratava das competências dos profissionais do campo de atividades: identificando, analisando o seu conteúdo e as condições de aplicação. O segundo, abordava os mecanismos através dos quais os profissionais poderão ser reconhecidos pelos serviços prestados aos usuários e a sociedade. O

terceiro, visava a proposição de novos objetivos de formação, explorando a questão do ensino à distancia, pela internet, em vários idiomas.

Conclui-se que esses objetivos partem da concepção dominante de que o profissional de Informação e Documentação define-se pela sua missão de pesquisar, tratar, produzir e difundir informação – incorporando valor agregado –, com vistas a satisfazer a necessidade de informação do usuário e propor recursos informativos constituídos por documentos (textos, imagens e sons). É uma concepção que evidencia a diversidade de designações e ocupações no campo de atividades da informação. Este referencial europeu de competências é entendido como o conjunto de capacidades necessárias ao exercício da atividade profissional e ao domínio dos comportamentos necessários. Os componentes são os conhecimentos – saber e saber/fazer – e as aptidões designadas como saber/ser. A distinção entre os conhecimentos sugeridos permite enumerar os domínios, ou seja, as aptidões consideradas necessárias para o exercício da profissão: facilidade de adaptação; espírito de análise; sentido de antecipação; capacidade de comunicação; espírito crítico; espírito de curiosidade; espírito de decisão; capacidade de ouvir; espírito de equipe; iniciativa; sentido de organização; sentido pedagógico; perseverança: rigor e, espírito de síntese.

Com as transformações do quadro socioeconômico, tecnológico e político em meados do século XX, esse referencial sofre modificações, provocando impactos que se refletiram no profissional da informação, quando somado à questão das tecnologias da informação e comunicação e às competências e aptidões nele propostas, abre um leque para o surgimento de novas profissões relacionadas ao campo de atividade da informação.

Em relação ao perfil de habilidades e competências, destacam-se trabalhos que ressaltam as funções do bibliotecário e dos profissionais da informação, conforme o quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Competências do Bibliotecário X Profissional da Informação

Bibliotecário	Profissionais da Informação
Adquirir, tratar e conservar materiais bibliográficos e multimeios.	Identificar a necessidade de informação de seu cliente
Realizar pesquisas sob demanda	Desenvolver estratégias de busca de informação
Preservar os materiais	Recuperar informação
Atender ao leitor quando solicitado	Avaliar informação
Desenvolver atividades recreativas e culturais	Analisar informação
Oferecer serviços de extensão	Sintetizar informação
Desempenhar funções administrativas	(Re)empacotar informação
	Elaborar e prover produtos e serviços de informação

Para alguns autores, o bibliotecário para ser um profissional da informação, deve ter habilidades além das tradicionais; que vão do conhecimento técnico e tecnológico ao entendimento das fontes de informação; ao desenvolvimento de habilidades interpessoais para auxiliar nas tomadas de decisão; à percepção de que a informação é um produto – mercadoria – que deve possuir o domínio do discurso para implementar e acompanhar as oportunidades de negócio dos serviços e produtos de informação; ao domínio do estabelecimento de alianças e parcerias com fornecedores; ao conhecimento sobre propriedade intelectual; à gestão de bibliotecas e atividades afins. Destaca-se ainda que, entre as principais habilidades exigidas, estão aquelas voltadas para gestão, tecnologia, recursos informacionais, pesquisas, consultoria, e de agente de mudança cultural e educacional com responsabilidade social.

A literatura que aborda essa temática é vasta, tanto no âmbito nacional como internacional. Os autores, ao tratarem de competências do profissional da informação, destacam, entre outras: habilidades gerenciais, liderança, capacidade de proporcionar o ensino-aprendizagem ao usuário, criatividade, visão interdisciplinar, domínio tecnológico e atitudes pró-ativas. Para efeito deste trabalho, entende-se que se faz necessário acrescentar competências teórico-práticas, competências políticas e competências sociais, que são competências formadoras e transformadoras que conduzem o profissional a constantes desafios para articular, organizar conhecimentos, ou seja, ser capaz de tornar o conhecimento relacional, multidimensional e global.

6 COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS SEGUNDO A SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION

A Special Libraries Association (SLA) é uma organização de bibliotecários especializados que procura orientar os profissionais de informação a enfrentarem o ambiente de mudanças. A SLA esteve por muito tempo interessada nas exigências do campo do conhecimento que explora e compartilha a visão de competências e habilidades do profissional de informação, mais, especificamente, do bibliotecário especializado.

A SLA (1977), à luz do raciocínio lógico de seus associados, bibliotecários especialistas com a participação de educadores e estudantes de informação e bibliotecas publicou o documento *Competências for Information Professionals* onde dispõe de um escore sobre competências e habilidades que os bibliotecários especialistas devem ter no seu campo de atividade, diante das variáveis que permeiam a sociedade da informação e das transformações ditadas pelo código informacional.

A necessidade de comunicação entre grupos de profissionais da SLA e educadores da Biblioteconomia e Ciência da Informação estava baseada em diretrizes da ALA (1992) para a validação de programas de mestrado em estudos sobre informação e biblioteca. Tal comunicação pode encorajar o desenvolvimento de currículos que respondam pelas necessidades e demandas do campo de atividades de informação. Em linhas gerais, a SLA entende que o campo de atividade de informação não se limita apenas ao bibliotecário, mas inclui gestores do conhecimento, gestores de informação, criadores de rede, agentes de informação e consultores.

Na Sociedade da Informação e do Conhecimento, profissionais de informação são essenciais – eles possibilitam à organização baseada em conhecimento a responder, em tempo real, pelas necessidades de informações críticas, produzidas interna e externamente, tornando-a competitiva. O profissional da informação identificado pela SLA usa estrategicamente a informação para entender, desenvolver, implementar recursos, produtos e serviços informacionais, contribuindo com o compartilhamento de informação e conhecimento, em constante sintonia com a educação continuada e gestão estratégica. Estes profissionais devem estar atentos à utilização das melhores práticas, responsabilidades com os princípios éticos,

valores e segurança da informação, além daqueles que regem a profissão e as fronteiras do campo de atividade informacional.

O comitê, ao discutir as mais recentes tendências de mercado, revisou as competências e habilidades tendo como referência documentos de organizações, indústrias e assemelhados. O documento da SLA (2003) pontua, com base em cenários, as competências profissionais e pessoais, enfatizando aquelas consideradas altamente pertinentes. Estas competências estão direcionadas àqueles profissionais que constantemente tomam decisões tendo como base a pesquisa e as melhores práticas e experiências sobre o que é essencial e importante para o desenvolvimento do campo de atividades e do espaço profissional ocupado por ele.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, o crescimento exponencial de redes de informações e dos meios de comunicação e a mídia de armazenamento, que transformou o trabalho e a vida do indivíduo, trouxeram também a sobrecarga de informação que tem causado, sobretudo, crescentes problemas no cotidiano. Se os profissionais da informação não existissem, eles teriam que ser reinventados como organizações que lutam para exercer o controle das grandes somas de informação em formatos múltiplos de armazenamento. Os profissionais de informação são, na verdade, o principal filtro para o fornecimento de informações precisas e essenciais para a organização.

Nesse contexto, de acordo com as recomendações da SLA, o campo de atividades de informação exige dos profissionais o desenvolvimento de competências tanto profissionais quanto pessoais para que possam desenvolver *habitus*. Estes são entendidos, aqui, como o princípio socialmente constituído de percepção e de apreciação entre o espaço e as fronteiras determinadas pelo campo de atividades através da luta de classe social, a fim de manter sua posição relativa no mercado competitivo onde possam pôr em prática o capital intelectual e cultural, além de exercer o capital simbólico.

As competências e habilidades profissionais propostas no documento da SLA estão relacionadas às práticas do conhecimento para prover os recursos, serviços e produtos de informação de alto valor agregado e o acesso a informação, tecnologia e gestão. Estas competências estão sustentadas por quatro pilares com suas características específicas, conforme os cenários aplicados que muito ilustraram os papéis e as responsabilidades exigidas dos profissionais da informação. No que se refere especificamente ao bibliotecário, o estudo conclui que os bibliotecários, além de possuírem o conhecimento dos recursos informacionais –

impressos e eletrônicos –, devem desenvolver aquelas que atendam às necessidades de grupos de usuários e organizações.

A discussão através de estudos prospectivos leva a considerar os bibliotecários especializados como profissionais promissores, próativos, que devem ter uma educação continuada. O conteúdo do documento propõe ser um guia para a melhoria dos currículos e enfatiza a importância da contratação de profissionais de informação e bibliotecários com competências e habilidades específicas, que agreguem valor à organização no trato com as tarefas manuais.

Segundo o relatório da SLA, os bibliotecários e os profissionais de informação estão enfrentando, pelo menos, três principais mudanças:

- a primeira mudança é a transição do papel para a mídia eletrônica com a forma dominante da recuperação e estocagem de informação. Junto a esta transição, está a convergência da mídia, tais como textos, gráficos, sons em mídia eletrônica;
- a segunda mudança está relacionada à demanda crescente de responsabilidade, incluindo o foco nos clientes, medida de desempenho, *benchmarking* e melhoria contínua. Tudo isto está acontecendo em uma época em que os recursos financeiros tornaram-se escassos para abastecer uma biblioteca e serviços de informação;
- a terceira mudança vem das novas formas de organização do trabalho, tais como o conhecimento do usuário final sobre tecnologias, o trabalho em equipe, a gerência participativa, os serviços compartilhados e outras.

Essas mudanças estão relacionadas à combinação de fatores tais como competição global, o uso de tecnologias da informação e comunicação e a necessidade para medir a produtividade dos trabalhadores de serviços e conhecimento, o que se traduz em capital intelectual, levando em conta o meio ambiente organizacional em que o profissional se situa.

Conhecer as competências que estão sendo identificadas pela SLA é importante para todos os bibliotecários, a fim de se perceberem no campo de atividade da informação, identificando seus *habitus* e se moldarem ao novo código informacional ditado pela Sociedade da Informação, valorizando assim o perfil exigido pelo mercado.

À medida que as organizações mudam seu foco e suas competências essenciais em resposta às exigências do novo código, o bibliotecário deve rever suas competências profissionais

para continuar ampliando sua posição no campo de atividade da informação. Para atingir um patamar desejável, o bibliotecário deve fazer uso do conhecimento, selecionar melhor os recursos informacionais, tornar eficiente e eficaz os serviços oferecidos atendendo à demanda de usuários e agregando valor à informação.

O profissional da informação deve ter um entendimento crítico, uma visão holística do que representa a informação para o ambiente organizacional em que atua ou para aqueles que se utilizam dela. Deve ser capaz de identificar informações correntes e retrospectivas, recuperá-las, organizá-las, armazená-las, de forma a levar à ação, maximizando o potencial de obtenção de resultados por parte da organização e de seus usuários. Deve saber analisar as informações, identificando e sintetizando aquelas que são relevantes para a organização.

O profissional da informação deve ser um gerenciador de aplicações tecnológicas para trabalhar em equipe em iguais condições, além de saber identificar e avaliar sistemas de acesso à informação que sejam adequados às necessidades dos usuários, além de ser capaz de trabalhar em ambientes de rede, na mídia eletrônica e fornecer o melhor dos recursos informacionais em diversificados formatos para o ambiente organizacional.

O profissional da informação deve ter um papel-chave no desenvolvimento de uma política de informação para a organização em que este se insere, promovendo o acesso a todas as fontes informacionais, em tempo real, isto é, fornecendo todos os recursos informacionais, dos registros referentes aos acervos, às bases de dados, passando pelos recursos da Internet, de maneira adequada e efetiva e ao menor custo. Deve garantir que a segurança, as obrigações legais e contratuais que regem a informação sejam respeitadas. A era da informação eletrônica abre oportunidades para as organizações produzirem, bem como, utilizarem produtos de informação. Ao se familiarizarem com o mercado esse profissional pode ser o principal colaborador para o desenvolvimento, o *marketing* e o uso de produtos de informação.

O documento da SLA, ao divulgar os resultados obtidos na pesquisa sobre competências, mostra que o fornecimento de informações apropriadas leva:

- à melhoria do processo de tomada de decisão;
- à melhoria na condução para elaboração de projetos e/ou atividades;
- Ao estabelecimento de melhores relações com clientes;
- À exploração de novas oportunidades de negócios;

- a, tempo certo, beneficiar a organização, economizando tempo e trazendo boas oportunidades de decisões de negócios, além de evitar perdas financeiras.

Na sociedade informacional, os bibliotecários são essenciais para dar respostas rápidas para as necessidades de informação, atendendo, em tempo real, às organizações, com informações críticas baseadas em conhecimento, possibilitando que a informação atue como uma vantagem competitiva. Neste contexto, cumprindo o seu principal papel, o bibliotecário necessita desenvolver suas competências.

Os profissionais de informação devem possuir qualificação profissional em nível de graduação e pós-graduação, acrescentando em seu currículo conhecimento especializado de interesse dos negócios da organização ou clientes, além de estudos sobre usuários de serviços de informação e biblioteca, entendimento sobre finanças, gestão de processos e outros assuntos relacionados com sua hierarquia organizacional.

Compete aos profissionais de informação desenvolver e administrar serviços de informação de custo efetivo e acessível, que estejam alinhados com a direção estratégica da organização, desenvolvendo planos estratégicos para o alcance das metas de negócios:

- Reunir um conjunto de habilidades referentes a gestão, orçamento e supervisão de processos.
- Construir grupos de *staff* para direcionar serviços de informação; conduzir buscas complexas e avançadas.
- Obter documentos impressos e eletrônicos.
- Construir uma base de referência de bibliotecas especializadas.
- Analisar e sintetizar informações sob demandas.
- Desenvolver *thesaurus* especializado e listas de termos de indexação para base de dados.
- Oferecer suporte e treinamento para usuários de serviços de informação e biblioteca – desenvolvendo treinamento em ferramentas de buscas e recursos informacionais divulgando resultados de metas de negócios alcançadas. Manter-se atualizado em técnicas de treinamento. Fornecer serviços de diagnóstico para empreendedores que lidam com serviços de informação. Fornecer assistência em referência *on-line*.

- Avaliar os serviços de informação de valor agregado de mercado, arquitetura e necessidades de informação – conduzir a avaliação das necessidades de informação utilizando ferramentas de busca tais como questionários, grupos focais e entrevistas informativas. Produzir, através de relatório, resultados para demonstrar e gerenciar a relação entre necessidade de informação e fornecimento de serviços. Identificar e conhecer as necessidades de informação para formação de grupos de projetos.
- Usar apropriadamente as tecnologias de informação e comunicação para adquirir, organizar e disseminar informação – criar catálogos *on-line* de coleção de biblioteca. Conectar busca em catálogo para serviços de entrega de documentos. Trabalhar com equipe de gestão de informação para selecionar apropriadamente *software e hardware* para acesso em catálogos e base de dados. Fornecer serviços de suporte para usuário de serviços de informação eletrônica. Manter-se atualizado sobre as serviços e produtos de entrega de informação eletrônica.
- Utilizar apropriadamente as oportunidades de gestão e negócio para comunicação a importância dos serviços de informação para os superiores hierárquicos – desenvolver plano de negócio para biblioteca. Calcular retorno de investimento para serviços de informação. Desenvolver um plano de marketing para serviços de informação. Conduzir estudos de *benchmarking*. Demonstrar como a biblioteca e serviços de informação trazem valor agregado para a organização. Atuar como recurso para a organização em gestão da qualidade, incluindo certificação ISO 9000.
- Desenvolver produtos de informação especializadas para uso interno e externo da organização ou pelos clientes – criar base de dados de documentos internos tais como relatório, manuais técnicos ou recursos de materiais para uso em projetos especiais. Criar mecanismo de busca em arquivo de textos. Disponibilizar manuais técnicos *on-line*. Criar *home page* na World Wide Web para a organização. Ligar a *home page* a outros *sites* na Internet. Participar de atividades de gestão do conhecimento que cria, captura, intercambia, usa e comunica o “capital intelectual” da organização.

- Avaliar os resultados de comportamento e uso de pesquisa para solução de problemas de gestão da informação – reunir dados relacionados à avaliação de necessidades, evolução e planejamento de programas. Desenvolver medidas de frequência de uso de serviços, satisfação do usuário e impacto da informação nas tomadas de decisão da organização.
- Desenvolver melhoria contínua de serviços de informação em resposta às necessidades de mudanças. Monitorar e disseminar informações para pessoas-chave na organização ou para clientes individuais.

O documento ainda destaca as competências pessoais que os profissionais da informação devem desenvolver, mas, para efeito deste trabalho, somente, as competências profissionais serão consideradas. Os dois escores de competências são fundamentais para os profissionais da informação, tanto no desenvolvimento de suas atividades quanto para a sua educação continuada. Os profissionais da informação entendem que o desenvolvimento e o compartilhamento das informações através de redes de associações, conferências, publicações e outras formas de intercâmbio agregam valor ao seu conhecimento.

Assim, segundo a SLA (2003), faz-se a análise do escopo de competências profissionais que se seguem:

a. Gerenciar Organização de Informação

Profissionais de informação, ao gerenciarem a organização cujo foco é a oferta de produtos intangíveis de valor agregado, devem fazer com que esta possa superar as dificuldades encontradas no mercado competitivo com o uso de tecnologias de informação e comunicação. Estas organizações podem estar incorporadas a qualquer ambiente, tais como: universidades, governo, não-governamentais, público, privados.

- Escopo das Competências
 1. Fornecer informação aos gestores incentivando-os para a formação de pares ou grupos de clientes-chave através de parcerias e provedores.

2. Agregar valor à informação, incluindo serviços, produtos e políticas de informação com parceiros e grupos de cliente.
 3. Estabelecer gerenciamento efetivo, operacional e financeiro para tomadas de decisão que equilibrem os processos e julgamentos com as considerações operacionais e estratégicas.
 4. Contribuir efetivamente para o gerenciamento estratégico e decisões relativas às aplicações de ferramentas tecnológicas e políticas de informação.
 5. Desenvolver equipes de serviços de informação, rede de relacionamento profissional e de desenvolvimento de pessoas que trabalhem com a informação.
 6. Oferecer serviços e produtos da informação, formal e informal, através da rede de comunicação física, colateral, presencial, publicações e conversações.
 7. Reunir as evidências de melhores práticas para apoiar decisões sobre o desenvolvimento de novos serviços e produtos e inovação de serviços atuais ou a substituição de serviços para melhorar o desempenho de serviços de informação oferecidos.
 8. Alertar a organização sobre direitos autorais e a questões relacionadas a propriedade intelectual.
-
- Aplicação das Competências
 - Desenvolver planos de negócios empresariais e estratégicos que apoiem o estabelecimento de objetivos, metas e prioridades a curto, médio e longo prazo para a organização.
 - Influenciar a organização para criar uma visão com missão compartilhada para que as pessoas trabalhem em direção a conseguir realizar as estratégias de negócio definindo seus clientes e parceiros-chave.
 - Conduzir pesquisa de mercado referente ao comportamento e problemas atuais de informação para que grupos de clientes potenciais possam identificar conceitos ou buscar soluções de informação para estes grupos. Transformar estes conceitos em produtos e serviços de informação especializados.

- Estabelecer conjunto de expectativas de desempenho que possam unir prioridades as estratégias organizacionais.
- Evidenciar oportunidades de desenvolvimento profissional para os gestores da organização.
- Calcular o retorno sobre investimento para serviços e produtos de informação e desenvolver outras contribuições mensuráveis de organização da informação.
- Demonstrar claramente o valor agregado da organização de informação para clientes e parceiros-chave através de comunicações com a alta administração.

b. Gerenciar Recursos Informativos

Os profissionais de informação devem ter conhecimento para gerenciar conteúdos de recursos informativos, incluindo habilidades para identificá-los, selecioná-los, avaliá-los e filtrá-los criticamente. Estes recursos podem estar em qualquer mídia ou formato.

▪ Escopo das Competências

1. Gerenciar o ciclo de vida útil da informação através da sua aquisição, criação e/ou eliminação. Isto inclui a seleção, catalogação, classificação e disseminação, criando e gerenciando taxonomias, *thesaurus*, conteúdos de Internet e Intranet, etc.
2. Construir uma coleção dinâmica de recursos de informação através de processos de negócio ou atividades baseado na aprendizagem e necessidades de informação de clientes.
3. Demonstrar conhecimento especializado sobre conteúdo e formato de recursos de informação, incluindo habilidades para selecioná-los, avaliá-los e filtrá-los criticamente.

4. Permitir acesso aos conteúdos dos recursos de informação, criados interna e externamente, através do uso de ferramentas de à informação.
 5. Negociar a aquisição de serviços e produtos de informação necessários para a organização.
 6. Desenvolver e implantar e implementar políticas de informação para a organização.
- Aplicação das Competências
 - Identificar os melhores recursos de informação, analisando suas características, vantagens, custo-efetivo, comparando aqueles de acesso livre com os contratados mediante taxa, através de fornecedores para dar acesso àqueles recursos a organização.
 - Selecionar e assegurar que os recursos são apropriados em condição de escopo, formato, idioma, conteúdo e que forneçam características especiais para que a informação possa ser adaptada à necessidade específica do grupo de usuários.
 - Desenvolver esforços para fornecer coleta de preços outros planos de ação cooperativa, tanto interna quanto externa à organização que determina valor máximo para fazer investimento.
 - Integrar recursos de informação e conhecimento, gerados interna e externamente, para novas fontes e coleções de informação para clientes específicos.
 - Saber usar produtos de informação corrente, reconhecendo que estes produtos possam sofrer modificações para satisfazer as necessidades de grupos de usuários específicos. Profissionais da informação selecionam, criam e implementa as modificações exigidas.
 - Selecionar, preservar e tornar acessíveis relatórios técnicos, padrões, melhores práticas, diretrizes e outros documentos internos para uso contínuo.
 - Estabelecer procedimentos de acesso programa de conservação que satisfaça as exigências reguladoras.

c. Gerenciar Serviços de Informação

Profissionais da Informação devem ter habilidades para gerenciar o ciclo de vida dos serviços de informação desde a fase da concepção da idéia através do planejamento, desenvolvimento, teste, *marketing*, armazenamento, distribuição, entrega do produto. Para que o profissional de informação possa administrar este processo integralmente ou concentrar-se em fases específicas, suas habilidades devem ser inquestionáveis para que possam fornecer os produtos aos clientes em tempo real e capacitá-los de modo a empregar a informação no seu trabalho ou desenvolvendo processos.

- Escopo das Competências

1. Desenvolver e manter um portfólio de custo efetivo, serviços de informação sobre avaliação de clientes que se encontram alinhados com a direção estratégica da organização e grupos de clientes.
2. Conduzir pesquisa de mercado sobre problemas e comportamento de informação corrente e grupos de clientes potenciais e atuais para identificar novos conceitos ou melhorar as soluções de informação para estes grupos. Transformar estes conceitos em serviços e produtos de informação personalizada.
3. Pesquisar, analisar e sintetizar informação de forma acessível e precisa para clientes assegurando-lhes de que estes possuem ferramentas adequadas ou capacidade para aplicá-las.
4. Desenvolver e aplicar indicadores apropriados para que possa mensurar, continuamente, o valor e a qualidade da oferta de informação e tomada de decisão, assegurando a relevância do produto oferecido através de portfólio.
5. Empreender ações baseadas em evidências para demonstrar o valor de, continuamente, melhorar os serviços e fontes de informação.

- **Aplicação das Competências**
 - Perceber as oportunidades para desenvolver projetos ou atividades com usuário cliente, em seu ambiente de trabalho, sobre o comportamento do uso da informação, bem como aqueles referentes a serviços de informação, de forma que possam ser utilizados efetivamente.
 - Analisar e sintetizar informação de forma acessível e precisa para o usuário cliente, assegurando que estes possuem ferramentas adequadas ou capacidade para aplicá-las.
 - Personalizar serviços de informação para melhor satisfazer as necessidades e padrões de informações específicas para o usuário cliente.
 - Desenvolver e divulgar serviços de alerta para clientes tais como: inteligência competitiva, inteligência empresarial, monitoramento de indústria, tópicos ou indicadores de assuntos.
 - Desenvolver, gerenciar e divulgar boletins para educação de cliente quanto ao uso da informação, Internet, localizando e interpretando fontes de informação.
 - Utilizar a gestão baseada em evidências para disseminar o valor de um serviço de informação e as necessidades de sua organização. Desenvolver e aplicar medidas de uso de serviços e produto de satisfação ou impacto organizacional de clientes para os serviços e produtos de informação. Assessorar regularmente informação de clientes que usam ferramentas de pesquisa de mercado incluindo questionários, pesquisa, grupo focal e observações.

d. Aplicar Ferramentas e Tecnologias de Informação

Profissionais de informação aproveitam as ferramentas tecnologias apropriadas e atuais para disseminar os serviços, fornecer os recursos mais relevantes e acessíveis, desenvolver e distribuir ferramentas de capacitação para maximizar o uso de informação pelos clientes, bem como capitalizar o ambiente de informação e a biblioteca.

- Escopo das Competências
 1. Assessorar, selecionar e aplicar ferramentas de informação atuais e emergentes e criar soluções para disseminação e acesso de informação.
 2. Aplicar habilidades para efetuar busca de informação em banco de dados e metadados, analisando, sintetizando e indexando, para melhor recuperação e uso de informações retrospectivas e atuais pela organização.
 3. Proteger a privacidade da informação de clientes e ter a consciência de que as respostas representam novos desafios.
 4. Manter-se atualizado sobre tecnologias emergentes que podem ou não ser pertinentes, ou tornar-se ferramentas relevantes para futuras aplicações em serviços ou recursos de informação.

- Aplicação das Competências
 - Fazer parcerias com representantes de tecnologias, fornecendo *feedback*, sugerir melhorias de acordo com as necessidades do cliente.
 - Manter-se atualizado sobre tecnologias emergentes através de jornais e documentos técnicos, participando de cursos, feiras, seminários e conferências. Os profissionais de informação devem estar preparados para propor, a todos os níveis hierárquicos da organização, como as tendências tecnológicas poderão afetar a organização e os clientes.
 - Conduzir iniciativas tecnológicas na organização para formar pares, obtendo o compromisso da gestão superior para supervisionar os projetos de gestão do ciclo de vida da informação em todos os níveis críticos da organização.
 - Testar, selecionar e utilizar novas ferramentas tecnológicas e entender como elas são desenvolvidas.
 - Manter-se atualizado sobre as mais recentes iniciativas sobre legislação e políticas que empatarão na privacidade, acessibilidade e veracidade de transferência e uso da informação sobre desenvolvimento de tecnologias.

- Treinar usuários para utilizar tecnologias e ferramentas de informação das mais variadas formas, seja na Internet ou em bases de dados proprietárias para integrar ferramentas de informação em currículos ou fluxo de trabalho de clientes.

7 METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória-descritiva, baseada no discurso (revisão bibliográfica) e nos dados coletados nas provas de concursos públicos em âmbito nacional no período de 2005 a março de 2007. O método adotado para desenvolvimento do trabalho é o método hipotético-dedutivo, com o qual se buscou diagnosticar o perfil do profissional bibliotecário para preenchimento de vagas nas organizações. De modo a se ampliar as possibilidades de análise, foram também identificadas as disciplinas do currículo básico aplicado no curso de Biblioteconomia e Documentação da UFBA em 2007.1, o que norteou a tabulação dos dados das provas de concurso.

Para a construção do quadro referencial utilizou-se o instrumento conceitual desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que formulou conceitos sobre *habitus* e *campos*, utilizando estes conceitos em vários campos do saber, o que implica uma visão sociológica que envolve o profissional da informação. As idéias sobre a sociedade da informação e o mercado de trabalho diante das tecnologias da informação e comunicação foram formuladas através das interpretações de Manuel CASTELLS.

A cada etapa da pesquisa, sempre que a dinâmica do estudo permitisse, houve a flexibilização de pensamento para inserir, no contexto dos capítulos, idéias e pressupostos de variados autores.

Segundo a abordagem do problema, optou-se por uma pesquisa quantitativa, caracterizada pelo tratamento das informações por meio da técnica de estatística. Na análise das competências, foi realizado um estudo qualitativo, identificando as variáveis que poderiam contribuir no processo de mudança de cenário, quanto ao perfil do profissional, proporcionando elementos para que o mercado perceba a ampliação do espaço ocupado pelo bibliotecário.

Segundo os procedimentos técnicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica, para construção do marco teórico e documental, cuja fonte foram as provas de concurso, nas quais se identificou a incidência dos temas abordados, o que delineou o comportamento do mercado em relação ao espaço ocupado pelo bibliotecário.

No universo das provas de concurso de âmbito nacional, ocorridas no período de 2005 a março de 2007, foram identificadas 21 provas para bibliotecário, realizadas por diversas instituições, as quais são listadas a seguir:

Quadro 2 – Instituições que ofereceram vagas para o bibliotecário

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NACIONAIS	ANO
1. Aeronáutica 2. ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar 3. ANTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaviário 4. Casa Moeda do Brasil 5. Comando da Aeronáutica 6. CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco 7. Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras 8. TCU –Tribunal de Contas da União	2005
9. ANP – Agência Nacional do Petróleo 10. Arquivo Nacional. 11. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 12. CPRM – Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais 13. DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral 14. INB 15. IPHAN 16. IRB Brasil Resseguros S.A. 17. Ministério da Cultura 18. PETROBRAS 19. TRANSPETRO	2006
20. Ministério Público da União 21. TSE – Tribunal Superior Eleitoral	2007

À luz das ementas das disciplinas oferecidas pelo Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFBA, identificaram-se as questões das provas. Complementarmente, foram também verificados os objetivos das disciplinas, quando as ementas não eram suficientes para a identificação das questões. Na tabulação, os nomes das disciplinas foram adotados para caracterizar os conhecimentos e competências exigidos pelas provas.

Quadro 3– Ementas das Disciplinas do Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFBA

DISCIPLINAS	Carga horária	EMENTA
Administração de Unidades de Informação	75 h/aula	Aplicabilidade da administração. Organizações públicas e privadas. Organização e administração de serviços e recursos de informação. Avaliação.
Planejamento Unidade de Informação	75 h/aula	Conceitos básicos de planejamento. A dimensão política, econômica, social e técnico-administrativo do planejamento; planejamento como função gerencial e seu atrelamento às políticas e estratégias organizacionais. Planejamento estratégico, tático e operacional: metodologias e implementação.
Qualidade de Serviços de Informação	60 h/aula	Conceito, controle e garantia de qualidade. Conceito e controle de processo. Métodos e padronização. ISSO 9000. Qualidade no Serviço de Informação. Programa de Qualidade
Catálogo I e II	60 h/aula	Estudo dos vários formatos de ISBD apropriados a cada tipo de material. Elaboração de fichas para o catálogo sistemático. Catalogação cooperativa, centralizada e na fonte.
Disseminação da Informação	75 h/aula	Serviço de referência: conceituação, objetivos e funções. Serviço referencial em bibliotecas: métodos e técnicas. O bibliotecário de referência. Serviços e sistemas de disseminação da informação. Centros referenciais. Avaliação dos serviços.
Fontes de Informação	75 h/aula	Fontes de informação: conceituação, características, classificação e uso. Critérios para identificação e avaliação das fontes de informação. Bibliografias: conceituação, características e tipos. Panorama bibliográfico nacional e internacional A pesquisa bibliográfica
Fontes de Informação Especializada	60 h/aula	Análise e avaliação de fontes de informação especializada em campos específicos do conhecimento. Divulgação dos recursos informacionais e orientação para seu uso adequado.
Formação e Desenvolvimento de Coleções	90 h/aula	Princípios e técnicas de formação e desenvolvimento de coleções. Políticas de seleção, aquisição, expansão e preservação do acervo. Métodos manuais e automatizados de aquisição. Métodos e técnicas de avaliação de coleções. Adequação do acervo e descarte.
Fundamentos da Informação	60 h/aula	Conceitos de comunicação e de informação. Caracterização, tipos e funções da informação. Valor e utilização da informação na sociedade contemporânea. O ciclo da comunicação da informação. Políticas de informação. Transferência da informação. Organismos e instituições nacionais e internacionais de informação.
Gerência da Informação	51h/aula	Informação e competitividade organizacional. Tipos e sistemas de organização. Suportes tecnológicos e processos de gerenciamento da informação.

Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação CM)	102 h/aula	Noções gerais sobre conhecimento, método e pesquisa científica. O processo de pesquisa: etapas de um projeto e do desenvolvimento de uma pesquisa, desde a definição do problema até a apresentação dos resultados. A pesquisa em biblioteconomia e Ciência da Informação. Métodos e técnicas qualitativos e quantitativos aplicados à Biblioteconomia. Elaboração e desenvolvimento de um projeto de pesquisa.
Normalização da Documentação	75 h/aula	Conceito, classificação e tipos de documentos, segundo a natureza da fonte. Normalização: conceituação, importância e objetivos. Organismos internacionais e nacionais de normalização e de documentação. Estudo e aplicação das normas técnicas documentais da ABNT. Tipos e apresentação de trabalhos monográficos.
Administração de Unidades de Informação	75 h/aula	Conceitos básicos de planejamento. A dimensão política, econômica, social e técnico-administrativo do planejamento; planejamento como função gerencial e seu atrelamento às políticas e estratégias organizacionais. Planejamento estratégico, tático e operacional: metodologias e implementação.
Tecnologias da Informação	90 h/aula	Tecnologias utilizadas no tratamento, transmissão e difusão da informação. Evolução permanente destas tecnologias e repercussão no gerenciamento da informação. Contribuição das tecnologias nos serviços de informação. O computador e os recursos de teleinformática no processamento e transmissão de dados.
Redes e Sistemas de Informação	45 h/aula	Conceituação e finalidade das redes e sistemas de documentação e informação. Estrutura, organização e funcionamento. Produtos e serviços. Avaliação.
Geração de Bases de Dados de Documentos (OP)	60 h/aula	Bases de dados: conceituação e finalidade. Planejamento, geração, implantação e manutenção de bases de dados de documentos. Aspectos relevantes para a construção e o uso de bases de dados. Suportes lógicos e estruturação de uma aplicação. Práticas em diversos sistemas.
Conservação e Preservação de Documentos	60 h/aula	Concepção moderna da conservação de documentos. Teoria, prática e ética da conservação. Conservação preventiva. Principais danos: origem e tratamento. Higienização de acervos documentais. Medidas de conservação. Reparos de documentos danificados.
Organização Temática da Informação II (CM)	90 h/aula	Sistemas enumerativos gerais e especializados. Estudo analítico e comparativo das classificações decimais: CDD e CDU. Sistemas facetados.
Organização Temática da Informação III (CM)	75 h/aula	Indexação e resumos. Apêndices de livros e periódicos. Linguagens de indexação pós-coordenada. Teoria e prática da utilização de tesaurus monolíngües. Elaboração e atualização de thesaurus. Sistemas de indexação automatizados e automáticos.

Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação	45 h/aula	Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: conceituação, seus princípios fundamentais e suas relações com outras ciências. Biblioteca: evolução do conceito, funções. A biblioteca na sociedade. O profissional bibliotecário: formação, mercado de trabalho e perspectivas profissionais. Entidades de Classe e Movimentos Associativos. Legislação e Ética Profissional.
---	-----------	--

Para o estudo de habilidades e competências dos profissionais assim como para a fase de identificação de requisitos demandados pelo mercado, selecionaram-se as recomendações da ALA/SLA, que ampliam o campo de atividades do profissional da informação bibliotecário, também entendendo que este campo pode comportar outros profissionais que também lidam com o objeto informação.

Utilizou-se a metodologia de cenários, com a qual se busca retratar ludicamente a realidade de uma dada situação e/ou outras possíveis situações, para a análise da percepção do mercado quanto ao perfil dos profissionais bibliotecário e para o delineamento de uma perspectiva à luz das competências propostas pela ALA.

8 RESULTADOS

O procedimento adotado para o levantamento de dados foi a observação das temáticas que constavam das questões das provas de concurso público. Estas temáticas foram identificadas através das ementas das disciplinas oferecidas pela grade curricular do Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFBA. Do levantamento resultou um quantitativo de 14 temas.

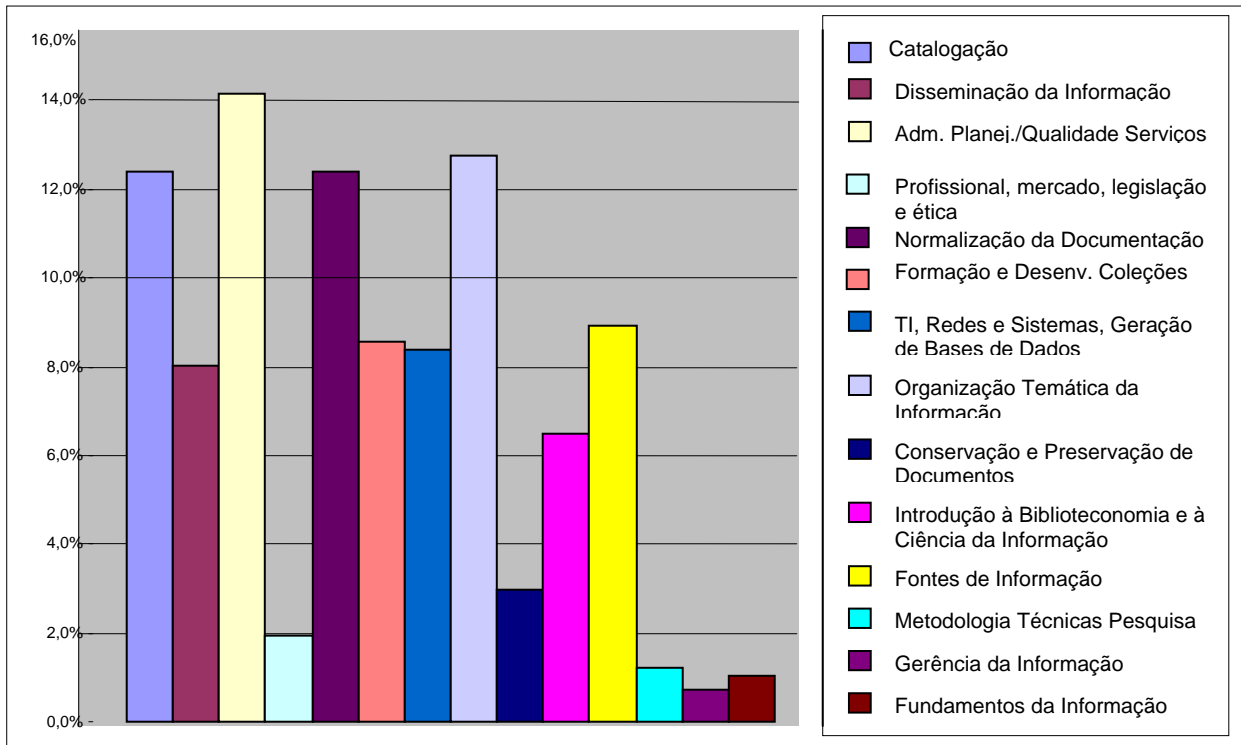
Pela análise dos conteúdos, observou-se que há um consenso entre as temáticas abordadas nas provas com as ementas propostas pelas disciplinas. Para efeito de tabulação, foi destacada a temática *Profissional bibliotecário, mercado, legislação e ética* que, no curso de Biblioteconomia e Documentação, é tratada no contexto da disciplina Administração e Planejamento de Unidades de Informação, *Qualidade de Serviços de Informação* por tratar-se de um tema relevante para este estudo. As ocorrências das temáticas são descritas no quadro abaixo:

Quadro 4 – Temáticas das provas de concursos

TEMÁTICAS	TOTAL DE QUESTÕES	%
Catálogo	71	12,4
Disseminação da Informação	46	8,0
Administração e Planejamento/Qualidade Serviços	81	14,2
Profissional, mercado, legislação e ética	11	1,9
Normalização da Documentação	71	12,4
Formação e Desenvolvimento de Coleções	49	8,6
TI, Redes e Sistemas, Geração de Bases de Dados	48	8,4
Organização Temática da Informação	73	12,8
Conservação e Preservação de Documentos	17	3,0
Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação	37	6,5
Fontes de Informação	51	8,9
Metodologia e Técnicas Pesquisa	7	1,2
Gerência da Informação	4	0,7
Fundamentos da Informação	6	1,0

Essa ocorrência também pode ser observada no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Temáticas das provas de concursos



A Percepção do Mercado

O mercado de trabalho, inserido no contexto da sociedade da informação, busca profissional versátil e multi e interdisciplinar.

Pelos dados identificados nas provas de concurso, pode-se especular que o mercado percebe o profissional bibliotecário ainda situado no âmbito das bibliotecas, não conhecendo o potencial de atuação do mesmo.

No âmbito dos concursos públicos, as organizações contratam instituições competentes para a elaboração das provas, que traçam o perfil do profissional desejado. O que o resultado da pesquisa mostrou é que também estas instituições não têm uma visão das competências do bibliotecário.

O mercado poderia ser reorientado para compreender o processo dinâmico que envolve mudanças contínuas de competências e habilidades em relação ao profissional bibliotecário. Esta questão é complexa e envolve as Universidades, o mercado, os órgãos de classe e o próprio profissional, enquanto ator dentro de espaços diferenciados.

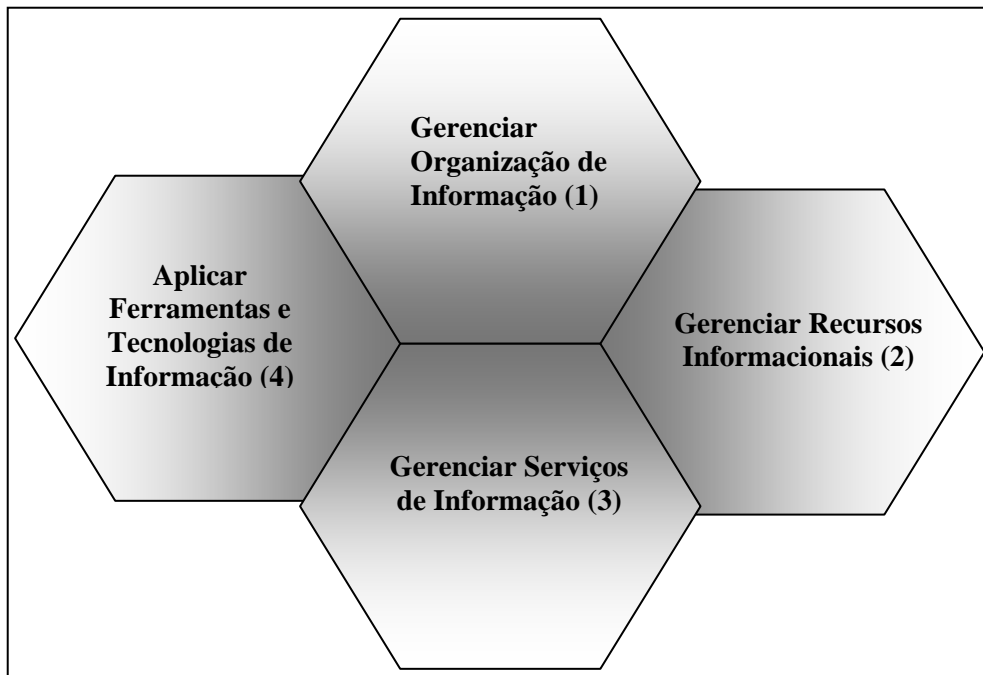
Cabe ao profissional bibliotecário antecipar-se para atender às exigências quando o mercado reconhecer as suas potenciais competências.

Como descrito no Capítulo 6 a SLA sustenta as competências dos profissionais bibliotecários em quatro pilares nos quais descrevem os papéis e as responsabilidades exigidas. Estas competências não se restringem apenas as competências profissionais, mas também ao desenvolvimento de *habitus* no que diz respeito àqueles de âmbito pessoal e cultural que influenciam na ocupação de espaços.

Essas competências intimamente relacionadas às práticas do conhecimento para prover os recursos, serviços e produtos de informação de alto valor agregado, acesso à informação, tecnologia e gestão.




















Os quatro pilares estão representados na figura abaixo:

FIGURA 2 – Quatro Competências Profissionais aplicadas pela ALA/SLA



As disciplinas que proporcionam a formação das competências apontadas pela ALA/SLA, de acordo com as ementas e os objetivos, estão representadas nessa figura 3 e apontam para um cenário futuro no que tange à formação dos profissionais bibliotecários.

FIGURA 3 – Disciplinas X Competências Profissionais aplicadas pela ALA/SLA

<p style="text-align: center;">Gerenciar Organização de Informação</p> <ul style="list-style-type: none">  Disseminação seletiva  ADM/Planejamento  Fundamentos da Informação  Gerência da Informação 	<p style="text-align: center;">Gerenciar Recursos Informacionais</p> <ul style="list-style-type: none">  Catalogação  Organização Temática da Informação  Formação e Desenvolvimento de Coleções  Gerência da Informação  TI  ADM  Fundamentos da Informação
<p style="text-align: center;">Gerenciar Serviços de Informação</p> <ul style="list-style-type: none">  ADM  Gerência da Informação  Fundamentos da Informação  TI 	<p style="text-align: center;">Aplicar Ferramentas e Tecnologias de Informação</p> <ul style="list-style-type: none">  Disseminação  Fontes  Fundamentos da Informação  TI

As disciplinas: Normalização da Documentação, Conservação e Preservação de Documentos, Introdução à Biblioteconomia e a Ciência da Informação, e Metodologia e Técnicas de Pesquisa pouco contribuiriam para a formação dessas competências, o que aponta um potencial de melhoria de seus enfoques.

No Brasil, a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO define o campo de atividades em biblioteconomia, documentação e gestão de informação.

O domínio de ocupações dos profissionais da informação está identificado pelo código 2616, que se subdivide em três subgrupos:

- (2612-05) abriga a categoria BIBLIOTECÁRIA – bibliográfico, biblioteconomista, cientista de informação, consultor de informação;
- (2612-10) referente à categoria DOCUMENTALISTA – analista de informação, especialista de documentação, gerente de documentação, supervisor de controle de processos documentais, supervisor de controle documental, técnico de documentação, técnico em suporte de documentação;
- (2612-15) refere-se a categoria ANALISTA DE INFORMAÇÕES – pesquisador de informações de rede.

A descrição sumária deixa caracterizadas as competências não somente do bibliotecário, como dos demais profissionais do campo de atividade da informação, como mostrado no quadro 5 a seguir:

2612: PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

ÁREAS	ATIVIDADES							
A Disponibilizar Informações em qualquer Suporte	Localizar informações	Recuperar informações	Prestar atendimento personalizado	Elaborar estratégias de buscas avançadas	Intercambiar informações e documentos	Controlar circulação de recursos informacionais	Prestar serviços de informação <i>on-line</i>	Normalizar trabalhos técnico-científicos
	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	BB, DC	AI, BB, DC	BB
B Gerenciar Unidades, Redes e Sistemas de Informação	Elaborar programas e projetos de ação	Projetar custos de serviços e produtos	Implementar atividades cooperativas entre instituições	Administrar o compartilhamento de recursos informacionais	Desenvolver planos de divulgação e marketing	Desenvolver políticas de informação	Projetar unidades, redes e sistemas de informação	Automatizar unidades de informação
	AI, BB, DC	AI, BB, DC	BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC
	Desenvolver padrões de qualidade gerencial	Controlar a execução dos planos de atividades	Elaborar políticas de funcionamento de unidades, redes e sistemas de informação	Controlar segurança patrimonial da unidade, rede e sistema de informação	Controlar conservação do patrimônio físico da unidade, rede e sistema de informação	Avaliar serviços e produtos de unidades, redes e sistema de informação	Desenvolver planos de segurança ambiental	Controlar a aplicação do plano de segurança ambiental
	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC
	Elaborar relatórios	Buscar patrocínios e parcerias	Controlar assessorias	Elaborar manuais de serviços e procedimentos	Participar da elaboração de planos de carreiras	Analisar tecnologias de informação e comunicação	Administrar consórcios de unidades, redes e sistemas de informação	Administrar recursos orçamentários
	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC
	Implantar unidades, redes e sistemas de informação							
AI, BB, DC								

C Tratar Tecnicamente Recursos Informacionais	Registrar recursos informacionais	Classificar recursos informacionais	Catalogar recursos informacionais	Elaborar linguagens documentarias	Elaborar resenhas e resumos	Desenvolver bases de dados	Efetuar manutenção de bases de dados	Gerenciar qualidade e conteúdo de fontes de informação
	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC
	Gerenciar fontes de informação	Reformatar suportes	Migrar dados	Desenvolver metodologias para geração de documentos digitais ou eletrônicos				
	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC				
D Desenvolver Recursos Informacionais	Elaborar políticas de desenvolvimento de recursos informacionais	Selecionar recursos informacionais e adquirir recursos informacionais	Avaliar acervos	Inventariar acervos	Desenvolver interfaces de serviços informatizados	Descartar recursos informacionais	Conservar acervos	Preservar acervos
	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC
	Desenvolver bibliotecas virtuais e digitais	Desenvolver planos de conservação preventiva						
	AI, BB, DC	AI, BB, DC						
E Disseminar Informação	Disseminar seletivamente a informação	Compilar sumários correntes	Compilar bibliografias	Elaborar <i>clipping</i> de informações	Elaborar alerta bibliográfico	Elaborar boletim bibliográfico		
	AI, BB, DC	BB, DC	BB, DC	AI, BB, DC	BB, DC	BB, DC		
F Desenvolver Estudos e Pesquisas	Fazer sondagens sob demanda informacional	Coletar informações para memória institucional	Elaborar dossiês de informações	Elaborar pesquisas temáticas	Elaborar levantamento bibliográfico	Acessar bases de dados e outras fontes em meios eletrônicos	Realizar estudos cientométricos, bibliométricos e infométricos	Elaborar trabalhos técnico-científicos
	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	BB, DC	AI, BB, DC
	Analisar dados estatísticos	Coletar dados estatísticos	Elaborar estudos de perfil de usuário e comunidade	Desenvolver critérios de controle de qualidade e conteúdo de fontes de informação	Analisar fluxos de informações	Elaborar diagnóstico de unidades de serviço		

	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	BB, DC		
G Prestar Serviços de Assessoria e Consultoria	Prestar assessoria técnica a publicações	Subsidiar informações para tomada de decisões	Assessorar no planejamento de espaço físico da unidade de informação	Participar de comissões de normalização	Realizar perícias	Elaborar laudos técnicos	Realizar visitas técnicas	Assessorar a validação de cursos
	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	BB	BB	BB	AI, BB, DC	BB
	Participar de atividades de biblioterapia	Preparar provas para concursos	Participar de bancas de concursos					
	BB	BB, DC	BB, DC					
H Realizar Difusão Cultural	Promover ação cultural	Promover atividades de fomento à leitura	Promover eventos culturais	Promover atividades para usuários especiais	Organizar atividades para a terceira idade	Divulgar informações através de meios de comunicação formais e informais	Organizar bibliotecas itinerantes	Promover atividades infanto-juvenis
	BB, DC	BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	BB	AI, BB, DC	BB	BB
I Desenvolver Ações Educativas	Capacitar o usuário	Capacitar recursos humanos	Orientar estágios	Elaborar serviços de apoio para educação presencial e à distancia	Ministrar palestras	Realizar atividades de ensino	Participar de bancas acadêmicas	
	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	BB, DC	
J Demonstrar Competências Pessoais	Manter-se atualizado	Liderar equipes	Trabalhar em equipe e em rede	Demonstrar capacidade de análise e síntese	Demonstrar conhecimento de outros idiomas	Demonstrar capacidade de comunicação	Demonstrar capacidade de negociação	Agir com ética
	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC
	Demonstrar senso de organização	Demonstrar capacidade empreendedora	Demonstrar raciocínio lógico	Demonstrar capacidade de concentração	Demonstrar pró-atividade	Demonstrar criatividade		
	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC	AI, BB, DC		

Fonte: BRASIL. MTE. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), 2002

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa no contexto da Ciência da Informação conduz o pesquisador a variáveis quase infundáveis e que são passíveis de serem problematizadas, mas não simplesmente respondidas enquanto projeto de estudo. Nem sempre o que se apresenta como provável é o lugar-comum. Considera-se que, a partir do conteúdo dissertativo, de posse das mesmas ferramentas que foram utilizadas, há que se descobrir outros caminhos de investigação do comportamento, atitudes e visões que são ampliadas na sociedade a respeito do que é ser bibliotecário. Identificar o comportamento do mercado em relação ao profissional bibliotecário foi alvo deste estudo.

Com base no contexto estabelecido para sustentar os argumentos, percebe-se que há uma multi e interdependências entre o profissional bibliotecário e outros profissionais que ocupam o campo de atividades da informação. Os maiores interessados ignoram, eles próprios, as verdadeiras ferramentas que servem de base para a transformação de seus *habitus*, a ocupação de seus espaços e a intensidade de suas práticas tal como é feita. A representação que os grupos fazem de si mesmos somente pode se perpetuar através do trabalho de representação pelos agentes que produzem e reproduzem. O trabalho que se impõe com uma particular urgência àqueles que estão encarregados de se expressar como porta-voz, tem a incumbência de fazer reconhecer o que atribui realmente ao grupo que lhe vale o reconhecimento.

Hoje, as tecnologias da informação e comunicação somam-se aos conteúdos que, por sua vez, representam a indústria do conhecimento que garante a existência da sociedade da informação. Assim, os profissionais reconhecem que há, na natureza do campo de atividades da informação, desafios a serem enfrentados, principalmente quando o novo código informacional é ditado pelas mudanças de paradigmas da área científica e tecnológica, e quando se verifica nas organizações, a produção de bens e serviços baseados em informação.

A profissão bibliotecária tem suas raízes no passado e busca alcançar o futuro, entre Bibliografia, Documentação e Ciência da Informação que sempre influenciaram os campos dos saberes, que impõem a formação de *habitus* e, conseqüentemente, desenvolvem competências e dão forma à base para o desenvolvimento da Sociedade da Informação. Embora o núcleo da profissão permaneça o mesmo, os métodos e as ferramentas para a distribuição da informação e o

espaço ocupado pelas organizações diante do mercado demonstram o contínuo processo de mudanças para que a profissão se sustente e avance para a aproximação das fronteiras e disputas pelos espaços que lhe cabem.

Isso requer cada vez mais que os profissionais adquiram conhecimento avançado para realização do seu potencial. As oportunidades são emergentes e o profissional deve estar preparado para assumir espaços até agora despercebidos por eles próprios e por aqueles que lhes fazem oferta de emprego.

A profissão do bibliotecário é essencialmente social, de mediação de contato, do fazer para a sociedade, onde há fornecimento e demandas de informação, bem como a necessidade do gerenciamento de recurso de informação. O papel do bibliotecário é fornecer informação certa, no momento certo para a pessoa certa. As suas opções no mercado de trabalho estão cada vez mais diversificadas, mas, na sua essência, se ocupa do estudo da informação em si – da teoria à prática, envolvendo a criação, identificação, coleta, validação, recuperação e uso –, sempre existindo um agente produtor e consumidor com uma finalidade.

O mercado exige profissionais qualificados, entretanto desconhecem onde buscar o profissional com o perfil exigido pelo contexto do espaço que se propõe a desenvolver seu capital econômico, social, político e cultural. No conjunto das mudanças, o profissional da informação se diversifica com atividades diferenciadas que demandam um envolvimento do capital intelectual. O profissional bibliotecário tem a sua frente desafios para entender os novos *habitus* que surgem, as novas necessidades informacionais e as soluções para criação de novos métodos e forma de trabalho.

Como afirma Cunha (2003),

A velocidade das mudanças tecnológicas e organizacionais se reflete amplamente no mundo do trabalho, que se encontra em reorganização trazendo insegurança aos profissionais. Entretanto, é necessário não esquecer que este processo de mudança não é exclusivo da área das profissões da informação, mas inerente ao novo modelo econômico que introduz novas formas de gestão do trabalho e de socialização, valorizando as atividades em equipe, a interdisciplinaridade, o aprendizado contínuo e as atitudes comportamentais. (Cunha, 2003, p. 3).

A evolução da sociedade e das organizações também exige daqueles que já atuam como profissionais uma formação continuada, sob pena de se tornarem obsoletos e ficarem à margem da evolução tecnológica. Existe uma forte articulação entre as universidades, as indústrias e o Estado para o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de ciência e tecnologia (C&T), para que tal articulação se constitua eficazmente, é necessário o aprimoramento de profissionais através de universidades e ambientes de inovação.

Em longo prazo, é possível prever um cenário de mudanças no que o mercado de trabalho entende sobre o profissional da informação, bibliotecário, e o crescimento relativo da sua posição no campo informacional. Todavia é preciso mudanças metodológicas e incorporação de *habitus* que maximizem o conhecimento com experiências de inovações tecnológicas.

A American Library Association, na América do Norte, e a Library Association, na Grã-Bretanha exercem importante papel em estabelecimento de critérios de programas de capacitação profissional na área de informação, acompanhando as tendências de mercado de trabalho, atuando como referenciais no sentido de legislar e regulamentar o exercício da profissão.

Sabe-se que as mudanças são difíceis de serem implementadas na sociedade. É preciso remover as barreiras impostas pelos paradigmas da biblioteca, para que o exercício da profissão adquira melhor visibilidade. É preciso buscar soluções para as ameaças, criando oportunidades no campo de atividades da informação. Isto demandará esforços articulados com os profissionais bibliotecários, as associações, as universidades, os cursos de pós-graduação, para que sejam adotadas estratégias que aprimorem e modernizem os programas de desenvolvimento do capital intelectual e do capital cultural, capazes de promover, junto às organizações, os princípios para que o profissional bibliotecário possa utilizar-se de suas competências e desenvolver-se profissionalmente.

A pesquisa revelou que o mercado não conhece as competências do bibliotecário, e que a sociedade percebe o bibliotecário ainda restrito à biblioteca formalmente existente.

O quadro da CBO, que é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, leva a outra suposição, a de que este instrumento não é amplamente utilizado ou conhecido pelo mercado de trabalho.

A CBO foi organizada e descrita por famílias. Cada família constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho que vai além daquela de ocupação. Estiveram envolvidos no processo pesquisadores da UNICAMP, UFMG, FIPE/USP e SENAI e ainda profissionais de todo o país. A CBO possui dimensões estratégicas, na medida em que, com a padronização de códigos e descrições, poderá ser utilizada por diversos profissionais do mercado de trabalho. Possui relevância de integração políticas públicas do MTE, sobretudo, no que se refere aos programas de qualificação profissional e intermediação da mão-de-obra bem como no controle de sua implementação. (BRASIL, 2003 apud PEREIRA; OLIVEIRA, 2004).

A análise das competências apontadas pela ALA/SLA em relação às ementas que objetivam as disciplinas do currículo básico do Curso de Biblioteconomia e Documentação aponta para a valorização de disciplinas voltadas para a gestão e as tecnologias e evidencia a necessidade de melhorias no bojo de suas propostas.

REFERÊNCIAS

AGRA, Mary Cristina de Menezes. (Re) desenhando o perfil do trabalho na sociedade da informação. **Revista Informação & Sociedade: Estudos**, v. 12, n. 2, 2002. Disponível em: <www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/140/134>. Acesso em: 27 março 2007.

ALMEIDA Jr. Oswaldo Francisco de. Profissional da informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo : Polis, 2000.

AMERICAN COMPETENCIES for special librarians of the 21 St. Revised edition. June 2003. Prepared for the Special Libraries Association Board of Directors by the Special Committee on Competencies for Special Librarians. Disponível em: <<http://www.sla.org/contentSLA/profissional/meaning/competency.cfm>>. Acesso em: 27 março 2007.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2000.

BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. **Ressignificação de uma profissão milenar: parâmetros de competência na formação do bibliotecário**. Salvador : UFBA/ICI, 2005. Dissertação. (Mestrado). Programa da Pós-Graduação em Ciência da Informação. Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo : Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas : Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro : Marco Zero, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 16/99**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0136.pdf>. Acesso em: 25 março de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução **CNE/CP nº 3** de 18 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.mwc.gov.br/semtec/educprof.>>. Acesso em: 28 abril 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações 2002**. Brasília : MTE, 2002. Disponível em: <www.mtecbo.gov.br/busca.asp>. Acesso em: 25 maio 2007.

BRUFEM, Leilah. S.; PEREIRA, Edmeire C. Os profissionais da informação e a gestão de competências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, p. 178-181, jul./dez 2004. Disponível em: <http://www.eci.umg.br/pcionline/viewarticle.php?id=75&layout=abstract>. Acesso em: 20 maio 2006.

CAPURRO, Rafael. **Epistemologia e ciência da informação**. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 20 maio 2006. V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Belo Horizonte (Brasil) 10 de Novembro de 2003. Tradução de Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Lígia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000.

CASTRO, Cezar Augusto. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília : Thesaurus, 2000.

CUNHA Miriam Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Enc. Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 15, 1º sem. 2003 (Palestra proferida na Mesa de Debates *As dimensões sociais do nome profissional Bibliotecário*. Florianópolis, out. 2002).

CUNHA, Miriam Vieira da. O profissional da informação e o mercado de trabalho. **Revista Informação & Sociedade: Estudos**, v. 10, n. 1, 2000. (Palestra proferida na Associação Catarinense de Bibliotecários, 12 março 1999).

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo : Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

GÓMEZ, Maria Nélide Gonzáles de. A informação: dos estoques às redes. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

GÓMEZ. Maria Nélide Gonzáles de. Metodologia da pesquisa no campo da ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n. 3, p. 333-346, 1999/2000. Edição especial

GONZÁLEZ, José Antonio Moreiro. **Conceptos introductorios al estudio de la información documental**. Salvador (BA) : EDUFBA; Lima (Peru) : Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília : Brique de Lemos/Livros. 1996.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. **A posição relativa dos profissionais de biblioteconomia, jornalismo e informática no campo de atividades de informação no município de Curitiba: análise da formação acadêmica na Universidade Federal do Paraná, em conjunto com indicadores**

sociológicos. Rio de Janeiro : UFRJ/ECO/IBICT, 1992. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação).

MIRANDA, Antonio. A profissionalização da Ciência da Informação no marco da globalização: paradigmas e propostas. In: LUBISCO, N. M. L. e BRANDÃO, M. B. **Informação e Informática**. Salvador : EDUFBA, 2000.

MIRANDA, Antonio. **Ciência da informação**: teoria e metodologia de uma área em expansão. Brasília : Thesaurus, 2003.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004.

MOSTAFA, Solange Puntel. Ciência da informação: uma ciência uma revista. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1999.

ODDONE, Nanci Elizabeth. O profissional da informação e a mediação dos processos cognitivos: a nova face de um antigo personagem. **Revista Informação & Sociedade**: Estudos, v. 8, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/425/346>>. Acesso em: 11 out. 2005.

OLIVEIRA, Ângela Maria et. al. Mapeamento de competências em bibliotecas universitárias. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 360-382, set./dez. 1996. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/425/346>>. Acesso em: 11 out. 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências e a psicologização das questões sociais**. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/273/boltec273c.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2007.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada**: aos sistemas humanos de informação. Brasília : Thesaurus: SSRR Informações, 2003.

SANTOS, Paula Xavier. A dimensão política da disseminação da informação através do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação: uma alternativa à noção de impacto tecnológico. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v.5, n. 4, p. 1-9, ago.2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago04/Art_05.htm>. Acesso em: 11 out. 2005.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/viewarticle.php?id=5&layout=abstract>>. Acesso em: 11 out. 2005.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Formação, perfil e competências do profissional da informação**. Disponível em: <<http://badinfo.apbad.pt/congresso8/com16.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2007.

SOUTO, Sônia Miranda de Oliveira. **O profissional da informação frente às tecnologias do novo milênio e as exigências do mundo do trabalho**. Disponível em:<http://www.cinform.ufba.br/iv_anais/artigos/TEXT016.HTM>. Acesso em: 2 de out.2006.

SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; KOBASHI, Nair Y.. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v.5, n. 1, p. 1-10, fev.2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/Art_03.htm>. Acesso em: 03 de jun. 2005.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília : Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://www.socinfo.org.br>>. Acesso em: 21 maio 2001.

VAN HOUSE, Nancy A.; SUTTON, Stuart A. The panda syndrome: an ecology of LIS Education. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 37, n. 2, p. 131-47, 11 março 1996. Disponível em: <<http://www.ischool.berkeley.edu/~vanhouse/panda.html>>. Acesso em: 11 maio 2006.

WALTER, Maria Tereza Machado. A formação do profissional da informação relacionada às tecnologias de informação: os bibliotecários na perspectiva da literatura. Reflexões. **Enc. Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia, Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 9, 2005.